

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL DE OLIVEIRA DE MELLO

NEOLIBERALISMO(S) E O MARCO REGULATÓRIO DO TRABALHO
TERCEIRIZADO NO BRASIL (LEIS Nº 13.429/2017 E 13.467/2017):
UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIOLÓGICA ACERCA DO FIM DA DISTINÇÃO ENTRE
ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM

CURITIBA

2020

GABRIEL DE OLIVEIRA DE MELLO

NEOLIBERALISMO(S) E O MARCO REGULATÓRIO DO TRABALHO
TERCEIRIZADO NO BRASIL (LEIS Nº 13.429/2017 E 13.467/2017):
UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIOLÓGICA ACERCA DO FIM DA DISTINÇÃO ENTRE
ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade
Federal do Paraná, PPGD/UFPR, como requisito parcial
à obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Abili Lázaro Castro de Lima.

CURITIBA

2020

M527n

Mello, Gabriel de Oliveira de

Neoliberalismo(s) e o marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil (leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017): uma análise jurídico-sociológica acerca do fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim [meio eletrônico] / Gabriel de Oliveira de Mello. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

Orientador: Abili Lázaro Castro de Lima.

1. Terceirização. 2. Direito do trabalho. 3. Contrato de trabalho. 4. Relações trabalhistas. 5. Neoliberalismo. 6. Direitos sociais. I. Lima, Abili Lázaro Castro de. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 331.53

**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de GABRIEL DE OLIVEIRA DE MELLO intitulada: **NEOLIBERALISMO(S) E O MARCO REGULATÓRIO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL (LEIS Nº 13.429/2017 E 13.467/2017): UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIOLÓGICA ACERCA DO FIM DA DISTINÇÃO ENTRE ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM**, sob orientação do Prof. Dr. ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:24:18.0

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:38:47.0

RICARDO PRESTES PAZELLO

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:22:29.0

ANDRE PEIXOTO DE SOUZA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Prça Santos Andrade, 50 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80020300 - Tel: (41) 3310-2739 - E-mail: ppgdufrpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte Identificação única: 45187

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 45187



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

ATA Nº100

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia sete de julho de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPES, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando GABRIEL DE OLIVEIRA DE MELLO, intitulada: **NEOLIBERALISMO(S) E O MARCO REGULATÓRIO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL (LEIS Nº 13.429/2017 E 13.467/2017): UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIOLÓGICA ACERCA DO FIM DA DISTINÇÃO ENTRE ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM**, sob orientação do Prof. Dr. ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RICARDO PRESTES PAZELLO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 07 de Julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:24:18.0

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:38:47.0

RICARDO PRESTES PAZELLO

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/07/2020 17:22:29.0

ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais um importante ciclo, nada mais apropriado que registrar os devidos agradecimentos àqueles que, cada qual à sua maneira, contribuíram para que este trabalho se tornasse viável independentemente das inúmeras e prementes responsabilidades do dia a dia. Em verdade, concluir a presente etapa de minha formação não seria possível, por minhas próprias forças, sem a ajuda de diversas pessoas que gentilmente me auxiliaram a trilhar os caminhos pelos quais decidi percorrer.

Por conseguinte, começo agradecendo a meus pais, Eva de Oliveira de Mello e Luciano Navarro de Mello, os quais sempre incentivaram a continuidade de meus estudos na Universidade a despeito do prejuízo que isso poderia acarretar à nossa convivência familiar. Nada obstante, também sou grato por não medirem esforços em me possibilitar, ao longo de toda a minha vida, a atenção, carinho e o suporte que um filho necessita, assim como as melhores condições de acesso às diversas vias do conhecimento.

Agradeço, igualmente, aos meus amigos, Bruno Rodrigues Zanello, Gian Luca Pezzini, Washington Pereira Santos, Giovana Lourenço, Ana Luiza Rocha, Claudio Barcik Junior e Wagner Reginaldo, sem os quais a jornada acadêmica seria demasiadamente penosa e, até mesmo, desprovida de sentido, já que a alegria e a solidariedade que irradiam da amizade preenchem meu espírito de coragem e esperança em dias melhores, incentivando-me a perseverar em meus objetivos.

Em especial, agradeço ao Bruno, colega de sala de aula desde a graduação até o Mestrado, amigo nos bons e maus momentos, pelos estimulantes e inspiradores debates que muito frequentemente travamos sobre os mais diversos temas, do futebol à arte, da política à filosofia, bem como pelo característico senso de humor ferino, o qual me permite enxergar graça no absurdo que circunda todas as dimensões de nossa existência.

Ao professor Abili Lázaro Castro de Lima, agradeço profundamente não apenas pela extremamente competente, ágil e solícita orientação que recebi ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, seja na Monitoria, Iniciação Científica ou Mestrado, mas igualmente pela amizade e cumplicidade que desenvolvemos nestes últimos sete anos de Universidade. Para além de me fazer assimilar as teorias como chaves, ensinou-me o peso da ética da responsabilidade e a irrenunciabilidade de valores republicanos e humanísticos.

Aos professores André Peixoto de Souza e Ricardo Prestes Pazello, agradeço por aceitarem compor a banca para avaliação da dissertação e por todos os ensinamentos que me transmitiram como docentes, absolutamente cruciais para a elaboração deste trabalho. Muito

além de meros transmissores de conteúdo, ambos se destacam pela excelência em suas áreas, abertura ao diálogo e genuína preocupação em oferecer a melhor formação a seus estudantes. Da mesma maneira, ambos contribuíram para o aperfeiçoamento das páginas subsequentes, aportando valiosas considerações sobre o seu conteúdo no dia da arguição.

Sou grato, da mesma maneira, aos advogados e funcionários da Macedo & Guedes Advocacia, principalmente a Maurício Barroso Guedes e Mauro Fonseca de Macedo, que me permitiram e muito me incentivaram a desenvolver meus estudos paralelamente ao exercício da advocacia, o que provavelmente contribuiu para atribuir um toque mais pragmático à investigação que se buscou construir nas páginas subsequentes.

Por fim, agradeço à sociedade pelo financiamento do ensino público do qual fui apenas mais um beneficiário nesta pós-graduação, bem como à Universidade Federal do Paraná, instituição onde me graduei e cujos professores me fizeram vislumbrar no compromisso com a educação uma das mais importantes armas para a superação de nossas mazelas.

*Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos;
de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem
motivo. Nunca nos procuramos: como poderia
acontecer que um dia nos encontrássemos?*

- Friedrich Wilhelm Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo não dogmático a respeito da principal mudança operada pelo marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil, ocorrida em 2017: a inédita possibilidade de subcontratação da atividade-fim empresarial. Levando-se em consideração uma preocupação ética com a vida dos trabalhadores possivelmente afetados pela nova legislação, objetiva-se construir uma investigação crítica sobre o processo de expansão da relação jurídico-trabalhista “triangular”, tendo-se como principal referência o contexto socioeconômico brasileiro. Para tanto, parte-se da premissa de que o referido processo está, de alguma maneira, relacionado à difusão e fortalecimento do neoliberalismo, nada obstante a imprecisão e a elevada carga retórica que envolvem esse conceito. Diante disso, ao observar que parcela dos teóricos do Direito do Trabalho adota uma postura refratária à disseminação do emprego terceirizado de modo a recorrer à Sociologia do Conflito Social para interpretá-la, optou-se por explorar a chamada corrente do pensamento que concebe o neoliberalismo como espoliação social com o escopo de compreender a maneira pela qual os autores influenciados pelas teorizações marxianas trilham caminhos de oposição ao marco regulatório em apreço. Por outro lado, julgando-se possível enquadrar o conceito de neoliberalismo em uma outra tradição filosófica de pensamento, mormente aquela representada por Michel Foucault, entendendo-o como racionalidade governamental, buscou-se perquirir de que forma esse deslocamento poderia influenciar a percepção crítica a respeito das recentes mutações no mundo do trabalho que redundam na ampliação e naturalização da relação jurídica trilateral. Tal abordagem tem o mérito de incentivar uma reflexão sobre a própria reflexão que se faz sobre um dos temas típicos da flexibilização do Direito do Trabalho ao mesmo tempo em que, noutra direção, favorece uma discussão aprofundada sobre os dilemas socioeconômicos da ampliação do trabalho terceirizado. Metodologicamente, a pesquisa pautou-se pela análise descritiva, com ampla revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, inspirando-se em duas facetas essenciais de qualquer estudo crítico: a discussão embasada de ideias ou afirmações que apresentem erros ou incoerências e a busca de desvendamento do oculto, propulsão pelo desconforto perante o que existe. Tem-se como resultado que investigar a temática da terceirização utilizando como referência diferentes noções de neoliberalismo – política econômica, doutrina ou ideologia, para os adeptos da corrente da espoliação, ou arte de governo, para os adeptos da corrente da racionalidade governamental – afeta tanto a identificação de diferentes dimensões de seu impacto social quanto a forma de interpretar a origem do marco regulatório brasileiro. Não necessariamente excludentes, as diferentes escolas do pensamento evidenciam, ao mesmo tempo, o caráter destrutivo da subcontratação ilimitada em relação ao contrato de trabalho clássico (bilateral) e o seu papel construtivo numa sociedade de Direito Privado marcada pela subjetivação empresarial, bem como orientada pela concorrência como norma de conduta. A despeito disso, conceber o neoliberalismo como racionalidade governamental permite focalizar o fenômeno jurídico sob nuances pouco comuns no âmbito do Direito do Trabalho, possibilitando pesquisas interdisciplinares mais desafiadoras.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista; Terceirização da atividade-fim; Neoliberalismo; Espoliação de direitos sociais; Governamentalidade.

ABSTRACT

The present work consists of a non-dogmatic study about the main modification of Brazilian's outsourcing law, which took place in 2017: the unprecedented possibility of subcontracting the company's core business. Taking into consideration an ethical concern with the lives of workers possibly affected by the new legislation, the objective is to conduct a critical investigation on the expansion process of the "triangular" legal relationship, having as main reference the Brazilian socioeconomic context. For this purpose, it starts from the premise that the referred expansion process is, in some way, related to the diffusion and strengthening of neoliberalism, notwithstanding the imprecision and high rhetorical burden that surround this concept. Therefore, when observing that part of Labor Law theorists adopts a refractory posture to the spread of outsourced employees using the Sociology of Social Conflict to interpret this fact, it was decided to investigate the so-called current of thought that conceives neoliberalism as social spoliation in order to understand the ways in which authors influenced by Marxian theorizations oppose to the aforementioned law. On the other hand, considering it possible to fit the concept of neoliberalism in another philosophical tradition of thought, especially that represented by Michel Foucault, understanding it as governmental rationality, the research sought to investigate how this theoretical displacement could influence the critical perception of the recent changes in the working world that result in the expansion and naturalization of the trilateral legal relationship. This approach has the merit of encouraging a reflection on the reflection itself that is made on one of the typical themes of the flexibilization of Labor Law while, in another direction, it favors an in-depth discussion on the socio-economic dilemmas of outsourcing expansion. Methodologically, the research was guided by descriptive analysis, with an extensive literature review of primary and secondary sources, drawing inspiration from two essential aspects of any critical study: the grounded discussion of ideas or statements that present errors or inconsistencies and the seek for the unveiling of the hidden, propelled by the discomfort before what exists. As a result, investigating the theme of outsourcing guided by different notions of neoliberalism as a reference - economic policy, doctrine or ideology, for those adhering to the current of spoliation, or art of government, for those adhering to the current of governmental rationality - influence the identification of different dimensions of its social impact as well as the interpretation of the origin of the Brazilian regulatory framework. Not necessarily incompatible, those different schools of thought expose, at the same time, the destructive nature of unlimited subcontracting in relation to the classic (bilateral) employment contract and its constructive role in a Private Law society marked by the enterprise as a behavioural model, as well as guided by competition as a behavioural/conduct norm. In spite of this, conceiving neoliberalism as governmental rationality allows to focus the legal phenomenon under unusual nuances in the scope of Labor Law, enabling more challenging interdisciplinary research.

Keywords: Labor Reform; Subcontracting of the core business; Neoliberalism; Spoliation of social rights; Governmentality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A TERCEIRIZAÇÃO COMO FATO SOCIOECONÔMICO E A SUA ASSIMILAÇÃO PELO DIREITO BRASILEIRO: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS.....	20
1.1 Reestruturação produtiva e o seu impacto sobre as relações de trabalho: a subcontratação como um imperativo de flexibilidade.....	20
1.2 Terceirização e a sua tradição regulatória no Brasil: do freio jurisdicional à liberalização do parlamento.....	32
1.3 Mapeamento dos aspectos problemáticos da relação jurídica “triangular” com base nos estudos empíricos a propósito da realidade nacional.....	45
1.4 Terceirização da atividade-fim e neoliberalismo: assimilação crítica do fenômeno sociojurídico por parte dos teóricos do Direito do Trabalho e os seus riscos.....	56
2 A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM INTERPRETADA PELA CORRENTE DA ESPOLIAÇÃO: CAPITULAÇÃO DO DIREITO PERANTE A AS LEIS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.....	68
2.1 O argumento da precarização das relações de trabalho em prol da lucratividade das classes dominantes.....	69
2.2 Recrudescimento da exploração e a subjetividade negada: mercantilização do trabalho ou <i>marchandage</i>	82
2.3 Neoliberalismo, Direito e Estado: elementos para uma interpretação marxista sobre o advento do marco legal da terceirização no Brasil.....	95
3 A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM INTERPRETADA PELA CORRENTE DA RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL: O DIREITO COMO EIXO ESTRUTURANTE DE CONDUTA.....	109
3.1 O argumento da racionalidade governamental em contraposição à hipostasia da lei do valor: novos horizontes para a concepção das mutações no mundo do trabalho.....	110
3.2 A competição como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação: a terceirização amolda-se à lógica das redes.....	124

3.3	O papel do direito privado na renovação do capitalismo segundo a arte neoliberal de governar: elementos para uma visão alternativa sobre o advento do marco legal da terceirização no Brasil.....	139
	CONCLUSÃO.....	154
	REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

A palavra terceirização representa um epíteto ou neologismo utilizado para evidenciar uma relação jurídica comercial estabelecida entre duas empresas com efeitos relevantes sobre as relações de trabalho, uma vez que suscita a figura da subcontratação.

Para o escopo específico do Direito do Trabalho, uma das definições possíveis é aquela de Mauricio Godinho Delgado, segundo a qual “terceirização é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justtrabalhista que lhe seria correspondente”, haja vista que enfatiza a relação trilateral que está na base de todas as polêmicas em torno do assunto, ou seja, 1) o trabalhador, 2) a empresa terceirizada, prestadora de serviços, que admite o primeiro e com ele pactua o contrato de trabalho, e, por fim, 3) a empresa tomadora de serviços, que é beneficiada materialmente pelo labor sem que assuma a clássica posição de empregadora.¹

Conforme aponta Hans Kelsen, importa à ciência jurídica apreender as relações inter-humanas tão somente enquanto “(...) relações jurídicas, isto é, como relações que são constituídas através de normas jurídicas”.² Por conseguinte, nada mais natural que a profusão de estudos no âmbito do Direito do Trabalho que buscam, com certa perplexidade, assimilar tal fenômeno eminentemente fático, produto da evolução nas relações de produção, como parte de um ordenamento jurídico disposto de modo teleológico, em cujo cume encontra-se a Constituição, lei suprema que impõe diretrizes axiológicas ao Estado e à conformação das relações sociais. Esses estudos podem divergir em suas conclusões, mas têm em comum a tratativa especializada, sob o viés normativo, do alcance e dos dilemas engendrados pela terceirização.³

¹ DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. 16ª ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 502.

² KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. 8ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 79.

³ Cita-se, em seguida, alguns desses importantes estudos: SERAU JUNIOR, M. A. (Coordenador). *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015; VIANA, M. T. *Para entender a terceirização*. São Paulo: LTr, 2015; MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997; ALFARO, L. M. *Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social*. 2016. 170 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 24/02/2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/41802>. Acesso em: 9 jun. 2019; VIDAL NETO, P. Aspectos jurídicos da terceirização. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 80/1992, p. 23 – 30, Out - Dez / 1992; MARTINS FILHO, IVES GANDRA DA SILVA. O Fenômeno da Terceirização e Suas Implicações Jurídicas. *Direito Público*, [S.l.], v. 8, n. 43, jul. 2013. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2054/1081>. Acesso em: 09 jun. 2019; NASCIMENTO, A. M. Subcontratação ou terceirização, *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 83/1993, p. 20 – 25, Jul – Set, 1993; BELTRAMELLI NETO, Silvio; SILVEIRA, Laís. Representação dos trabalhadores terceirizados em face da ampliação da permissão jurídica da terceirização no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente e de seu imperativo de proteção dos direitos humanos. *Revista*

Não obstante a importância de tal enfoque, é de se notar que, no caso da relação jurídica “triangular”, misto de relação contratual mercantil e trabalhista, constata-se, sobretudo, a sua dimensão factual, ou seja, a sua prática empresarial como fruto da dinâmica produtiva numa sociedade de mercado, consubstanciando-se em acontecimento historicamente recente na esteira das inovações do toyotismo. Nesse sentido, o fato socioeconômico da terceirização é gestado em uma sociedade historicamente situada e enseja efeitos que demandam a regulação externa – comumente incompleta e limitada – por parte do Direito. É justamente nessa perspectiva que o fenômeno passa a ser abordado tanto pela Ciência da Administração quanto pelas Ciências Sociais, as quais oferecem subsídios indispensáveis ao jurista, posto que a melhor compreensão da norma exige zelo no tratamento do fato.

No âmbito do Direito do Trabalho brasileiro, pode-se dizer que, pelo menos até o ano de 2017, a terceirização foi majoritariamente regulamentada pela jurisprudência especializada, a qual consagrou por décadas um critério, inicialmente concebido somente para a Administração Pública, mas que se espalhou intensamente para o setor privado. Trata-se da distinção entre a atividade-fim e a atividade-meio, de maneira que somente esta última poderia submeter-se aos desígnios de uma empresa prestadora de serviços. Referida distinção marcou a tradição jurídica brasileira em face de diversos outros países, que não a adotaram.⁴

Sem embargo, a tradicional distinção brasileira entre atividade-fim e atividade-meio como forma de apartar a terceirização lícita da ilícita parece ter se esaurido⁵ com o recente estabelecimento de um marco regulatório para a matéria, o qual admite a relação jurídica trilateral de modo irrestrito - desde que as exigências formais inscritas na legislação do trabalho sejam cumpridas. Compõem esse marco três fontes normativas: as Leis nº 13.429 e 13.467, ambas de 2017, e o julgamento do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante, da

da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, PR, Brasil, v. 64, n. 1, p. 39-61, abr. 2019. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/61985/38401>. Acesso em: 09 jun. 2019.

⁴ A seguir, citam-se alguns exemplos não exaustivos retirados de estudos científicos embasados: na América Latina, Chile, Argentina e Uruguai não adotam a distinção entre atividade-fim e atividade-meio para regulamentar a terceirização. Cf. ALFARO, L. M. *Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social...*, p. 113-123. É a mesma situação de países europeus, como a França, Alemanha, Noruega, Suécia e Holanda. Cf. MARCELINO, P. R. P. *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. 2008. 401 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Defesa: Campinas, 31/03/2008. p. 95-109. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280871>. Acesso em: 09 jun. 2019; PORTAL DA INDÚSTRIA, Confederação Nacional Da Indústria. *Terceirização comparada* – Livro: Terceirização no Brasil e outros países. Disponível em: <http://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/publicacoes/detalhe/trabalhista/terceirizacao/terceirizacao-comparada-brasil-e-outros-paises/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

⁵ Em tese, é possível que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucional o novo marco regulatório mediante Ação Direita de Inconstitucionalidade, o que constitui possibilidade remota em razão do recente julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958. 252, adiante contextualizado.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 324 e do Recurso Extraordinário (RE) nº 958.252, em 30 de agosto de 2018.⁶

A fissura que atinge tal tradição interpretativa tem inegável importância para a reflexão acerca do futuro do Direito do Trabalho pátrio, porquanto redonda na autorização inédita, para todas as atividades empresariais e de modo permanente, da dispensa do vínculo empregatício bilateral em torno do qual se desenhou a autonomia da disciplina. É em função dessa novidade, dos seus dilemas e de suas consequências, que a doutrina justralhista concentrará os seus esforços numa tentativa de intermediar os possíveis efeitos deletérios dessa forma de subcontratação sobre os direitos sociais dos trabalhadores.

Ocorre, no entanto, que o estudo a propósito do avanço legislativo da terceirização é necessariamente multifacetado e interdisciplinar, posto se tratar de fenômeno virtualmente inexplicável a partir de enfoques unilaterais, eis que sua origem deriva de transformações econômicas que impactam sensivelmente o Direito e que podem engendrar efeitos socialmente relevantes, abrindo-se um leque de diferentes opções metodológicas ao pesquisador interessado em compreendê-lo mais a fundo. Quando isso ocorre, não são incomuns as dificuldades de teóricos de determinadas áreas – por exemplo, os juristas – em abordar satisfatoriamente as tensões e as complexidades que circundam o objeto da pesquisa e que não constituem seus objetivos principais. Assim, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho, o *fato* da terceirização – isto é, o seu recorte político ou sociológico em termos de poder – pode vir a ser abordado de forma insuficiente por alguns autores do Direito do Trabalho, prejudicando uma compreensão mais adequada acerca da dinâmica entre Direito e sociedade.

Partindo desta perspectiva, o que ora se propõe não é uma avaliação dogmática sobre o fim da tradição jurídico-interpretativa brasileira em matéria de terceirização, preocupada com a (in)constitucionalidade do marco regulatório e/ou com os impasses que este poderá vir a causar no Poder Judiciário – embora tudo isso inevitavelmente possa aparecer ao longo do texto –, mas sim uma sua interpretação jurídico-sociológica cuidadosa e criteriosa, pautada sobretudo pelo conflito social e pelas relações de poder que marcam o avanço da subcontratação na periferia do capitalismo globalizado.

Para a consecução do intento acima mencionado, que até aqui ainda parece genérico, optou-se por abordar o surgimento do marco regulatório à luz de duas correntes críticas ao

⁶ Sobre os artigos 4º-A e 5º-A, inseridos na Lei nº 6.019/74 (Lei do Trabalho Temporário) pela Lei nº 13.467 (Reforma Trabalhista), evidenciam a possibilidade da terceirização irrestrita. Por outro lado, o referido julgamento do STF põe fim a uma enorme quantidade de processos na Justiça do Trabalho que questionavam, antes do advento da Reforma Trabalhista, o critério jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho para declarar ilícita a terceirização da atividade-fim, decidindo favoravelmente às empresas.

neoliberalismo.⁷ Isso porque, conforme restará demonstrado nos capítulos seguintes, é bastante comum que teóricos do Direito do Trabalho manifestem críticas ao fato da terceirização associando-o a “políticas neoliberais”, cujo escopo seria (de forma bastante grosseira) a flexibilização da proteção social ao trabalhador hipossuficiente em prol das novas formas de organização e atuação das empresas no contexto da globalização. Dessa maneira, os intelectuais mais alinhados à esquerda do espectro político e preocupados com a proteção social das pessoas que vendem a força de trabalho para sobreviver, frequentemente atribuem o avanço da relação jurídica trilateral aos efeitos nefastos do neoliberalismo sobre o tecido social, o que os conduz a interpretações jurídicas que pugnam pela limitação de sua extensão.

A propósito, importa ressaltar que se compartilha de modo inarredável a preocupação de tais autores, a qual orbita, em última instância, em torno das condições de produção, reprodução e desenvolvimento da vida de cada sujeito trabalhador em comunidade⁸, uma vez que não se pode ignorar o bem-estar dos trabalhadores em prol de visões economicistas que defendem o “progresso” – leia-se, o crescimento econômico – a qualquer custo social. Em outras palavras, a escolha por apreciar o fim da tradição jurídico-interpretativa brasileira em matéria de terceirização sob as lentes do neoliberalismo parte da preocupação com os efeitos da subcontratação sobre os empregados terceirizados, considerando que tal conceito pode ter utilidade nas reflexões que visam estabelecer limites a essa prática.

No entanto, isso não significa que essa opção metodológica esteja isenta de sensíveis problemas, os quais podem até mesmo contaminar o adequado tratamento jurídico do marco regulatório que se propõe interpretar. Nesse sentido, Joseph Heath denuncia estudos autodenominados críticos que esvaziam a semântica da palavra neoliberalismo, convertendo-a em uma espécie de termo “criptonormativo” (*cryptonormative*), isto é, em um verdadeiro clichê maniqueísta utilizado pelo emissor para desincumbir-se do ônus de evidenciar seus *standards* morais e argumentar conscientemente com o interlocutor que compartilha de outros pontos de vista, ou que dialoga com outras audiências em diferentes partes do espectro político.⁹ No mesmo sentido, Taylor Boas e Jordan Gans-Morse analisaram 148 artigos publicados de 1998 a 2004 e verificaram três principais problemas na sua utilização: 1) a sua indefinição; 2) o seu

⁷ A separação em duas correntes inspira-se em Ruy Braga. Cf. BRAGA, R. A herança do neoliberalismo: sementes da revolta. *Revista Cult*, São Paulo, ano 19, n. 219, p. 14-20, dez. 2016.

⁸ Inspira-se na ética da vida dusseliana, arquitetada em função das vítimas, dos dominados ou excluídos, sujeitos éticos concretos que sofrem com a exploração e a negação de suas necessidades em função de diversas fontes de opressão. DUSSEL, E. *Ética da libertação*: na idade da globalização e da exclusão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 93.

⁹ HEATH, J. *The problem with 'critical' studies*. Disponível em: <http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/?fbclid=IwAR01oBxL51SnUmG0mPne4GEuZEaEltlhWnFRDr5E0yrEw-V73jJM0fXTb3A>. Acesso em: 15 jun. 2019.

emprego desigual por parte de diferentes frações ideológicas; 3) o seu uso excessivo para a caracterização de uma grande variedade de fenômenos.¹⁰

Por outro lado, conhecidos economistas no cenário nacional, tais como Samuel Pessôa e Marcos Lisboa, questionam a sua onipresença no léxico dos economistas heterodoxos, haja vista o descompasso existente entre alguns dos argumentos críticos ao neoliberalismo e as evidências estatísticas no Brasil e na América Latina.¹¹ Ademais, Pedro Herculano de Souza, cuja tese sobre a desigualdade no Brasil foi premiada em 2017 pela CAPES, evita mencionar a palavra neoliberalismo por acreditar que ela está carregada de uma “carga ideológica um tanto ridícula” que acaba por ocultar “respostas concretas, consistentes e relativamente eficazes” oferecidas, em determinados momentos históricos, pelo “programa liberal” ao país.¹²

Tudo isso significa que a interpretação do marco regulatório da terceirização como fruto do avanço do neoliberalismo não pode ser, ela mesma, autoevidente, uma vez que se observa certa banalização no uso do termo que pode redundar no seu esvaziamento semântico e, conseqüentemente, na anulação de sua potência crítica. Pior, a atitude de tachar de neoliberal qualquer coisa que não se concorda é também nefasta por inviabilizar a contra-argumentação. Ora, o mínimo que se espera de um estudo que se pretende crítico é a dispensa de fórmulas vazias que pouco auxiliem uma pesquisa científica embasada ou que reduzam a uma caricatura a complexidade dos fenômenos que se almeja retratar; ao mesmo tempo, entretanto, espera-se que não se perca de vista o compromisso ético com a vida e o bem-estar dos trabalhadores subcontratados. Portanto, é salutar refletir não somente sobre o avanço da terceirização, mas igualmente sobre as teorias que implicitamente sustentam essa mesma reflexão.

É por isso que, ao longo das páginas subsequentes, o principal objetivo é entender como as correntes críticas ao neoliberalismo ainda podem ser úteis na construção de uma interpretação apta a oferecer um contraponto à expansão sem freios da terceirização no

¹⁰ “(...) o termo é frequentemente indefinido; empregado de forma irregular consoante diferenças ideológicas; e é igualmente utilizado para caracterizar uma grande variedade de fenômenos” (tradução livre). BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, Berkeley – University of California, v. 44, issue 2, p. 137-161, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs12116-009-9040-5.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

¹¹ Pessôa compara o crescimento da renda per capita no Chile – um país cujas políticas são tachadas de neoliberais – com a de outros países latino-americanos, como a Argentina. Já Marcos Lisboa entende que o Brasil entrou em crise a partir do abandono da gestão responsável do tripé macroeconômico. PESSÔA, S. Neoliberalismo na América Latina, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2016/06/1778390-neoliberalismo-na-america-latina.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019; LISBOA, M. Outra história. *Revista Piauí*, Edição 131, ago. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/outra-historia/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

¹² SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. 377 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. p. 55 et seq. Disponível em: [2016_PedroHerculanoGuimaraesFerreiradeSouza.pdf](https://repositorio.biblioteca.unb.br/bitstream/handle/1866/12000/1/2016_PedroHerculanoGuimaraesFerreiradeSouza.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

ordenamento jurídico. E isso sem fazer tábula rasa das importantes contribuições de diversos autores no Direito que tiveram um objetivo semelhante, mas evitando-se compactuar com visões reducionistas que, a par de seus acertos, podem vulnerar a força da crítica ao *status quo*.

¹³ Sem embargo dessas considerações, afigura-se igualmente importante ressaltar que as referidas correntes críticas ao neoliberalismo podem apresentar convergências e divergências, o que requer o cuidado redobrado quanto ao sincretismo teórico.

Metodologicamente, busca-se investigar as questões ora propostas de modo descritivo, com ampla revisão bibliográfica e análise de fontes primárias e secundárias. Sobreleva destacar o compromisso com a *teoria crítica*, seja no sentido de se buscar discutir qualquer ideia ou afirmação em busca de erros, contradições internas ou incoerências com outros campos do conhecimento ¹⁴, seja na perspectiva de desvendamento do oculto, impulsionada pelo desconforto perante o que existe. ¹⁵ De qualquer modo, parte-se da constatação de que o objeto de estudo do jurista é apenas parcela de um objeto muito mais vasto, qual seja, o estudo das sociedades e das suas transformações históricas, sendo necessário investigar o porquê dada regra do Direito, e não outra, é a que rege uma determinada sociedade – constatação esta que enseja a figura da transdisciplinaridade, suscitada por Mialle. ¹⁶

A escolha pela perquirição sociológica de um tema atinente ao Direito do Trabalho deve-se àquilo que Florestan Fernandes definiu como “a porção mais fascinante ou importante” do objeto da Sociologia: as “condições de existência social dos seres humanos”; ¹⁷ a propósito, o materialismo dialético de Marx e Engels postula que o ser dos homens coincide com o que produzem e com o como produzem, ressaltando a centralidade do trabalho na vida dos seres humanos. ¹⁸ Com efeito, é preciso transitar pela literatura do Direito do Trabalho, da Sociologia do Direito, da Sociologia do Trabalho e da Filosofia do Direito para o fim de apreender satisfatoriamente o tema que se propõe.

¹³ Embora o título da dissertação proponha “uma análise jurídico-sociológica acerca do fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim”, o que se deve à utilização do conceito de neoliberalismo como uma espécie de ponte entre o estudo jurídico (o novo marco regulatório da terceirização) e os estudos sociológicos (sobre o neoliberalismo), o fato é que o esforço de definição desse conceito um tanto quanto impreciso desembocará em duas análises distintas, ambas de cunho jurídico-sociológico, consubstanciadas nos capítulos 2 e 3.

¹⁴ ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 86.

¹⁵ Nessa perspectiva, o presente trabalho está em consonância com a ideia exposta por Boaventura de Sousa Santos, segundo o qual a teoria crítica é toda a teoria que não reduz “a realidade” ao que existe: “o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação”. SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 23.

¹⁶ MIAILLE, M. *Introdução crítica ao direito*. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005. p. 23

¹⁷ FERNANDES, F. *A herança intelectual da Sociologia*, apud FORACCHI, M. M., *Sociologia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1997, p. 11.

¹⁸ ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 25.

Ainda, deve-se alertar para o fato de que se buscará o diálogo com o pensamento de autores oriundos de escolas que podem, num ponto ou noutro, diferir radicalmente. Nada obstante, inspira-se em Bourdieu, Chamboredon e Passeron para aduzir que a existência de diferenças entre teorias parciais não elimina a convergência de todas elas em direção às premissas do pensamento crítico, o qual intenta primordialmente a ruptura e o distanciamento com o senso comum.¹⁹ O que se deve evitar, todavia, é o sincretismo teórico irrefletido que conduz a contradições e reducionismos, motivo pelo qual afigura-se prudente a adoção de uma atitude cautelosa face ao leitor quando da evocação aspectos inconciliáveis entre diferentes tradições reflexivas.

Isso posto, o itinerário a ser seguido divide-se em três grandes partes. Em primeiro lugar, busca-se apresentar a terceirização como um fato socioeconômico de peculiar importância na realidade brasileira, um fenômeno pouco a pouco assimilado pelo Estado de acordo com uma tradição interpretativa que suscita a tensão entre duas perspectivas opostas: a modernização e a precarização das relações empregatícias (capítulo 1). Para tanto, indispensável elucidar como essa relação jurídica “triangular” é parte componente de um processo global de reestruturação produtiva e ao mesmo tempo se relaciona com diversos outros fatores extraeconômicos (item 1.1), acomodando-se institucionalmente no Brasil de maneira peculiar (item 1.2). Ademais, para além do mapeamento dos aspectos potencialmente problemáticos da terceirização em relação aos trabalhadores, tendo-se por base os dados empíricos hoje disponíveis (item 1.3), nesse primeiro momento será demonstrado como a disseminação dessa forma de subcontratação comumente é abordada por autores do Direito do Trabalho mediante uma concepção específica (embora não necessariamente única) de neoliberalismo (item 1.4).

A segunda parte explora com maior riqueza de detalhes a chamada corrente teórica (marxista) da espoliação, a qual concentra a análise da expansão da terceirização como um avanço da precarização das relações de trabalho, colocando em evidência a *negatividade* da exploração e da mercantilização da mão de obra sobre a subjetividade obreira (capítulo 2). Tem-se o objetivo de abordar as raízes teóricas compartilhadas pelos autores que se enquadram neste grupo, o qual é responsável por galvanizar uma quantidade considerável de argumentos contrários à expansão indiscriminada da relação jurídica trilateral, seja do ponto de vista da precarização das relações de trabalho (item 2.1) ou do recrudescimento da mercantilização do labor humano (item 2.2). Da mesma maneira, intenta-se evidenciar como essa linha de raciocínio pode vir a conduzir o intérprete a uma visão específica de Direito e de Estado como

¹⁹ BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 43.

instâncias próprias do modo de produção capitalista, influenciando determinadas teorizações acerca do marco regulatório brasileiro do trabalho terceirizado (item 2.3).

A terceira parte objetiva ponderar sobre os acertos e limitações da referida escola de pensamento destrinchada no capítulo 2 e, ao mesmo tempo, desbravar um flanco pouco conhecido pelos juristas (capítulo 3). Trata-se da corrente que enquadra o neoliberalismo como racionalidade governamental nos termos das reflexões foucaultianas, de modo a abrir novas perspectivas para a análise das recentes transformações jurídicas no mundo do trabalho (item 3.1), colocando-se em evidência a *positividade* das estratégias de saber e de poder que moldam a subjetividade obreira e a atuação estatal, naturalizando a subcontratação e a organização empresarial em rede (item 3.2). Por derradeiro, à semelhança do que será feito no item 2.3, será necessário expor como essa linha de raciocínio pode conduzir o intérprete a uma visão diferenciada sobre a interação entre Direito e a economia capitalista, possibilitando-se esboçar uma nova teorização a respeito do marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil (item 3.3). Nada obstante, reserva-se a conclusão para a realização de um balanço acerca das considerações anteriormente aventadas.

CAPÍTULO 1 – A TERCEIRIZAÇÃO COMO FATO SOCIOECONÔMICO E A SUA ASSIMILAÇÃO PELO DIREITO BRASILEIRO: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS

A relação jurídica “triangular” não é novidade nas investigações sociológicas ou jurídicas no âmbito acadêmico. Não obstante, para levar a cabo a problemática exposta na introdução – sobretudo uma reflexão sobre a própria reflexão que se pode fazer a respeito do marco regulatório em apreço –, entende-se como necessário revisitar a bibliografia que a enquadra como um inexorável fato socioeconômico no padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo, seja nos países centrais ou nos periféricos.

Tratando-se, portanto, de um fato, é preciso verificar como o Direito brasileiro reagiu a essa forma específica de organização empresarial em rede, momento em que se desvelou de modo muito claro duas tendências opostas no epicentro do fenômeno: a modernização e a precarização das relações de emprego, sendo a sua faceta negativa frequentemente abordada como um desdobramento de políticas neoliberais por parte de seus críticos.

1.1 Reestruturação produtiva e o seu impacto sobre as relações de trabalho: a subcontratação como um imperativo de flexibilidade

A crise que atinge a bilateralidade do contrato de trabalho e abre espaço à subcontratação é apenas parte de uma transformação mais ampla, cuja amplitude suscita diversas maneiras de interpretá-la. Uma das possibilidades é colocá-la em perspectiva com a crise da modernidade, a qual Max Weber consagrou como um longo processo de “desencantamento do mundo” e de progressiva racionalização da ação social, implicando a autonomização do Direito, da religião, da ética, da política etc.²⁰

Para Boaventura de Sousa Santos, a modernidade é um paradigma sociocultural rico, complexo e contraditório, assentado nos pilares da regulação e da emancipação. O primeiro seria constituído pelo princípio do Estado (formulado essencialmente por Hobbes), pelo princípio do mercado (desenvolvido sobretudo por J. Locke e A. Smith) e pelo princípio da comunidade (que encontraria sustentáculo na teoria social e política de J. J. Rousseau); o segundo, por sua vez, seria constituído pelas três lógicas de racionalidade definidas por Weber: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-

²⁰ Cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vols. I e II. Brasília: Editora da UnB, 1996.

instrumental da ciência e a racionalidade moral-prática da ética e do Direito.²¹ Entretanto, viver-se-ia atualmente uma espécie de transição paradigmática, típica de uma sociedade intervalar, porquanto a matriz das energias regulatórias e emancipatórias inscritas no revolucionário projeto moderno passou a ser reduzida, a partir do momento em que convergiu com o desenvolvimento capitalista, aos dois grandes instrumentos de racionalização da vida coletiva, a ciência e o Direito, situação que conduziria a uma crise epistemológica e societal.²² Isso porque tanto a ciência quanto o Direito moderno não mais ofereceriam respostas satisfatórias à emancipação individual e ao desenvolvimento saudável da vida coletiva.

Em Frederic Jameson, essa pós-modernidade (por ele chamada, em tom crítico, de “pós-modernismo”) vincula-se àquilo que Daniel Bell identificou como a “crise da sociedade pós-industrial”, a qual coincide com o advento de ambiciosas generalizações teórico-sociológicas tais como sociedade de consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares. Para o autor, tais generalizações fazem parte de um “milenarismo invertido” de prognósticos catastróficos ou redencionistas (o fim do Estado de bem-estar, da ideologia, das classes sociais, da história etc.).²³

Jean-François Lyotard, por outro lado, fala em “condição pós-moderna” ao abordar a dita idade pós-industrial – que, para ele, tem início pelo menos desde o final dos anos 1950 –, condição esta que afeta o estatuto do saber e a cultura.²⁴ Elucida o autor que tal categoria conceitual foi inspirada por sociólogos e críticos norte-americanos, designando o “estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”, o que ele pretende situar a partir da “crise dos relatos” ou da crise das metanarrativas.²⁵ Pós-moderna, destarte, seria a incredulidade em relação aos metarrelatos, isto é, aos dispositivos narrativos herdados das Luzes e derivados de uma filosofia metafísica, de modo que a função narrativa perde seus atores e heróis, os grandes perigos, périplos e o grande objetivo (por exemplo, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador).²⁶

Esse desconforto oriundo de uma verdadeira transição societal que ocorre desde a segunda metade do século XX também é captado por Gilles Deleuze, segundo o qual a sociedade pós-industrial representaria a substituição de uma sociedade disciplinar por uma

²¹ SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 50.

²² *Ibidem*, p. 42.

²³ JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 27-29.

²⁴ LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. p. 3.

²⁵ *Ibidem*, p. xv.

²⁶ *Ibidem*, p. xv.

sociedade de controle, sendo o maior sintoma dessa transformação a crise generalizada de todos os meios de confinamento, tais como a prisão, o hospital, a fábrica, a família.²⁷ As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas e relógios; as sociedades disciplinares tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o ativo da sabotagem; as sociedades de controle, por fim, operam por máquinas de informática e computadores circundados pelo perigo passivo da interferência e pelo perigo ativo da pirataria e introdução de vírus. Seja como for, trata-se de uma mutação que não é meramente tecnológica, mas do próprio capitalismo.²⁸

Talvez uma das mais célebres caracterizações desse momento histórico, filosófico e cultural seja a metáfora de Zygmunt Bauman, segundo o qual tratar-se-ia de uma liquefação da solidez típica da modernidade, associando-lhe à extraordinária mobilidade dos fluidos e à ideia de leveza.²⁹ É nessa mesma perspectiva fluida que se embala a reflexão de Richard Sennett³⁰ acerca do empobrecimento da vida cívica na era pós-industrial, demonstrando como o domínio público foi pouco a pouco substituído pela cena psíquica privada em detrimento do indivíduo e da sociedade; de Jean Baudrillard, sobre “a passagem dos signos que dissimulam alguma coisa aos signos que dissimulam que não há nada”, situação que lhe encoraja a falar de uma era de simulacros e simulação, de produção desenfreada do real/referencial e simultâneo desenfreamento da produção material;³¹ de Gustavo Zagrebelsky, a propósito de um Direito dúctil ou de uma dogmática constitucional fluída, impulsionada pela ressignificação jurídica dos princípios e de uma transformação hermenêutica.³²

Enfim, com essa breve exposição a respeito das mais diversas teorizações que se dedicaram a compreender uma série de mutações de grande amplitude que atingiram o Ocidente desde a segunda metade do século XX, objetiva-se deixar claro que as mudanças que atingem o mundo do trabalho e refletem na contratualidade são parte de uma moldura muito mais ampla. Sem embargo, importa seguir a perspectiva de David Harvey, para o qual existe uma relação necessária entre a ascensão das formas culturais pós-modernas e a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital que ensejam um novo ciclo de compressão do tempo-espço na organização do capitalismo, tendo a terceirização desempenhado papel relevante no que tange a essas modalidades flexíveis que embasam as novas formas de acumulação.³³

²⁷ DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998. p. 220.

²⁸ *Ibidem*, p. 223.

²⁹ BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 23.

³⁰ SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³¹ BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991. p. 14.

³² ZAGREBELSKY, G. *El derecho dúctil. Ley, derechos, justicia*. 7ª ed. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

³³ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 184.

Quando se verticaliza essa análise no que concerne às relações de trabalho, impõe-se a necessidade de recortar o objeto de estudo apenas em função da ordem econômica, onde se localizam e se reproduzem as relações de produção. No entanto, a cristalização da discussão apenas sob as lentes da dinâmica econômica pode vir a redundar em visões reducionistas ou economicistas sobre o trabalho na contemporaneidade. É por esse motivo que o intérprete que apreende em sua pesquisa o fenômeno relativo à reestruturação produtiva, que engendra a terceirização, deve estar ciente de que, apesar de essencialmente econômico, o tema transcende tal esfera e está imbricado a diversas outras variáveis de cunho epistemológico e cultural, como adiante será demonstrado com maior riqueza de detalhes.

Como bem alerta Maurice Godelier, inspirado nas categorias conceituais marxianas, só se pode falar de trabalho em geral a partir do século XVIII, com o rompimento de Adam Smith com os fisiocratas (para os quais somente a agricultura seria a forma criadora da riqueza). A noção abstrata de trabalho deve ser historicizada, já que somente foi erigida a ponto de partida da economia moderna quando a produção se tornou uma produção de mercadorias e quando a maioria dos produtos úteis – que resultam do trabalho concreto – passaram a ser trocados entre si em distintas frações de um mesmo equivalente (o dinheiro).³⁴ Nesse mesmo diapasão, nota-se que as relações sociais de produção, que se encontram no cerne da base material da sociedade, vinculam-se a uma determinada forma social de produção: “toda a produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por intermédio de uma forma de sociedade determinada”.³⁵ Em sentido complementar, Sérgio Lessa afirma que o trabalho constitui uma categoria social, ou seja, pode existir somente enquanto parte de um complexo composto por ele, pela fala e pela sociabilidade – o conjunto das relações sociais.³⁶

Nada mais intuitivo, portanto, que as transformações na dinâmica de acumulação da sociedade de mercado atinjam em cheio a organização das relações sociais de trabalho – sejam elas formais ou informais –, de maneira a provocar efeitos que afetam a subjetividade e a organização coletiva dos trabalhadores. Logo, o abalo sísmico que atualmente afeta o paradigma sociocultural da modernidade e suas categorias constitutivas – como o chamou Boaventura de Sousa Santos –, tais como “razão”, “verdade”, “totalidade”, “sujeito” ou “progresso”, também reverbera na configuração do labor humano prestado por conta alheia, bem como na concepção social do trabalho em si.

³⁴ GODELIER, Maurice. Trabalho. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 7. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 13.

³⁵ *Ibidem*, p. 19.

³⁶ LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002. p. 27.

A reestruturação produtiva de nível mundial, que está no cerne da difusão da subcontratação, é fenômeno paralelo ao que se convencionou chamar globalização, a qual, por sua vez, é concomitante à referida crise da modernidade. A propósito, fala-se em globalização para enfatizar um processo que ocorre sobretudo desde os anos 1970 e implica a estupenda intensificação das interações transnacionais; um processo multifacetado, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, as quais se combinam das maneiras mais complexas.³⁷ Não sendo propriamente uma novidade histórica, o que marca contemporaneamente a intensificação dessas interações transnacionais é o inédito processo de superação das restrições de espaço pela minimização das limitações de tempo, o que se alcança graças a um formidável avanço tecnológico.³⁸

Diante da vasta amplitude de sentidos e da heterogeneidade dos estudos sobre a globalização, merecem destaque os esforços sistematizadores de Boaventura de Sousa Santos e Abili Lázaro Castro de Lima. Para o primeiro, globalização “é um processo através do qual uma determinada condição ou entidade local amplia seu alcance a todo o globo e, ao assim fazê-lo, adquire a capacidade de designar como locais condições ou entidades rivais”.³⁹ Já para o segundo, que lança mão da ferramenta weberiana do tipo ideal, globalização “implica uma crescente interconexão em vários níveis da vida cotidiana a diversos lugares longínquos do mundo”.⁴⁰ Percebe-se, portanto, que tais autores estabelecem uma definição ampla do fenômeno, não limitando-o a uma ou outra esfera de sua abrangência; contudo, nota-se em outros trechos que, para ambos, a dimensão econômica é de crucial importância para a análise de seus efeitos práticos.⁴¹ E é justamente a globalização econômica que importa no exame da reestruturação produtiva.

De acordo com Sousa Santos, a nova divisão internacional do trabalho, alicerçada na globalização da produção levada a efeito pelas empresas transnacionais – os agentes-chave da nova economia mundial, de modo a colocar os Estados-nação em segundo plano –, é a principal

³⁷ SANTOS, B. de S. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998. p. 39.

³⁸ FARIA, J. E. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 62.

³⁹ SANTOS, B. de S., *op cit*, p. 56.

⁴⁰ LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

⁴¹ Sousa Santos associa a globalização à compressão do espaço-tempo, isto é, ao processo social mediante o qual os acontecimentos se aceleram ou se estendem ao redor do mundo. Assim, a grande relevância da sua dimensão econômica reside no fato de que a classe capitalista transnacional (formada por instituições multilaterais e empresas transnacionais) controla a compressão do espaço-tempo e é capaz de utilizá-la ao seu benefício. Cf. SANTOS, B. de S., *op cit*, p. 56. Lima, por outro lado, afirma que “o viés econômico será o fio condutor da globalização, eis que o seu advento gerou, em todas as suas dimensões, o fenômeno da globalização”. Cf. LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito...*, p. 139.

dimensão dessa faceta econômica.⁴² Sem embargo, o autor concorda com Barbara Stallings, segundo a qual a mundialização da economia, que possibilitou principalmente a ascensão das empresas transnacionais, segue um novo padrão de Economia Política, caracterizado como um “modelo de desenvolvimento orientado ao mercado” e guiado pelas seguintes diretrizes: as economias nacionais devem estar abertas ao comércio e os preços domésticos devem estar em conformidade com os preços internacionais do mercado; as políticas fiscal e monetária devem ser prudente e meticulosamente dirigidas para manter os preços e a estabilidade da balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; as empresas estatais devem ser privatizadas; a tomada de decisões da iniciativa privada, orientada pelos preços estáveis e não distorcidos, deve ditar os padrões nacionais de especialização, distribuição de recursos e remuneração dos fatores de produção, com regulações setoriais mínimas.⁴³

O contexto histórico desse novo modelo merece destaque. Seguindo o padrão interpretativo proposto por David Harvey, o período de expansão do pós-guerra (1945-1973) teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico que pode ser denominado “fordista-keynesiano”. Tal conjunto colapsou a partir das crises de 1973⁴⁴, inaugurando-se um período de rápida mudança, fluidez e incerteza, marcado por novos sistemas de produção e *marketing*, processos de trabalho e mercados mais flexíveis, maior mobilidade geográfica e rápidas mudanças práticas de consumo, fatores que ensejaram um contraste tão grande com a época de ouro do capitalismo europeu (1945-1973) que possibilitou identificá-lo como “regime de acumulação flexível” ou pós-fordista.⁴⁵ Para Boltanski e Chiapello, de outro giro, o contraste entre esses dois padrões de acumulação (isto é, o conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos que os embasaram) é representado por dois diferentes espíritos do capitalismo.⁴⁶

Com efeito, as empresas transnacionais e a crescente financeirização da economia marcam indelevelmente esse novo regime de acumulação. Tendo por base a leitura de François Chesnais e Michelet, Abili Lima destaca o fato de que a corporação transnacional se apresenta como uma empresa ou grupo de empresas, em geral de grande porte, que, a partir da base

⁴² SANTOS, B. de S. *La globalización del derecho...*, p. 40.

⁴³ SANTOS, B. de S. *La globalización del derecho...*, p. 40.

⁴⁴ José Eduardo Faria as resume da seguinte maneira: crise do padrão monetário internacional, dois choques consecutivos do petróleo (1973/1974 e 1978/1979), estagnação econômica e processo inflacionário sem precedentes, problemas de liquidez mundial, acentuada queda no preço das *commodities*, saturação da oferta e da demanda de bens duráveis na Europa ocidental e nos EUA, redução dos níveis de investimento e deterioração das condições de rentabilidade dos capitais tangíveis e intangíveis. FARIA, J. E. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 64-65.

⁴⁵ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 119.

⁴⁶ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

nacional, implanta diversas filiais em países do exterior consoante uma estratégia mundial.⁴⁷ A atuação transnacional de tais grupos empresariais, ditando o ritmo de uma nova divisão internacional do trabalho, mais leve e flexível, é bem representada por Wilson Ramos Filho, o qual associa os novos métodos de gestão do trabalho oriundos da reestruturação produtiva aos processos de desterritorialização, reterritorialização e deslocalização empresarial.⁴⁸

A *reterritorialização* é marcada pelo esgotamento dos mercados internos e pela expansão das grandes empresas aos países periféricos, o que se deu com base em três motivos fundamentais: com o objetivo de conseguirem melhores condições de competitividade e contornar barreiras tarifárias de alguns desses países ao argumento de fomentar as indústrias nacionais; para se beneficiarem de custos de produção mais baixos (principalmente a força de trabalho); para poderem alcançar outros mercados regionais, próximos de onde se instalariam as novas fábricas. A *desterritorialização* abarca as empresas que passaram a prescindir de grandes investimentos em bases físicas instaladas ou que haviam desenvolvido logística própria, o que lhes permitiu funcionar em qualquer país ou em diversos países ao mesmo tempo e incentivou o *dumping* social com o aproveitamento de vantagens comparativas ao redor do globo. Já a *deslocalização* consiste em estratégias empresariais que almejam fechar fábricas ou plantas industriais inteiras em um determinado país para localizá-las em outros países cujos custos de produção sejam mais interessantes.⁴⁹

Essa nova relação empresarial com o espaço ou as fronteiras, impulsionada pela globalização econômica e o crescimento exponencial do comércio internacional, como se infere da leitura de Pierre Bourdieu, liga-se ao fato de que houve uma dissociação entre empresa e Estado-nação. A partir do fim do século XX, fala-se em “empresas-rede”, que se articulam na escala continental ou até mesmo planetária, conectando segmentos da produção, conhecimentos tecnológicos e redes de comunicação; facilita-se a mobilidade do capital e o seu deslocamento para países com salários mais baixos, onde o custo do trabalho é reduzido, de modo a favorecer a concorrência entre os trabalhadores em escala mundial.⁵⁰ Nessa mesma senda, sublinha Abili Lima que o novo padrão de acumulação é facilitado ou viabilizado por políticas econômicas que instrumentalizam essa faceta da globalização, estando elas sustentadas por um conjunto de

⁴⁷ LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito...*, p. 147.

⁴⁸ RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012. p. 282.

⁴⁹ RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho...*, p. 282.

⁵⁰ BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 74.

elementos presentes nas teorias econômicas. Trata-se, para ele, do neoliberalismo ⁵¹, categoria conceitual que será aprofundada nas seções posteriores do presente trabalho.

O modelo de acumulação fordista-keynesiano (1945-1973) toma significado ao ser radicalmente contraposto ao seu sucessor, o regime de acumulação flexível ou pós-fordista, moldado pela globalização econômica e pela financeirização da economia. ⁵² A curta existência (em torno de 30 anos) e a relativa delimitação geográfica (alguns países europeus continentais, Escandinávia e Japão) não impediram que o compromisso pós-guerra entre capital e trabalho, alavancado pela forma política da socialdemocracia ou *Welfare State*, fosse exportado à periferia como um ideal a ser alcançado. Isso porquanto esse curto período histórico conheceu – ainda que somente a partir dos anos 1960, de forma consolidada – o que Robert Castel e Richard Sennett chamaram, respectivamente, de moderna “sociedade salarial” ⁵³ e “modelo do Reno” ⁵⁴, isto é, um arranjo em que “sindicatos de trabalhadores e a administração dividem o poder e o aparelho assistencial do governo proporciona uma rede de segurança aparentemente compacta de benefícios em pensões, educação e saúde”. ⁵⁵

Standing enumera sete formas de garantias relacionadas ao trabalho e consolidadas no compromisso do pós-guerra responsáveis por ensejar a sociedade salarial: 1) *garantia de mercado de trabalho*, relacionada às oportunidades adequadas de renda-salário e, no nível macro, ao compromisso governamental de pleno emprego; 2) *garantia de vínculo empregatício*, ligada à proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão e imposição de sanções aos empregadores que as burlassem; 3) *segurança no emprego*, ou, em outras palavras, capacidade e oportunidade para a manutenção de um nicho no emprego e de mobilidade ascendente em termos de *status* e renda; 4) *segurança no trabalho*, o que se conecta

⁵¹ LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito...*, p. 156.

⁵² “O sistema fordista-taylorista, que dominou a lógica de produção no século XX, operava a partir da especialização, do parcelamento ao extremo das tarefas produtivas, possibilitado pelas esteiras de montagem, de maneira que o trabalhador realizava uma única tarefa, de forma automática, sincronizada e extremamente rotinizada, sem liberdade para exercer o controle de sua atividade, de maneira que tanto a execução da tarefa quanto o ritmo em que deveria ser realizada eram determinados pela própria produção. Nesse tipo de organização do trabalho evidenciava-se nítida distinção entre funções de execução e de planejamento, sendo esta última atribuída a diretores e gerentes, imperando o controle externo ao trabalhador a partir do monitoramento do tempo necessário àquele para realização das atividades. Neste contexto, exigia-se do trabalhador (...) uma atuação meramente mecânica, fragmentada e repetitiva, exaurindo-se num trabalho desprovido de sentido, sendo os trabalhadores concebidos como mero fator humano, facilmente descartável e substituído num processo de produção feito de normas rígidas e movimentos calculados”. COUTINHO, A. R. BALESTRA, O. Endomarketing nos Marcos da Organização do Trabalho Toyotista. *Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, vol. 2, n. 23, Out./2013, p. 9-22. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95531/2013_coutinho_aldaey_endomarketing_marcos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁵³ CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 22.

⁵⁴ SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 61.

⁵⁵ SENNETT, R. *A corrosão do caráter...*, p. 61.

à proteção contra acidentes e doenças no trabalho através de normas de ordem pública, tais como as que estabelecem limites ao tempo de trabalho; 5) *garantia de reprodução de habilidade*, a qual se vincula à oportunidade de adquirir habilidades através de estágios e treinamentos de trabalho para posteriormente colocar tal conhecimento em prática ; 6) *garantia de segurança de renda*, o que inclui uma renda adequada e estável, protegida por mecanismos de salário mínimo, previdência social abrangente e tributação progressiva; 7) *garantia de representação*, isto é, de possuir voz coletiva no mercado de trabalho mediante sindicatos independentes, com direito de greve.⁵⁶

Em suma, o modelo fordista (e igualmente taylorista) de produção encerra uma pluralidade de macrocondições favoráveis à classe trabalhadora: o maior compromisso de seu correlato Estado de Bem-Estar (mediante políticas públicas e fomento aos direitos sociais); o papel ativo da administração macroeconômica em termos de combate ao desemprego e às desigualdades; o mais intenso engajamento dos sindicatos na luta política geral e no estreitamento da relação com os partidos políticos; o maior equilíbrio de forças entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado-nação, cuja marca maior é o crescimento dos direitos legais e constitucionais com a consequente ampliação das remunerações indiretas (salários mínimos, seguro-desemprego, descanso semanal remunerado etc.) e o incremento nos direitos sindicais, bem como a maior formalização nas relações de trabalho.⁵⁷

O grande símbolo da sociedade salarial era a relação bilateral (e duradoura) de emprego, que, aliada a uma mentalidade de “longo prazo”, permitia a fruição plena das supramencionadas garantias.⁵⁸ No período dos “trinta gloriosos anos”, o trabalho ainda era herdeiro da ambição e da obsessão modernas pelo progresso. Como observa Bauman, o trabalho ocupava o posto de principal valor dos tempos modernos com a sua “maravilhosa, quase mágica, capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório”, com as suas virtudes relacionadas ao aumento da riqueza e à eliminação da miséria, mas, principalmente, com a sua suposta contribuição para o estabelecimento da ordem, o ato histórico mesmo de colocar a espécie humana no comando de seu próprio destino.⁵⁹ Era o período em que o trabalho ascendeu simultaneamente à classe de

⁵⁶ STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 28.

⁵⁷ DA COSTA, W. C. O processo de globalização e as relações de trabalho na economia capitalista contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 18/19, p. 117-134, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/117>. Acesso em: 07/07/2019.

⁵⁸ “O que pôs capital e trabalho face a face e os atou foi a transação de compra e venda; e assim, a fim de permanecerem vivos, cada um tinha que se manter em forma para essa transação: os donos do capital tinham que ser capazes de continuar comprando trabalho e os donos do trabalho tinham que permanecer alertas, saudáveis, fortes e suficientemente atraentes para não afastar os compradores e não sobrecarregá-los com os custos totais de sua condição”. BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 167.

⁵⁹ BAUMAN, Z. *Modernidade líquida...*, p. 157.

trabalhadores ao centro do cenário político, retrato mais bem acabado da modernidade sólida e do capitalismo pesado, onde o engajamento entre capital e trabalho era fortificado pela mutualidade de sua dependência – uma união que, como o casamento divino, poder humano nenhum poderia desatar.⁶⁰

Ocorre que o sistema taylorista-fordista, dominante na lógica produtiva da “modernidade pesada”,⁶¹ encontrou seus limites não apenas na destruição das condições econômicas que possibilitaram uma gestão de índole keynesiana (o que ocorreu a partir da década de 1970, com as já referidas crises do petróleo e a “estagflação”),⁶² mas também na rigidez de suas estruturas organizativas. Sobretudo a partir das reivindicações de maio de 1968,⁶³ a típica forma de labor calcada no gigantismo da fábrica verticalizada e no parcelamento ao extremo das tarefas produtivas nas esteiras de montagem, associada a tarefas automáticas, sincronizadas e rotinizadas (cujo alicerce era a nítida distinção entre funções de execução e planejamento, sendo esta última atribuída a diretores e gerentes), passaram a ser encaradas como engrenagens de uma máquina desumana, que deveria ceder espaço a uma nova forma de relação entre capital e trabalho.⁶⁴ Ao revés do que se observava anteriormente, passava-se a valorizar a autonomia, a criatividade, a reatividade e a flexibilidade do trabalhador.

A palavra de ordem do novo regime de acumulação, do capitalismo “leve” e sem amarras, da nova mentalidade de “curto prazo”, é a flexibilidade, responsável por relativizar até o limite a relação bilateral do emprego. Conforme a leitura de Sennett, o “capitalismo flexível” ataca o cerne do fordismo-taylorismo, as formas rígidas de burocracia e os males da rotina cega; pede-se aos trabalhadores que estejam abertos a mudanças de curto prazo, que assumam riscos continuamente e dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.⁶⁵ O imperativo da flexibilidade, mais que a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, afeta a vida emocional das pessoas sobretudo fora do local de trabalho, mediante uma transformação da concepção do tempo: não há longo prazo.⁶⁶ De acordo com o mesmo autor, o sistema de poder camuflado nas (pós-)modernas formas de flexibilidade consiste basicamente em três elementos não estanques: a *reinvenção descontínua de instituições* (a crença de que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias

⁶⁰ *Ibidem*, p. 166.

⁶¹ *Ibidem*, p. 140.

⁶² Cf. nota de rodapé nº 43.

⁶³ Cf. BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 501 *et seq.*

⁶⁴ COUTINHO, A. R. BALESTRA, O. Endomarketing nos Marcos da Organização do Trabalho Toyotista..., p. 11.

⁶⁵ SENNETT, R. *A corrosão do caráter...*, p. 9.

⁶⁶ SENNETT, R. *A corrosão do caráter...*, p. 25.

piramidais), a *especialização flexível de produção* (a colocação cada vez mais célere dos mais variados produtos no mercado, consoante as variações na demanda) e a *concentração sem centralização* (a maneira como o poder aparentemente é descentralizado na sua estruturação e ao mesmo tempo, na prática, é concentrado em seu exercício, já que os novos sistemas de informação permitem o controle mais intenso dos assalariados).⁶⁷

Assim, o que se nota da passagem de um modelo de acumulação a outro, vale dizer, nessa verdadeira mutação do capitalismo, é a introdução da flexibilidade como a nova palavra de ordem nas relações de produção, seja na organização empresarial interna (política do *just in time*, busca pela qualidade total, trabalho em equipe, círculos de controle de qualidade, polivalência) ou externa (horizontalização cada vez mais intensa da planta produtiva). É nesse sentido que se passou a relacionar a flexibilização com a precarização das relações de trabalho, porquanto as novas exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital em grandes proporções, desembocaram na subordinação da esfera produtiva à fluidez da esfera financeira, aos processos ágeis de produção e trabalho mais adequados à rapidez do tempo social embasado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade do que se produz e dos que produzem.⁶⁸

De fato, conforme o exposto por Guy Standing, “a busca de relações de emprego flexíveis tem sido a principal causa direta do crescimento do precariado global”.⁶⁹ Para ele, o precariado seria descrito como um grupo composto por milhões de pessoas “sem uma âncora de estabilidade” e cujas principais características seriam a precariedade de moradia, trabalho, emprego e proteção social – basicamente, um grupo desprovido, no todo ou em parte, daquelas sete formas de garantias relacionadas ao trabalho e consolidadas no compromisso do pós-guerra.⁷⁰ No mesmo sentido, enquadra-lhe como classe emergente marcada pela insegurança crônica e apartada das velhas normas trabalhistas, o que estaria corroendo o *status* de cidadão (*citizens*) de seus integrantes, tidos agora como meros habitantes (*denizens*) sensíveis a políticas populistas que lucram com essa instabilidade.⁷¹

Desse modo, verifica-se que o outro lado da moeda do crescimento desse precariado é a flexibilização do Direito trabalhista, que se relaciona diretamente com a precarização do trabalho formal e o aumento exponencial da subcontratação. De acordo com Oscar E. Uriarte,

⁶⁷ SENNETT, R. *A corrosão do caráter...*, p. 54 et seq.

⁶⁸ DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792011000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2019.

⁶⁹ STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 56.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 14-19.

⁷¹ STANDING, G. *A precariat charter: from denizens to citizens*. Londres: Bloomsbury, 2014. p. 15.

“a proposta flexibilizadora consiste em afrouxar, eliminar ou adaptar, segundo os casos, a proteção laboral clássica”, consubstanciada no vínculo bilateral e estável, sob a justificativa de contribuir para o aumento do emprego ou da competitividade empresarial, que se acirrou com a globalização.⁷²

Também para Luc Boltanski e Ève Chiapello a estratégia das grandes empresas, com a reestruturação produtiva, assentou-se na introdução da flexibilidade, que engendrou a transferência, para assalariados e subcontratados (*stakeholders*), do peso das incertezas do mercado.⁷³ A propósito, seriam duas as principais formas de flexibilizar a produção: 1) a *flexibilidade interna*, que se baseia na “transformação profunda da organização do trabalho e das técnicas utilizadas (polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia etc.)” e 2) *flexibilidade externa*, a qual supõe uma organização do trabalho em rede, na qual empresas “enxutas” ordenam seus recursos por meio de abundante subcontratação e mão de obra maleável em termos de emprego, horários ou jornada de trabalho.⁷⁴

Enfim, não há espaço e nem constitui o objetivo desta dissertação desbravar todas as nuances da flexibilização do Direito do Trabalho. O objetivo das considerações até aqui realizadas foi apenas colocar a subcontratação em perspectiva com um processo global de muitas dimensões que terminou por refletir na economia de maneira a transformar as relações sociais de produção. Uma de suas consequências foi a relativização do vínculo empregatício bilateral, um verdadeiro marco na sociedade salarial porquanto ligado umbilicalmente à fruição dos demais direitos sociais. Na sequência, procurar-se-á apresentar especificamente a terceirização no Brasil como um produto desse amplo cenário, que finalmente acarretou a promulgação do marco legal que se pretende colocar em evidência.

1.2 Terceirização e sua tradição regulatória no Brasil: do freio jurisdicional à liberalização do parlamento

Tendo-se rapidamente abordado o amplo conjunto de fatores que afeta diretamente a produção e, conseqüentemente, as formas de contratação do labor humano, torna-se relevante focalizar nessa paisagem a terceirização e a sua acomodação na institucionalidade brasileira. Nesse sentido, é importante novamente sublinhar, em consonância com as notas introdutórias,

⁷² URIARTE, O. E. La flexibilidad del Derecho Laboral en algunas experiencias comparadas. *Ius et veritas*, Lima, n. 4, 1992. p. 13. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/view/15324/0>. Acesso em: 09 jul. 2019.

⁷³ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo...*, p. 240.

⁷⁴ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo...*, p. 240.

que o objetivo da presente dissertação não consiste em dissecar todos os aspectos da nova legislação (de 2017) que regulamenta a prática da terceirização, mas tão somente abordar criticamente a sua principal novidade, qual seja, a possibilidade de subcontratação permanente da atividade-fim de qualquer empresa, o que subverte a tradição jurídico-interpretativa sobre a matéria que foi durante algumas décadas sedimentada pela Justiça do Trabalho.

Como transparece das páginas anteriores, essa peculiar relação jurídica deriva diretamente do regime de acumulação flexível (pós-fordista) que se disseminou mundialmente a partir da década de 1970. A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista deflagrou diversas transformações no próprio processo produtivo e desembocou num modelo alternativo de gestão organizacional que comumente se denomina como toyotista (ou pós-taylorista), pautado na experiência japonesa do pós-guerra e associado ao avanço tecnológico.⁷⁵

De acordo com Ricardo Antunes, são oito os traços distintivos do toyotismo: trata-se de uma forma de produção 1) especialmente vinculada à demanda, bastante variada e heterogênea, com o objetivo de atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferentemente da produção em série e de massa que caracteriza o taylorismo/fordismo; 2) fundamentada no trabalho em equipe, com multivariada de funções, de maneira a romper com o caráter parcelar típico do fordismo; 3) estruturada num processo produtivo flexível, que possibilita ao trabalhador o manejo simultâneo de várias máquinas; 4) embasada no princípio do *just in time*, ou seja, intenta produzir somente o necessário, no momento e na quantidade corretos, de modo oposto ao princípio do *just in case*, orientado pela intensa formação de estoques; 5) que funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoque; 6) orientada pela disposição das empresas consoante uma estrutura horizontalizada e em rede, diferentemente da verticalidade e do gigantismo da fábrica fordista: se na segunda aproximadamente 75% da produção ocorria no seu interior, na primeira esse percentual cai a 25%, o que denota a transferência a terceiros de grande parte do que anteriormente era realizado no seu espaço produtivo; 7) organizada em torno dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), formados por grupos de trabalhadores instigados a discutir seu trabalho e desempenho com vistas à otimização da produtividade das empresas; 8) que implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores de grandes empresas com

⁷⁵ ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra?. *Revista do TST*, Brasília, vol. 79, n. 4, out-dez. 2013. p. 214-231. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55995/011_antunes_druck.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

remuneração vinculada ao aumento da produtividade, mas que aos 55 anos eram deslocados para tarefas menos relevantes no complexo de atividades empresariais.⁷⁶

Embora o toyotismo não tenha eliminado as demais características relativas à organização taylorista/fordista do trabalho, fato é que seus contributos passaram a ditar uma espécie de fórmula de competitividade às empresas inseridas num mercado global. De acordo com tal fórmula, a empresa deve buscar, tanto quanto possível, a agilidade, a leveza, a volatilidade, a inconstância e a versatilidade, permitindo-lhe, de um lado, a redução de custos e riscos, e, de outro, a resposta rápida às variações do mercado mundial.⁷⁷ Aliás, como nota Larissa Menine Alfaro, esse rearranjo empresarial é fruto de uma racionalidade econômica que escapa à racionalidade jurídica *stricto sensu*, motivo pelo qual ambas podem constantemente entrar em conflito.⁷⁸

Nesse sentido, as empresas passam a adotar estruturas cada vez mais descentralizadas, as quais transformam radicalmente a estrutura dos custos e viabilizam a fragmentação das distintas etapas de produção de bens e serviços entre unidades situadas em diversos territórios e continentes, destacando-se, segundo José Eduardo Faria, uma tríplice relação de parceria: 1) as redes de locação, subempreitada e contratação (terceirização); 2) a dos setores de montagem com as cadeias fornecedoras; 3) a dos sistemas de cadeias integradas de competição.⁷⁹

A terceirização, portanto, é produto da tendência à especialização da atividade empresarial em todas as suas áreas, o que possibilita a delegação a terceiros da execução dos serviços nos quais não se tem interesse em executar – que não se adequam ao *core business*.⁸⁰ Como bem destaca José Pastore, a rapidez da inovação tecnológica, potencializada pela globalização, inviabiliza que as empresas concentrem todas as atividades produtivas, sendo uma necessidade a utilização do trabalho de outras empresas ou de outras pessoas especializadas nos mais diversos assuntos, situação que engendra as redes ou cadeias de produção.⁸¹ Estas, por

⁷⁶ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 56-57.

⁷⁷ VIANA, M. T. A terceirização revisitada: algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. *Revista do TST*, Brasília, vol. 78, n. 4, out./dez. 2012. p. 198-224. Disponível em: <http://www.femargs.com.br/uploads/artigos/a-terceirizacao-revisitada/a-terceirizacao-revisitada.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁷⁸ ALFARO, L. M. *Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social*. 2016. 170 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 24/02/2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/41802>. Acesso em: 13 jul. 2019. p. 35.

⁷⁹ FARIA, J. E. *O direito na economia globalizada...*, p. 79.

⁸⁰ MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 15.

⁸¹ PASTORE, J. Terceirização: uma realidade desamparada pela lei. *Revista do TST*, Brasília, vol. 74, n. 4, out./dez. 2008. p. 117-135. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/5386/006_pastore.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

sua vez, configuram verdadeiras constelações de empresas e pessoas que se relacionam das mais diversas formas de trabalhar: alguns atuam como empregados por tempo determinado, outros por projetos que têm começo, meio e fim, existindo também os que prestam serviços de forma intermitente ou por tempo indeterminado.⁸²

O termo terceirização, no Brasil, foi adotado inicialmente no âmbito da administração de empresas, mas são várias as outras palavras que designam a contratação de terceiros para a prestação de serviços: subcontratação, terciarização, filialização, reconcentração, desverticalização, exteriorização do emprego, localização, parceria etc.⁸³ Como já referido na introdução, trata-se, em verdade, de um neologismo oriundo da palavra terceiro, sendo este compreendido como intermediário ou interveniente. Em termos jurídicos, a terceirização se observa sobretudo no Direito Privado, mas seus efeitos transcendem a seara trabalhista: no *Direito Civil*, manifesta-se mediante a empreitada, a locação de serviços e a parceria; no *Direito Comercial*, mediante os contratos de *engineering*, fornecimento, concessão mercantil, consórcio, assistência técnica e *franchising*.⁸⁴

Nada obstante, tendo-se em vista o presente objeto de estudo, importante retomar a definição de terceirização nos aspectos que importam ao *Direito do Trabalho*, consoante Maurício Godinho Delgado: “é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justrabalhista que lhe seria correspondente”.⁸⁵ Tal definição é importante por ressaltar a inserção do trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estenda o vínculo trabalhista, o qual é estabelecido com uma entidade interveniente (a empresa prestadora de serviços), podendo-se visualizar de modo claro nessa dinâmica um modelo trilateral de relação socioeconômica e jurídica, em nítido contraste com a relação trabalhista de caráter essencialmente bilateral (o clássico modelo empregatício).⁸⁶

De acordo com Márcio Túlio Viana, são duas as formas de terceirização: 1) a *terceirização externa*, que se caracteriza pela externalização de etapas do processo produtivo e 2) a *terceirização interna*, verificada quando uma empresa internaliza empregados de terceiras (das prestadoras de serviço).⁸⁷ No primeiro caso, a empresa tomadora descentraliza partes do seu processo produtivo para empresas periféricas, responsáveis autonomamente pela própria dinâmica produtiva, podendo-se citar o famoso caso da indústria automobilística, que transfere

⁸² *Ibidem*, p. 117.

⁸³ MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho...*, p. 19.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 51 *et seq.*

⁸⁵ DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho...*, p. 512.

⁸⁶ DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho...*, p. 512.

⁸⁷ VIANA, M. T. *A terceirização revisitada...*, p. 198.

a terceiros a tarefa de produzir as peças componentes do automóvel. No segundo caso, diferentemente, a empresa tomadora incorpora o trabalho de terceiros na própria planta empresarial.⁸⁸

Assim, a terceirização externa, por si, não tem grandes impactos sobre a subjetividade do trabalhador, na medida em que lembra o trabalho por conta própria: uma empresa contrata a outra, mas o que lhe interessa é o produto final, sendo somente ao fim da produção que passa a ter propriedade sobre ele (trabalhar numa fábrica que fornece peças não é substancialmente diferente do que trabalhar numa montadora); já a terceirização interna, por outro lado, remete ao trabalho por conta alheia, porquanto uma empresa se serve dos empregados contratados por outra, interessando-lhe diretamente a prestação de serviços – isto é, na medida em que o produto é construído, passa automaticamente para as suas mãos. Seja como for, o que há de comum em ambas é a externalização dos custos.⁸⁹

Outra distinção importante é aquela entre a *terceirização por meio do trabalho assalariado* e a *terceirização por meio do trabalho não assalariado*. A primeira, não obstante ocorrer no contexto de uma relação jurídica “triangular”, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, na medida em que o terceirizado mantém vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviços, responsável pelo cumprimento integral de todas as obrigações trabalhistas constantes da CLT. A segunda, contudo, configura uma relação jurídica civil (isto é, em tese não existem os requisitos do emprego) e relaciona-se a mecanismos como as prestações individuais de serviço, cooperativas (o art. 442, parágrafo único, da CLT, não considera existente o vínculo empregatício entre as cooperativas e os seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquelas) e empresas individuais (pejotização).⁹⁰

No Brasil, as pioneiras na implantação da terceirização foram as multinacionais (pelo menos desde a década de 1950) e as empresas de limpeza e conservação (desde aproximadamente 1967).⁹¹ Entretanto, o fenômeno somente passou a ganhar relevo na economia e na sociedade a partir da reforma administrativa deflagrada pelo Decreto-lei nº 200, de 1967, pela Lei nº 5.645/1970 e pela Lei nº 6.019/1974, acompanhadas pelas transformações

⁸⁸ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 58.

⁸⁹ VIANA, M. T. A terceirização revisitada..., p. 200-201.

⁹⁰ CAMPOS, A. G. A terceirização no Brasil e as distintas propostas de regulação. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 145-146. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

⁹¹ MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho...*, p. 16.

econômicas e culturais acentuadas a partir das décadas de 1970 e 1980, conforme tratado no item 1.1.⁹²

Nas páginas subsequentes, apresenta-se uma brevíssima periodização da introdução e disseminação dessa peculiar forma de contratação no mercado de trabalho brasileiro, a qual será embasada em uma premissa que se desdobra em três marcos diferentes. A premissa é a de que o Estado passou a estimular a subcontratação de serviços (inicialmente na Administração Pública e, em seguida, em âmbito privado) a partir do momento em que concebe a necessidade da ampliação da participação privada e diminui seu envolvimento nas atividades econômicas – o que passou a ser a regra desde o início do governo Vargas (1930). Não por acaso, entende-se que são três os momentos históricos mais relevantes para captar a expansão da terceirização na realidade nacional: 1) a reforma administrativa de 1967, levada a efeito pelos governos militares, 2) a política pública de desestatização dos anos 1990, na transição democrática, e 3) a política econômica adotada após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, com o estímulo a reformas estruturantes com vistas à superação da crise econômica de 2014.⁹³

Como observa Wilson Ramos Filho, a introdução da possibilidade legal de locação de mão de obra no Brasil ocorreu precocemente num contexto de ditadura militar, de modo simultâneo ao dismantelamento de outros três conjuntos temáticos presentes na Constituição de 1946: a limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho, a extinção da estabilidade no emprego mediante a introdução do FGTS e a proibição da negociação coletiva e da greve.⁹⁴ É preciso compreender, contudo, que a interferência dos governos militares no âmbito jurídico-trabalhista decorre de reformas de Estado mais amplas, que pavimentaram o caminho para a vertiginosa expansão da relação jurídica “triangular”.

De acordo com Jocelino Francisco de Menezes, a Reforma Administrativa (Decreto-Lei nº 200/1967) remonta ao período do governo Kubitschek (1956-1960) e ao Plano de Metas, cujo objetivo centrava-se na consolidação da atuação estatal no impulso à economia nacional mediante o nacional-desenvolvimentismo. A adaptação da máquina administrativa a esse processo foi incentivada pela criação da COSB (Comissão de Simplificação Burocrática) e da CEPA (Comissão de Estudos e Projetos Administrativos), mecanismos básicos da reformulação da administração burocrática estatal no período. Todavia, tal modernização revelou-se inviável devido à existência de uma contradição entre a forma de legitimação do regime nacional

⁹² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 39.

⁹³ A premissa foi inspirada na periodização da regulação econômica no Brasil observada na obra de Fernando Herren Aguillar. Cf. AGUILLAR, F. H. *Direito Econômico: do Direito Nacional ao Direito Supranacional*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 83.

⁹⁴ RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho...*, p. 264.

populista e o processo de internacionalização da economia nacional: tal regime exigia não apenas uma política fortemente redistributiva, como também um certo controle da ação do Poder Executivo pelo Legislativo na esteira da forma democrática instituída pela Constituição de 1946, fator que impediu uma modernização mais profunda da Administração Pública apesar da expansão acelerada da economia.⁹⁵ Em geral, apesar de avanços isolados nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, o que se destaca nesse interregno é a manutenção de práticas clientelistas que negligenciavam a burocracia existente, além da falta de investimento na sua profissionalização.⁹⁶

Ocorre que nos anos 1960-1964 essas contradições são agravadas pelo desaquecimento do processo de desenvolvimento econômico e pela crise política que se instala com a renúncia de Jânio Quadros.⁹⁷ É nesse contexto que João Goulart criou a Comissão Amaral Peixoto, que tinha o escopo de promover ampla descentralização administrativa, mas que só foi retomada após o golpe de 1964.⁹⁸ Isso significa que a Reforma Administrativa de 1967 representou não meramente um evento ordinário na política brasileira, mas sim a quebra do pacto nacional-populista e a sua substituição por um pacto fundamentado na aliança entre frações da burguesia e a tecnoburocracia do Estado autoritário. Em outras palavras, “modifica-se, portanto, a forma de legitimação do Estado, que passa a ser a de racionalidade burocrática”, em prol de um desenvolvimento acelerado com alicerce no capital internacional, possibilitando que a administração estatal se adeque às novas conjunturas econômicas e políticas, o que para Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento mentor de tal reforma, contribuiu para o “milagre econômico brasileiro”.⁹⁹

A modernização autoritária pós-1964 contou com o Estatuto da Terra, uma reforma tributária, a reorganização do sistema bancário, a reestruturação do ensino universitário e a ampla reforma administrativa. Esta última, presidida por Hélio Beltrão, objetivava a obtenção de rendimento e produtividade, sendo o Decreto-Lei nº 200/1967 “o mais sistemático e ambicioso empreendimento para a reforma da administração federal”, uma espécie de lei

⁹⁵ DE MENEZES, J. F. *Modernização administrativa e capitalismo no Brasil: a reforma de 1967*. 64 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984. p. 37. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/75149/151111.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁹⁶ DA COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Rev. Adm. Pública (FGV)*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, Out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁹⁷ DE MENEZES, J. F., *op cit*, p. 68.

⁹⁸ DA COSTA, F. L., *op cit*, p. 849.

⁹⁹ DE MENEZES, J. F., J. F. *Modernização administrativa e capitalismo no Brasil...*, p. 38.

orgânica da administração pública que instituiu princípios, conceitos, estruturas e providências.

¹⁰⁰ De fato, seu artigo 6º indica como princípios fundamentais o planejamento, a coordenação, a descentralização, a delegação de competência e o controle. O artigo 10 determina que “a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada”, sendo que tal descentralização seria posta em prática em 3 planos principais, destacando-se o terceiro: “da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos e concessões” (art. 10, §1º, “c”). Por fim, o §7º do artigo 10 expõe didaticamente o intuito da nova regulamentação:

Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. ¹⁰¹

Em síntese, a maior preocupação da reforma envolvia a “desburocratização dos processos de decisão na Administração Pública direta e o controle operacional e financeiro das empresas estatais”, o que viria a contribuir para a redução de custos nas atividades econômicas do Estado. ¹⁰² Por conseguinte, a transferência ao mercado privado das atividades executivas, mediante contrato de terceirização, nos mais diversos órgãos e entes públicos, veio a complementar o processo de descentralização, remetendo à iniciativa privada a execução de atividades complementares, acessórias e de apoio. ¹⁰³

A Lei nº 5.645/1970, por sua vez, supriu a falta de definição das referidas “tarefas executivas”, indicando os serviços passíveis de contratação indireta no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional: “as atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de valores, limpeza e outras assemelhadas serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato (...)”. ¹⁰⁴ Nessa perspectiva, com verdadeira indução estatal, a “Lei do Trabalho Temporário” (Lei nº 6.019/1974) estendeu a possibilidade de terceirização da mão de obra ao setor privado sempre que fosse preciso, por parte de uma empresa urbana, “atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou ao acréscimo extraordinário de serviços” (art. 2º), não podendo essa

¹⁰⁰ DA COSTA, F. L.. Brasil: 200 anos de Estado..., p. 851.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

¹⁰² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 41.

¹⁰³ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 41.

¹⁰⁴ BRASIL. Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5645.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

contratação exceder o prazo máximo de três meses, salvo autorização especial do Ministério do Trabalho e Previdência Social (art. 10).¹⁰⁵ Como observa Sergio Pinto Martins, a Lei do Trabalho Temporário brasileira inspirou-se diretamente na Lei francesa nº 72-1, de tinha pretensão semelhante e se estendia até mesmo ao trabalho rural.¹⁰⁶

Esses três marcos legislativos possibilitaram o alastramento da terceirização por todos os ramos produtivos no decorrer da década de 1970 e 1980,¹⁰⁷ de maneira que a Lei nº 7.102/1983, que autorizou a terceirização permanente de serviços de vigilância patrimonial ostensiva e de transporte de valores por estabelecimentos financeiros (bancos oficiais ou privados, sociedades de crédito e associações de poupança), apenas chancelou práticas já disseminadas num incipiente mercado de serviços.¹⁰⁸ Em verdade, os Decretos-leis nº 1.212 e 1.216, de 1966, já permitiam aos bancos dispor de serviços de segurança prestados por empresas particulares; o Decreto nº 62.756, de 22 de maio de 1968, já havia delineado regras para o funcionamento das agências de intermediação de mão de obra e o Decreto-lei n 1.034/1969 (revogado pela Lei nº 7.102/1983) já indicava a possibilidade de se contratarem terceiros para a vigilância ostensiva para instituições financeiras. Nesse cenário, no Brasil de 1973 verificava-se que a locação de mão de obra já vinha se tornando frequente, havendo mais de 50.000 trabalhadores nessas condições na cidade de São Paulo, que prestavam serviços a 10.000 empresas.¹⁰⁹

Ao longo da década de 1980, a expansão mais vigorosa da terceirização, em fraude às hipóteses legais, ensejou uma reação da Justiça do Trabalho no sentido de limitar essa prática. Trata-se do início de um protagonismo desse ramo do Poder Judiciário que, por três décadas, ainda que de forma não linear, estabeleceu freios à terceirização no Brasil.

Nessa mesma senda, o Enunciado de Jurisprudência do TST nº 256, de 30/09/1986, restringiu duramente a prática da contratação de serviços na iniciativa privada, sendo redigido da seguinte maneira: “salvo nos casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 31.1.1974 e 7.102, de 20.6.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços”.¹¹⁰ Observa-se do acórdão que originou referido Enunciado, da lavra de

¹⁰⁵ BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

¹⁰⁶ MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho...*, p. 17.

¹⁰⁷ RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho...*, p. 265.

¹⁰⁸ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 39-40.

¹⁰⁹ MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho...*, p. 16.

¹¹⁰ BRASÍLIA. Tribunal Superior do Trabalho. Enunciado de Jurisprudência n 256 – Contrato de Prestação de Serviços. Legalidade. *Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, set. 1986. Disponível em:

Marco Aurélio de Mello, que o entendimento da Corte baseava-se na percepção de que o contrato de natureza civil, na dinâmica do tomador de serviços, só poderia ser permitida excepcionalmente, jamais de forma vinculada à sua atividade normal; do mesmo modo, a relação jurídica “triangular” possuiria características de arrendamento, locação ou aluguel da força de trabalho, revestindo-se de ilicitude, porquanto “somente as coisas – não os homens – podem ser objeto desse tipo de ajuste”.¹¹¹

A transição do regime militar para a democratização no Brasil foi marcada pela luta contra a recessão e o aumento geral de preços (estagflação), cenário semelhante àquele que desencadeou a reestruturação produtiva na Europa, como rapidamente apontado no item 1.1. Isso porquanto o projeto de 1964 resultou no desenvolvimento econômico artificial, sendo o “Milagre Econômico” alcançado às custas de déficits públicos internos e externos e emissão descontrolada da moeda, o que se acoplou às crises do petróleo da década de 1970 e desfigurou o funcionamento geral da economia brasileira.¹¹² Da década de 1930 até o fim da década de 1980, o Brasil viveu um período de regulação concentrada da economia, tendo o Estado como predominante na regulação e atuação econômica do país; por outro lado, haja vista a crise desse modelo evidenciada na década de 1980, com a queda do regime militar, a exuberância estatal entrou em declínio com fortes reações liberais econômicas e políticas provenientes das mais variadas partes do globo, o que contribuiu para inaugurar o período contemporâneo da “regulação pela concorrência” (interna e externa), no qual a ação do governo brasileiro passa a ser norteadada pela busca de competitividade do setor público e privado, o que proporcionaria ganhos quantitativos e qualitativos para o Estado e a sociedade civil.¹¹³

Fato é que a busca por competitividade pressupõe a disponibilidade de elevados recursos privados adequados às necessidades de investimento de cada setor, o que demandava a abertura econômica do país aos investimentos estrangeiros e a intensificação da concorrência.¹¹⁴ É tendo isso em vista que o governo Fernando Henrique Cardoso elaborou, em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (cujo objetivo global era o de limitar a atuação estatal àquelas funções que lhe são próprias, reservando serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal e a produção de bens e serviços para a iniciativa privada) e teve início uma política pública de desestatização, muito influenciada pelo Programa Nacional de

http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256. Acesso em: 11 jul. 2019.

¹¹¹ BARROS, A. M. de. A terceirização e a jurisprudência. *Revista do TRT 3ª Região*, Belo Horizonte, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região., n. 22 (51), jul. 1991/jun. 1992.

¹¹² AGUILLAR, F. H. *Direito Econômico...*, p. 176.

¹¹³ AGUILLAR, F. H. *Direito Econômico...*, p. 186.

¹¹⁴ AGUILLAR, F. H. *Direito Econômico...*, p. 186.

Desburocratização instituído por João Baptista Figueiredo em 1979.¹¹⁵ A par de algumas medidas do governo Sarney nesse mesmo sentido, o Programa Nacional de Desestatização foi lançado no governo Collor (Lei nº 8.031/1990) e teve grande impacto, tratando-se de amplo projeto de liberalização da economia.¹¹⁶

Nessa conjuntura da década de 1990, com contundentes reformulações na atuação do Estado, inúmeras privatizações de empresas públicas, desregulação de instituições sociais e do mercado econômico – sob o influxo do princípio da subsidiariedade –, aumento do desemprego e com o início de uma fase aguda de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, “a terceirização de serviços difundiu-se no âmbito empresarial de forma indiscriminada, em praticamente todos os setores da economia” – e isso independentemente do freio jurisdicional.¹¹⁷ Assim, com a paulatina flexibilização do Enunciado nº 256 por turmas no âmbito do TST, a Corte Superior adotou uma espécie de solução compromissória entre as diferentes correntes de pensamento, de modo a flexibilizar seu entendimento a respeito do tema e reconhecer a legalidade da contratação de quaisquer “serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador” para quaisquer entidades da iniciativa privada – trata-se da Súmula nº 331, editada em 21/12/1993.¹¹⁸

De acordo com tal Súmula, as hipóteses de terceirização lícita seriam as seguintes: trabalho temporário (Lei nº 6.019/1974); serviços de vigilância (Lei nº 7.102/83); serviços de conservação e limpeza (Súmula nº 331, III) e serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador (Súmula nº 331, III). E isso desde que não se verificasse pessoalidade ou subordinação direta do trabalhador terceirizado em relação ao tomador de serviços. É curioso notar, com efeito, que o critério da atividade-meio se aproxima muito intimamente ao que já vigia no âmbito da Administração Pública com o DL nº 200/1967 (art. 10) e a Lei nº 5.645/1970.

¹¹⁹ Aqui, válido retomar a afirmação contida na introdução desta dissertação, segundo a qual o referido critério consiste em uma solução tipicamente nacional para os dilemas da terceirização (modernização ou precarização das relações empregatícias?), buscando-se restringir seus efeitos deletérios enquanto respalda a transformação e as necessidades da economia nacional,

¹¹⁵ Verifica-se, nesse ponto, a política fundamentalmente ambígua do regime militar: liberal economicamente, no sentido de prestigiar o desenvolvimento da indústria (e dos serviços, como se viu no caso da terceirização), teve que fazê-lo mediante a intervenção maciça da tecnoburocracia estatal, ao incentivar o capital privado a investir. É enredada nessa ambiguidade que a Reforma Administrativa de 1967 incentivou a terceirização de serviços mediante a descentralização – e isso apesar de os governos militares terem, ao revés, concentrado fortemente as atividades econômicas nacionais. Cf. *Ibidem*, p. 170.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 189-190.

¹¹⁷ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 44.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 46.

¹¹⁹ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 48.

recém-inserida na dinâmica competitiva global. Isso porque, às vésperas de sua extinção, em 2017, a grande maioria dos países não adotava solução análoga.¹²⁰

De acordo com estudo de Druck e Franco, nos anos 2000 a terceirização continuou a crescer em todas as direções, notadamente no setor público e nas empresas estatais; no setor privado, atingiu áreas nucleares das empresas e passou a usar novas modalidades, a exemplo das cooperativas, empresas pejetizadas e teletrabalho, tendo-se verificado o aumento de funcionários terceirizados nos setores bancários, de *telemarketing*, petroquímico, petroleiro, estatais, comunicações, bem como no serviço público de saúde.¹²¹ José Pastore também entende que nos anos 2000 a terceirização no Brasil avançou a passos largos, especialmente nas áreas de informática, organização e métodos, serviços jurídicos, relações públicas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, transporte coletivo, limpeza e conservação, segurança, propaganda, projetos, serviços domésticos etc.¹²² Para Ruy Braga, o mercado de trabalho brasileiro apresentou notórias dificuldades em criar empregos mais qualificados do que aqueles da construção civil e dos serviços pessoais e, igualmente, as condições de trabalho foram afetadas pelo aumento da terceirização empresarial, da taxa de rotatividade e da flexibilização dos contratos, para além do aumento no número de acidentes de trabalho.¹²³

Ocorre que, embora a terceirização avançasse, a inexistência de um marco legal e a inexistência de consenso jurisprudencial acerca do que de fato significaria “atividade-meio” e “atividade-fim”, numa forma produtiva organizada em rede, acabavam por inibir a sua adoção por parte do empresariado, gerando insegurança jurídica.¹²⁴ Sem embargo dessa situação, foi necessária a junção de uma crise política e de uma crise econômica de grande magnitude,

¹²⁰ Cf. ALFARO, L. M. *Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social...*, p. 113-123; MARCELINO, P. R. P. *Terceirização e ação sindical...*, p. 95-109. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280871>>. Acesso em: 09 jun. 2019; PORTAL DA INDÚSTRIA, Confederação Nacional Da Indústria. *Terceirização comparada* – Livro: Terceirização no Brasil e outros países. Disponível em: <<http://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/publicacoes/detalhe/trabalhista/terceirizacao/terceirizacao-comparada-brasil-e-outros-paises/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

¹²¹ ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra?... p. 222.

¹²² PASTORE, J. Terceirização: uma realidade desamparada pela lei..., p. 122.

¹²³ BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. V. (Orgs). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69.

¹²⁴ “Nos sistemas de produção atuais que são operados no meio de muitas redes – em geral em cascata – é impossível determinar com precisão o que é meio e o que é fim, o que é permanente e o que é temporário, o que é normal e o que é ‘anormal’. Os operadores do direito tentam diferenciar atividade meio de atividade fim para concluir que isso é inatingível. Entre eles há mais divergência do que convergência (...).” “Mais do que as discussões infundáveis sobre atividade meio e atividade fim, o que interessa é um regramento legal que garanta a boa terceirização, ou seja, a que dê segurança jurídica às contratantes e proteção trabalhista aos empregados das contratadas (...).” PASTORE, J. Terceirização: uma realidade desamparada pela lei..., p. 131-133.

eclodida a partir de 2014, para a superação do freio jurisdicional e a liberalização da terceirização pelo Congresso Nacional.

Um conjunto de medidas do governo Michel Temer (2016 em diante) passaram a redefinir o papel do Estado e readequá-lo ao espírito desestatizante das reformas dos anos 1990, em reação à heterodoxia econômica do segundo governo Lula (2008 a 2010) e da nova matriz de Dilma Rousseff (2011 a 2014). Em verdade, a partir de 2016 passou-se a focar em reformas político-jurídicas estruturantes no país, com foco na política fiscal e no aprimoramento das regras do jogo com vistas à otimização funcional do mercado. Em resumo, foram estas as medidas adotadas: um rigoroso teto de gastos para o poder público pelo período de 20 anos (Emenda Constitucional nº 95/2016), anúncio de um pacote com mais de 70 privatizações, concessões, arrendamentos e prorrogações de contratos de gestão com a iniciativa privada (Programa de Parceria em Investimentos – PPI), proposta de reforma da previdência para conter o déficit público (PEC nº 287/2016, que, apesar de não aprovada, é bastante semelhante à proposta encampada pelo governo de Jair Bolsonaro, aprovada definitivamente em 2019) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que modifica substancialmente o marco regulatório das relações trabalhistas com o intuito de fomentar a atividade empresarial e a geração de empregos.

Essa Reforma Trabalhista esvaziou de sentido a Súmula nº 331 do TST, eliminando a distinção entre atividade-meio e atividade-fim, possibilitando que as empresas e o próprio Estado gozem de maior autonomia na descentralização de suas atividades mediante terceirização. A Lei nº 13.429/2017 remodelou a Lei do Trabalho Temporário (nº 6.019/1974) de modo a ampliar o seu escopo: ela não apenas disciplina o contrato de trabalho temporário como também aquelas relações empregatícias vinculadas às empresas prestadoras e tomadoras de serviço (art. 1º). Nesse contexto, seu art. 4º-A (modificado pela Lei nº 13.467/2017) caracteriza a prestação de serviços a terceiros como “a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução”, enquanto outros trechos da legislação estabelecem as condições e os requisitos necessários a essa prática.¹²⁵

Pouco tempo após a liberalização da terceirização por parte do Congresso Nacional, mais precisamente em 30 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu – no âmbito

¹²⁵ BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16019.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324 e Recurso Extraordinário nº 958.252, com repercussão geral reconhecida –, por sete votos a quatro, que não afronta a Constituição a terceirização de todas as atividades empresariais, tendo firmado a seguinte tese de repercussão geral: “é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”.¹²⁶ Com efeito, todos os processos pendentes e anteriores à promulgação da Lei nº 13.429/2017 devem seguir a referida tese, pacificando a possibilidade de terceirização da atividade-fim tanto pretérita quanto futuramente, fator que praticamente inviabiliza a declaração de sua inconstitucionalidade em eventual ação concentrada.

Uma vez realizado esse brevíssimo histórico, sem qualquer pretensão de abarcar as diversas e complexas nuances históricas que guiaram a disseminação da relação jurídica “triangular” no mercado de trabalho brasileiro, pode-se arrematar o presente item com a constatação de que a terceirização das atividades empresariais faz parte das práticas relacionadas ao regime de acumulação flexível e às técnicas de gestão do toyotismo, que pouco a pouco encontraram espaço no Brasil. No âmbito legislativo e no das práticas empresariais, percebe-se que a sua expansão foi contínua e, de certa forma, seguiu atrelada a ciclos macroeconômicos e brechas no sistema político – sua precoce implementação dependeu do regime militar e da necessidade da reforma administrativa do Estado, enquanto sua liberalização pelo Parlamento decorreu de uma reorientação do papel do Estado em relação à economia após intensa crise político-econômica. Quanto à recepção jurídica desse fato socioeconômico, verificou-se o papel predominante da jurisprudência trabalhista por mais de três décadas, restringindo-o com maior ou menor vigor; todavia, em 2017 implementou-se um marco regulatório que contraria as pretensões conciliatórias da Justiça do Trabalho e definitivamente oblitera a distinção entre atividade-meio e atividade-fim, de modo decisivamente favorável à ampliação da liberdade de organização e gestão empresariais. Em seguida, intenta-se abordar, por meio de estudos empíricos, as polêmicas que pairam em torno do fenômeno entre aqueles que o enxergam como um meio de precarizar ou, por outro lado, modernizar as relações empregatícias.

¹²⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932. Constitucional e trabalhista – nulidade do acórdão recorrido por desrespeito a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97 e SV 10). Recorrente: Liq Corp S/A (Contax-Mobitel S/A). Recorrida: Tatiane Meire da Silva. Brasília, DF, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/leia-acordao-reconhece-terceirizacao.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

1.3 Mapeamento dos aspectos problemáticos da relação jurídica “triangular” com base nos estudos empíricos a propósito da realidade nacional

Conforme observado no item precedente, é facilmente perceptível que, no Brasil, o fenômeno da terceirização foi recepcionado de forma ambígua pelo Estado: enquanto o Poder Executivo e o Poder Legislativo buscaram ampliar a sua abrangência no mercado nacional, o Poder Judiciário (da mesma forma que o Ministério Público do Trabalho) atuou de modo a conter a sua tendente expansão. É nos interstícios dessa tensão que se formou a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para demarcar a (i)licitude da prática.

Todavia, o maior motivo para as polêmicas em torno da temática parece residir na ideia de que a terceirização implicaria, de alguma maneira, a contratação de trabalhadores em piores condições do que eles teriam caso fossem contratados diretamente.¹²⁷ É com base nessa convicção que a maioria dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Trabalho vinha pugnando pela limitação de sua extensão, o que por si só já justificaria a preocupação com a efetividade dos direitos sociais dos trabalhadores afetados pelo fenômeno. Assim, uma maneira mais segura de identificar as possíveis mazelas dessa forma de subcontratação sobre a vida dos trabalhadores envolve o exame de estudos empíricos a ela pertinentes, os quais podem vir a auxiliar na compreensão dos motivos pelos quais parcela importante dos juristas rechaça sua liberalização na cadeia produtiva.

Tendo isso em vista, foram analisadas quatro diferentes pesquisas, com resultados e metodologias opostas, partindo-se da premissa de que seria importante expor seus resultados discrepantes com vistas a eliminar a ilusão de que tal problemática admitiria respostas fáceis ou acabadas. Pelo contrário, a complexidade e a incerteza que rondam o fenômeno apenas reforçam a necessidade de debatê-lo criticamente, a partir de referenciais teóricos sólidos.

O que se observa de tais estudos, preliminarmente, são três grandes problemas que podem impedir a adequada tradução dos números que serão apresentados: 1) a escassez de pesquisas empíricas sobre a terceirização no mercado de trabalho brasileiro, 2) a impossibilidade de se identificar, com clareza, os trabalhadores terceirizados, uma vez que a única fonte de dados primários com tal informação (o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS) não é disponibilizada pelo governo federal aos pesquisadores e 3) a restrição

¹²⁷ STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 587-612, Jul. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000300587&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2019.

dos resultados, na medida em que os dados passíveis de obtenção limitam-se ao mercado formal de trabalho, deixando de lado os números referentes aos trabalhadores por conta própria que participam de relações jurídicas trilaterais (prestadores de serviço, empresários individuais, trabalhadores cooperativados etc.).¹²⁸ Expor esses problemas – que são alguns dentre outros que ainda serão mencionados – é importante para evitar a sobrevalorização dos números, que devem ser utilizados para a captação de variáveis abrangentes e para a construção de possibilidades – e jamais como indicativos conclusivos ou isentos de discussão.

Uma primeira pesquisa, desenvolvida por economistas do DIEESE e utilizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹²⁹, tem seus principais resultados divulgados por artigo conjunto de 2017.¹³⁰ Os autores utilizam os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), haja vista a impossibilidade de acesso às informações do CNIS. O grande problema reside no fato de que a RAIS não contém informações sobre as relações entre o trabalhador e o estabelecimento contratante e tampouco identifica o local onde o trabalhador efetivamente executa sua atividade laborativa, o que força os pesquisadores a selecionar, valendo-se de códigos do CNAE e dos serviços normalmente classificados como de apoio ao negócio principal, as atividades econômicas tipicamente terceirizadas – assunção que nem sempre corresponderá à realidade, já que existem casos que fogem à regra.¹³¹

Não obstante, os resultados foram os seguintes: em 2014 haveria 12,5 milhões de vínculos ativos nas atividades tipicamente terceirizadas e 35,6 milhões nas tipicamente

¹²⁸ Esses três grandes problemas foram extraídos de uma leitura sistemática dos quatro estudos em destaque, citados nas notas de rodapé subsequentes.

¹²⁹ DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: Dieese; CUT, 2011. Disponível em: <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹³⁰ PELATIERI, P. *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 11-29. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

¹³¹ Nesse sentido, os economistas do DIEESE extraíram os dados das atividades relacionadas ao apoio, manutenção e reparação, à recuperação, aos serviços de reparação, serviços especializados, aos representantes comerciais, atividades auxiliares, suporte técnico, outras atividades de prestação de serviços, fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, atividades de monitoramento, serviços combinados, atividades de cobrança e atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente, entre outras. Ademais, foram incluídas atividades sobre as quais a terceirização incide notoriamente, tais como a construção civil, confecção de roupas, fabricação de calçados, coleta de resíduos, armazenamento, serviços de fornecimento de alimentação coletiva, consultoria em tecnologia da informação, atividades de teleatendimento e serviços de engenharia. Todas as demais atividades foram consideradas tipicamente contratantes. PELATIERI, P. *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho..., p. 12.

contratantes, o que significa que a relação jurídica “triangular” abarcaria em torno de um quarto dos vínculos empregatícios no mercado de trabalho formal. De outra parte, a análise da relação entre vínculos ativos e vínculos rompidos ao final de 2014, nas atividades tipicamente terceirizadas, revela que, a cada 100 vínculos ativos, 80 foram rompidos, ao passo que nas atividades tipicamente contratantes tal proporção cairia de 100 vínculos ativos para 40 rompidos. A alta rotatividade no trabalho terceirizado também interfere no tempo médio de duração do vínculo empregatício: em 2014, os contratos de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas duram em média 34,1 meses, enquanto nas atividades tipicamente contratantes a média é de 70,3 meses.¹³²

Quanto à remuneração, a análise comparativa nominal média mostra que, nas atividades tipicamente terceirizadas, ela seria significativamente inferior à praticada nas tipicamente contratantes. De 2007 a 2014 a diferença variou entre 23% e 27% em média, sendo que, em dezembro de 2014, a remuneração média nas atividades tipicamente contratantes era de R\$2.639,00, enquanto nas tipicamente terceirizadas era de R\$2.021,00. A mesma distribuição organizada de acordo com o sexo demonstra que os homens empregados em atividades tipicamente terceirizadas se concentram nos estratos intermediários de remuneração, enquanto as mulheres estão localizadas nos estratos com menores rendimentos; em termos de faixa etária, verifica-se que há menos jovens até 24 anos em níveis mais elevados de remuneração em ambas as atividades, mas o jovem trabalhador terceirizado também tem menor participação em comparação ao jovem contratado diretamente. No que concerne ao nível educacional, a maioria dos vínculos, em ambas as atividades, relacionam-se a empregados com ensino médio completo e superior incompleto; entretanto, nas atividades tipicamente contratantes há uma curva fortemente ascendente em direção aos níveis superiores de remuneração para trabalhadores com ensino superior completo, o que também se verifica nas tipicamente terceirizadas, embora não com a mesma força.¹³³

No que tange à jornada de trabalho, o estudo em questão aponta que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada na faixa de 41 a 44 horas semanais, diferentemente daquelas tipicamente contratantes, onde se verifica tal jornada em cerca de 61,6% dos contratos.¹³⁴

Por fim, um último dado relevante à presente dissertação indica que, a partir do vigésimo centésimo de remuneração (até 1,3 salário mínimo), o número de acidentes de trabalho típicos

¹³² *Ibidem*, p. 13-15.

¹³³ PELATIERI, P. *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho..., p. 16 a 19.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 19.

é mais elevado nas atividades tipicamente terceirizadas do que nas tipicamente contratantes – em alguns casos é 2 vezes mais alta.¹³⁵

Em suma, a taxa de rotatividade descontada foi 2 vezes maior nos vínculos tipicamente terceirizados (57,7% contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes); em 44,1% dos casos nas atividades tipicamente terceirizadas o contrato foi rescindido no mesmo ano, ao passo que nas tipicamente contratantes esse percentual foi de 29,3%; em 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas a jornada contratada era de 40 a 44 horas semanais, enquanto nos demais setores essa proporção era de 61,6%; os salários pagos nas atividades tipicamente terceirizadas fora da região Sudeste eram menores, o que reforça as desigualdades regionais; o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas são maiores em relação às tipicamente contratantes (9,6% contra 6,1%); os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menores do que nas tipicamente contratantes.¹³⁶

A segunda pesquisa, levada a efeito por economistas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), foi feita com outro enfoque. Seus autores criticam o trabalho do DIEESE/CUT, anteriormente apresentado, porquanto este não teria realizado qualquer tipo de controle sobre outras variáveis que poderiam afetar os resultados lá encontrados – por exemplo, a qualificação dos trabalhadores e o setor em que atuam.¹³⁷ Assim, quando da análise da diferença média da remuneração, o primeiro estudo teria comparado diretamente a remuneração dos quase 12 milhões de trabalhadores em setores tipicamente terceirizados com os quase 35 milhões de trabalhadores em setores tipicamente contratantes, o que acarretaria na imprópria comparação entre os salários de prestadores de serviço, vigilância e limpeza, de um lado, com o de professores, médicos, bancários, advogados e altos gerentes, de outro. O erro consistiria, primordialmente, em ignorar as diferenças de escolaridade entre a massa de empregados analisada.¹³⁸

A metodologia da segunda pesquisa é semelhante à da primeira. Utilizou-se, igualmente, a RAIS como base de dados e o CNAE (2.0) para a agregação dos estabelecimentos e das atividades econômicas por eles desempenhadas, separando-se dois grandes setores:

¹³⁵ *Ibidem*, p. 22.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 28-29.

¹³⁷ REBELO, A. M. *et al.* Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 51. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

¹³⁸ REBELO, A. M. *et al.* Terceirização..., p. 55.

terceirizados e contratantes, excluindo-se estabelecimentos rurais. Já para o exame da quantidade de acidentes de trabalho, os economistas da FIESP utilizaram dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) do Ministério do Trabalho de 2013, e isso também de acordo com o agrupamento de setores. Do mesmo modo, os autores analisaram especificamente ocupações da indústria de transformação (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO) que são típicas do setor industrial, mas que se encontram também em setores prestadores de serviço, o que foi feito com o objetivo de ampliar a margem comparativa dos resultados.¹³⁹

De acordo com tal metodologia, chegou-se aos seguintes resultados: também semelhantemente ao estudo do DIEESE/CUT, os autores apontam que, em 2013, havia 11,8 milhões de trabalhadores atuando em empresas de setores considerados terceirizados e 35,6 milhões em empresas de setores tipicamente contratantes, num universo amostral de 47,4 milhões de trabalhadores. Por outro lado, a restrição da relação jurídica “triangular” às atividades-meio fez com que houvesse uma grande concentração dessa prática em setores prestadores de serviços tipicamente auxiliares, sendo que 29,5% dos empregados terceirizados se concentram em apenas três códigos do CNAE, vinculados a atividades de conservação e limpeza, vigilância, teleatendimento e similares.¹⁴⁰

Porém, diferentemente da primeira pesquisa, os autores se concentraram em recortar o grau de instrução dos trabalhadores de ambos os setores e relacioná-lo às respectivas remunerações médias. Para tanto, tratam os dados de acordo com três categorias distintas: a dos setores terceirizados típicos, a dos demais setores terceirizados e a dos setores contratantes. Com efeito, nos setores tipicamente terceirizados a participação de trabalhadores com ensino superior completo é de apenas 5,7% e nos demais setores terceirizados é de 19,1%, enquanto nos setores contratantes esse percentual sobe levemente para 20,2%. O argumento central é o de que não se pode comparar o salário dos empregados em atividades tipicamente terceirizadas com aqueles funcionários que podem ou não ser terceirizados, haja vista a diferença do nível educacional e a característica do labor.¹⁴¹

Seguindo essa premissa, verifica-se que a separação dos setores terceirizados típicos, com a sua característica baixa qualificação, em relação aos demais setores terceirizados e contratantes, diminui sobremaneira a diferença salarial média entre os empregados com até o ensino médio completo destes dois últimos. Por conseguinte, a média salarial dos setores

¹³⁹ *Ibidem*, p. 56.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 57.

¹⁴¹ REBELO, A. M. *et al.* Terceirização..., p. 58.

tipicamente terceirizados é de R\$ 1.402,00, enquanto nos demais terceirizados é de R\$ 2.264,00 e nas empresas tipicamente contratantes é de R\$2.270,00 – a diferença entre os dois últimos é de apenas 0,26% e entre os primeiros e os segundos é de mais de 60%. Ademais, notam os pesquisadores que os salários se tornam favoráveis aos trabalhadores com ensino superior completo nas atividades terceirizadas, podendo ser até 10% superiores (R\$5.254,00 contra R\$4,8 mil), o que constituiria uma evidência no sentido de que as contratantes estão dispostas a pagar maiores salários por atividades especializadas e que requeiram alto grau de instrução. Com esse ajuste metodológico, entendem os economistas da FIESP não haver diferença relevante na remuneração média de empregados terceirizados ou não terceirizados.¹⁴²

De outra banda, na indústria de transformação nota-se que a diferença entre as horas contratuais semanais dos setores terceirizados e contratantes são insignificantes (43,5 horas no primeiro e 43,3 horas no segundo), levando em consideração os níveis de escolaridade, bem como que a remuneração média de dezembro dos setores terceirizados é maior que a dos setores contratantes para os trabalhadores com até o ensino médio incompleto (23,9% superior) e com o médio completo e o superior incompleto (8,7% superior), sendo as diferenças favoráveis aos empregados das contratantes somente no caso daqueles que possuem o ensino superior completo (10,6% superior). Os resultados são semelhantes na indústria da construção, onde o tempo médio no emprego é maior nos setores terceirizados (23,8 meses) do que nos contratantes (20,7 meses) e praticamente se iguala no caso dos empregados com ensino superior.¹⁴³

Na seara dos acidentes de trabalho, explicam os autores que os números desfavoráveis às empresas terceirizadas, anteriormente apresentados na esteira da pesquisa do DIEESE/CUT, se devem a especificidade do setor elétrico, que não seria comparável aos demais setores. A propósito, citam que, em 2011, das 79 mortes ocorridas nas distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica, 61 foram de funcionários terceirizados, situação que inflacionaria a estatística a nível geral. Outrossim, quando se nivelam os dados, observa-se que o número de acidentes de trabalho por mil empregados, na média, é praticamente o mesmo nos setores contratantes (14,5) e nos terceirizados (13,0); de outro lado, em alguns tipos de setores, como água, esgoto e gestão de resíduos, o número de acidentes entre terceirizados (52,1) é maior do que entre os contratantes (25,3). Também há outros setores, como é o caso da indústria de transformação, nos quais o número de acidentes entre os terceirizados é menor do que entre os contratantes (28,5). Portanto, argumentam os autores que as diferenças setoriais fazem diferença na análise dos dados, não se podendo comparar “o risco de acidente de uma atividade

¹⁴² *Ibidem*, p. 58-59.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 60-61.

em um escritório com o risco de acidente durante a manutenção de uma linha de transmissão elétrica”, o que independeria do fato de a atividade ser ou não terceirizada.¹⁴⁴

O terceiro estudo empírico não parte de entidades de classe, como foi o caso dos dois últimos. Trata-se de pesquisa realizada por André Gambier Campos, Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A principal novidade é a utilização de uma metodologia diferenciada, aplicada a registros administrativos recém-disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, na forma de microdados, até então indisponíveis para os pesquisadores da área laboral no país. São dois esses registros: os do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (Cnes), versão 2013, e os da RAIS, também em sua versão 2013. Os primeiros são identificados em termos de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos sindicatos, de sua categoria econômica e profissional etc.; já os segundos são identificados em termos de empregadores (CNPJ, Cadastro Específico do INSS – CEI etc.) e empregados (Programa de Integração Social – PIS, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS etc.).¹⁴⁵

Nesse contexto, os procedimentos para a identificação dos assalariados terceirizados (sempre de forma aproximativa) foram mais ou menos os seguintes: 1) aplicação de filtro para selecionar apenas sindicatos de trabalhadores urbanos (base Cnes/MTB); 2) aplicação de filtro de modo a selecionar apenas sindicatos de trabalhadores urbanos com radicais relacionados a hipóteses admitidas de terceirização consoante a Súmula nº 331 do TST (por exemplo, “terc”, “vig”, “limp”, “conserv”, “6.019” etc.) (base Cnes/MTB); 3) aplicação de filtro para a seleção de sindicatos de trabalhadores urbanos que contenham os CNPJs dos 596 sindicatos encontrados ao final da fase 2, chegando-se a 553 sindicatos (base RAIS/MTB); 4) aplicação de filtro para a seleção de assalariados (apenas do setor privado e de atividades urbanas) com vínculos ativos em 31/12/2013, que destinavam suas contribuições sindicais a alguns dos referidos 553 sindicatos (base RAIS/MTB); 5) aplicação de filtro de maneira a diferenciar os empregados com média e alta probabilidade de serem terceirizados, valendo-se de das variáveis “Subatividade Cnae 2.0” e “CBO 2002”.¹⁴⁶

Aplicando-se tal metodologia, contudo, os resultados discrepam daqueles anteriormente aventados, a começar pela identificação do possível número de trabalhadores terceirizados no

¹⁴⁴ REBELO, A. M. *et al.* Terceirização..., p. 62-63.

¹⁴⁵ CAMPOS, A. G. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho: novas evidências para o debate. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 158. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

¹⁴⁶ CAMPOS, A. G. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho..., p. 159.

Brasil. Para Campos, encontrar-se-iam 4,02 milhões de assalariados terceirizados (11,7% do total de assalariados do setor privado urbano), sendo 3,10 milhões com média probabilidade (77% do total de terceirizados) e 0,92 milhão com alta probabilidade (23%). Lista-se 17 subatividades que concentram tais empregados, havendo grande aglomeração nas atividades de vigilância e segurança privada (75,8% de seus assalariados são terceirizados, com média ou alta probabilidade), limpeza de prédios e domicílios (70,5%), serviços de apoio a edifícios (62,7%), fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (57,7%), seleção e agenciamento de mão de obra (55,4%), atividades de transporte de valores (55,2%), locação de mão de obra temporária (52,4%), coleta de resíduos (50,3%), serviços prestados a empresas não especificadas (37,3%), condomínios prediais (34,4%) e serviços de escritório e apoio administrativo (32,2%).¹⁴⁷

A comparação da remuneração média dos empregados é feita entre aqueles diretamente contratados, terceirizados com média probabilidade e terceirizados com alta probabilidade, sendo ela padronizada pela carga horária de trabalho ordinária e extraordinária. Ademais, são diversos os outros atributos captados pela RAIS que auxiliam a tarefa: região de localização dos estabelecimentos, porte das empresas, idade, sexo e instrução dos assalariados etc. Com efeito, utilizando-se um modelo de regressão linear múltipla, onde a variável-resposta é a remuneração e as variáveis preditoras são os atributos anteriormente suscitados, verifica-se a influência específica de cada um deles na remuneração global. Sem embargo, os limites teóricos e empíricos de tal juízo comparativo são ressaltados pelo autor, na medida em que, para além de se trabalhar somente com assalariados registrados pela RAIS (deixando de fora trabalhadores por conta própria), não leva em conta fatores não observáveis e dá conta apenas da remuneração direta e monetária, deixando de fora a indireta e não monetária (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-creche, plano de saúde, plano de previdência etc.).¹⁴⁸

Seja como for, as diferenças encontradas foram as seguintes: no que se refere aos trabalhadores com média probabilidade, o fato de serem ou não terceirizados impacta pouco, e em sentidos distintos, a remuneração nas quinze ocupações estudadas. São outras as variáveis que mais afetam a remuneração, tais como a localização dos estabelecimentos, o sexo, a instrução e o tempo de vínculo dos assalariados. No que tange àqueles com alta probabilidade, o fato de serem ou não terceirizados afeta de forma bem mais significativa, e sempre no mesmo sentido, a remuneração na maior parte das quinze ocupações. Seria o caso dos vendedores (redução de 49% da remuneração), cozinheiros (18,4%), assistentes administrativos (17,8%),

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 161.

¹⁴⁸ CAMPOS, A. G. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho..., p. 166-167.

serventes de obras (16,8%), auxiliares de escritório (13,95), motoristas de caminhão (12,2%), trabalhadores da limpeza pública (11,6%) e recepcionistas (11,5%). É o caso de todas as ocupações analisadas, com exceção dos zeladores de edifício, os quais recebem maiores salários quando terceirizados. Também as outras variáveis como sexo, instrução e tempo de vínculo afetam bastante a remuneração, mas ainda assim o autor nota algum destaque na pura e simples terceirização como algo relevante na explicação da variação salarial. Nada obstante, notável que, nesse caso, a diferença média é de 11,5% em desfavor dos terceirizados, diferente do número a que chegaram DIEESE/CUT (27,1%).¹⁴⁹

Por fim, o último estudo empírico foi desenvolvido por dois professores (Universidade de São Paulo e Escola de Economia de São Paulo – FGV) e por um pesquisador da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, sendo publicado em 2017. Segundo eles, a tradicional abordagem comparativa entre a remuneração de trabalhadores possivelmente terceirizados e não terceirizados, valendo-se do controle por características observáveis das firmas e dos trabalhadores (por exemplo, sexo, idade, instrução e setor), pode não ser suficiente para evidenciar o melhor resultado, uma vez que aspectos subjetivos não observáveis, tais como a motivação, confiabilidade, dedicação, capacidade comunicativa e maturidade emocional, podem ser determinantes na definição do salário. Conforme já exposto em páginas anteriores, caso a comparação seja feita tendo por base o controle das características apenas observáveis, a diferença média na remuneração será de 18% em desfavor dos terceirizados. Em verdade, a única maneira definitivamente segura de se fazer tal comparação seria mediante a observação simultânea de um mesmo indivíduo com dois salários simultâneos nas mesmas empresas envolvidas na relação “triangular”, o que é obviamente impossível.¹⁵⁰

Apesar de a pesquisa utilizar a base de dados da RAIS (anos 2007 a 2014), seus autores utilizam variáveis (também fornecidas pelo Ministério do Trabalho) que permitem a identificação do mesmo indivíduo ao longo do tempo. Para tanto, os trabalhadores analisados foram somente aqueles com um único vínculo ativo em 31 de dezembro de cada ano e que auferiam salário por hora igual ou superior ao salário mínimo vigente. Ainda, haja vista a impossibilidade de se identificar os trabalhadores terceirizados de modo direto, utilizou-se um método simples para filtrar aqueles que tinham maior probabilidade de se encaixar no perfil do empregado tipicamente subcontratado: primeiro, se definiu um conjunto de ocupações tipicamente terceirizáveis (porteiros, vigias, operadores de telemarketing, serviços de

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 169-170.

¹⁵⁰ STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil..., p. 589-591.

manutenção de edificações etc.); segundo, se definiu as atividades econômicas que são tipicamente de empresas prestadoras de serviços de terceirização de mão de obra (código de atividade 829 - atividades de vigilância, segurança privada, transporte de valores, limpeza etc.); terceiro, foram cruzados os dois conjuntos de classificações anteriores e identificados os trabalhadores em ocupações tipicamente terceirizáveis que laboravam em empresas cuja atividade é a prestação de serviços de terceirização. Importante mencionar, por fim, que também foram excluídos os empregados que transitaram entre as ocupações listadas (por exemplo, que apareceram em atividades de limpeza e em seguida nas de vigilância). ¹⁵¹

Assim como as pesquisas anteriores, a localização dos terceirizados considerou a CBO no nível família ocupacional (4 dígitos) e a CNAE no nível de grupos de atividade (3 dígitos), devendo-se reconhecer, novamente, a impossibilidade da generalização de seus resultados, já que estudos com limitações desta natureza não incluem a totalidade de ocupações terceirizáveis e seguem os critérios da Súmula nº 331 do TST. Sem embargo, a participação da mão de obra terceirizada no conjunto das ocupações analisadas aumentou 1,3 pontos percentuais entre 2007 e 2014, atingindo 25,3% do total da mão de obra nesse conjunto de ocupações (ou 8% de todo o emprego formal no Brasil), o que constituiria um indício de que a estimativa do DIEESE/CUT (de que aproximadamente um quarto do mercado de trabalho formal seria constituído por terceirizados) seria superestimada. ¹⁵²

Os autores lançam mão de uma metodologia diferenciada para a análise dos dados. Trata-se da observação comparativa de empregados terceirizados em relação a indivíduos próprios que sejam o mais parecido possível com eles em todas as características que afetem ao mesmo tempo o salário e a chance de ele ser ou não terceirizado. Isso é possível mediante o controle do diferencial por características observáveis (idade, atividade, escolaridade etc.), não observáveis fixas no tempo (habilidades cognitivas e não cognitivas, preferências etc.) e pelas diferentes tendências da evolução salarial dos sujeitos terceirizados e próprios. Para tanto, os pesquisadores utilizaram as funções do painel da RAIS e equações que consubstanciam modelos estimadores com efeito fixo, o que permite o alcance de resultados que medem o diferencial de salários para sujeitos que transitam entre as condições de terceirizado e próprio.

¹⁵³

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 594-595

¹⁵² *Ibidem*, p. 596-597

¹⁵³ STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil..., p. 598-601.

Os resultados apontam que, caso não forem considerados quaisquer tipos de filtro (idade, sexo, escolaridade etc.), a diferença na remuneração é de -16,7% em desfavor dos terceirizados; por outro lado, caso forem considerados os filtros de diferenças observáveis, a diferença é de -18,7% em desfavor dos terceirizados. Nada obstante, aplicadas as equações supramencionadas, a diferença média na remuneração de um mesmo indivíduo que muda de emprego e transita de uma forma de contratação para a outra é de -3,6% em desfavor dos terceirizados. Há, todavia, algumas heterogeneidades que merecem destaque: o maior diferencial salarial ocorre entre trabalhadores de telemarketing (-9%), seguido pelos empregados de limpeza e conservação, montagem e manutenção de equipamentos e TI (-5,5% e -6%), bem como daqueles que laboram em atividades de P&D (-2,5%). De outra parte, os trabalhadores das atividades de segurança e vigilância recebem, em média, 4,9% a mais quando são subcontratados. Ademais, a variação salarial pode depender das condições macroeconômicas e a perda da remuneração depende da direção da transição: os empregados próprios que se tornam terceirizados recebem em média -2,5%, enquanto os terceirizados que se tornam próprios apresentam diferença salarial de -4,5%. Em outras palavras, o aumento da remuneração do terceirizado que se torna próprio é maior do que a perda salarial de um próprio que se torna terceirizado.¹⁵⁴

A partir do exame dessas quatro pesquisas pode-se chegar a algumas conclusões: 1) de maneira geral, as discussões sobre a terceirização ocorrem sem uma adequada base de dados, já que há escassez de estudos empíricos; 2) a restrição da possibilidade de terceirização somente às atividades-meio (Súmula nº 331 do TST) forçou os pesquisadores a construir critérios que não são completamente seguros para aferir os impactos dessa forma de contratação sobre o trabalhador, já que se limitam a um número reduzido de atividades acessórias e não abarcam os empregados por conta própria e outros que atuam na informalidade; 3) há divergências muito grandes a depender da metodologia adotada, o que obriga o intérprete do fenômeno a matizar afirmações peremptórias tanto daqueles que criticam a terceirização pela precarização das relações trabalhistas quanto daqueles que a defendem como o único caminho para a modernização do mercado de trabalho brasileiro.

Sem embargo dessas considerações, em todos os estudos verificou-se a possibilidade de que o trabalhador terceirizado possa ser prejudicado pelo simples fato de ser subcontratado, o que vale para eventuais diferenças remuneratórias, acidentes de trabalho e falta de continuidade no vínculo empregatício. Com efeito, pode-se mapear os aspectos potencialmente

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 601-607.

problemáticos da relação jurídica trilateral – em relação ao empregado terceirizado – da seguinte maneira: 1) salários menores com maior prejuízo às parcelas mais vulneráveis da população (mulheres e negros, especialmente fora da região Sul/Sudeste); 2) jornadas de trabalho mais exaustivas em ocupações mais perigosas; 3) maior rotatividade no emprego, o que afeta a fruição de direitos relacionados à continuidade do vínculo (por exemplo a fruição de férias); 4) condições laborais mais precárias, de maneira a aumentar a possibilidade de acidentes de trabalho.

Por conseguinte, listados os eventuais efeitos negativos que a expansão da terceirização pode vir a causar, o item subsequente será reservado a uma reflexão sobre a maneira pela qual esse fenômeno fático geralmente é apreciado criticamente pelos juristas, o que somente pode ser feito mediante o recurso a uma base teórica facilmente identificável na sociologia.

1.4 Terceirização e neoliberalismo: assimilação crítica do fenômeno sociojurídico por parte dos teóricos do Direito do Trabalho e os seus riscos

A partir das informações e conclusões contidas nos itens acima, é possível observar alguns dos motivos pelos quais a terceirização – especialmente aquela incidente sobre a atividade-fim da empresa – desperta reações contraditórias e polêmicas, as quais permitem conceber essa temática como uma das mais importantes preocupações dos teóricos, pesquisadores e profissionais do Direito do Trabalho. E isso não apenas pelos impactos sociais que a sua prática irrestrita pode vir a causar aos trabalhadores e trabalhadoras, mas igualmente pela possível descaracterização da relação jurídico-trabalhista bilateral, sob a qual foi edificada toda a teoria e os princípios justralhistas – o que poderia significar um forte abalo à estrutura desse ramo do Direito como um todo. Compreensível, portanto, que os teóricos adotem posturas críticas ao avanço desmedido desse modelo trilateral de relação jurídica, situação que será focalizada nos parágrafos subsequentes.

No centro das dificuldades que o fato social da terceirização impõe à racionalidade jurídico-trabalhista parece estar o velho antagonismo, já constatado pela Sociologia do Direito weberiana, entre a formalidade e a materialidade no Direito moderno. Para Weber, o Direito ocidental teve a peculiaridade de passar por um processo de sistematização, no qual as disposições jurídicas foram progressivamente estruturadas em um sistema de regras logicamente claro, internamente consistente e, sobretudo, isento de lacunas; sistema de normas

jurídicas que possibilitava a subsunção lógica de todas as constelações de fatos imagináveis.¹⁵⁵ Esse Direito racional-formal, herdeiro do *Code* napoleônico, é estabelecido em torno de normas gerais e abstratas utilizadas no processo decisório de casos concretos, o que lhe imprime alto grau de previsibilidade e calculabilidade.¹⁵⁶

Ocorre que, da mesma maneira que racionalização do mundo moderno não eliminou a irracionalidade dos valores, a característica lógico-formal do Direito (isto é, seus critérios e processos de decisão exclusivamente jurídicos, baseados na lei e nos conceitos abstratos derivados do sistema jurídico fechado) é essencialmente contraditória na medida em que coexiste em permanente tensão com fatores metajurídicos ou extraleais, não-formais ou até mesmo anti-formais, impulsionados por “poderes que exigem da prática jurídica algo diverso de um meio da luta de interesses pacífica”.¹⁵⁷ É nesse sentido que reivindicações materiais de justiça de classes sociais e ideologias, a natureza atuante de determinadas formas de dominação políticas e as ideias sobre a finalidade do Direito que lhe são adequadas, juntamente com a exigência dos “leigos” de uma justiça que lhes seja compreensível, tendem a frustrar a sua pura formalidade.¹⁵⁸

Assim sendo, pode-se dizer que o microssistema da Consolidação das Leis do Trabalho, com o seu clássico modelo bilateral de contratações, está permanentemente sujeito a influxos externos de ordem política e econômica, não obstante seu conteúdo técnico seja, ao mesmo tempo, crescentemente especializado. Aliás, essa tensão entre o que é próprio de uma lógica jurídica interna (o dever ser) e as influências materiais que lhe são externas (o ser) é frequentemente objeto de estudo dos sociólogos. Nesse mesmo diapasão, Pierre Bourdieu alerta que o campo jurídico dispõe de autonomia menor do que certos campos que, como o científico, também contribuem para a reprodução social. Dessa maneira, as mudanças que lhe são externas nele se retraduzem mais diretamente, ao passo que seus conflitos internos são mais diretamente resolvidos por forças externas.¹⁵⁹ Em outras palavras, há uma notória instabilidade nas regras jurídicas em face da velocidade dos fatos.

A hierarquia na divisão do trabalho jurídico e de seus especialistas varia no tempo, de modo que as relações de força internas ao campo jurídico dependem do lugar ocupado no campo político pelos grupos cujos interesses estão mais diretamente ligados às formas de Direito

¹⁵⁵ WEBER, M. *Economia e sociedade*. Vol. II. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 12.

¹⁵⁶ ARGÜELLO, K. S. C. *O ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997. p. 129.

¹⁵⁷ WEBER, M., *op cit*, p. 153.

¹⁵⁸ WEBER, M., *op cit*, p. 153.

¹⁵⁹ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 251.

correspondentes.¹⁶⁰ De acordo com Bourdieu, “à medida que aumenta a força dos dominados no campo social e a dos seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo jurídico, a diferenciação do campo jurídico tende a aumentar”, tendo sido exatamente isso o que ocorreu na segunda metade do século XIX, quando do surgimento do Direito do Trabalho autônomo.

¹⁶¹ Entretanto, essa autonomização é fruto da intensificação da confrontação dos textos e procedimentos com as suas respectivas realidades sociais, não sendo por acaso que as tomadas de posição por parte dos juristas profissionais (acerca da interpretação jurisprudencial, fidelidade da doutrina e adaptação das normas à realidade) coincida com as posições que cada um deles ocupa nesse mesmo campo. É por isso que o Direito Privado, notadamente o Direito Civil, apoia-se na natureza dos processos econômicos, ao passo que disciplinas como o Direito Público ou o Direito do Trabalho, originalmente instauradas contra o Direito Civil, mediante o desenvolvimento das burocracias e do reforço dos movimentos de emancipação política, definem-se pelos seus adeptos como ciência apoiada na sociologia, permitindo a adequada adaptação do Direito à sociedade.¹⁶² A problemática do avanço da terceirização, nos termos de um marco legal, parece se adequar a esse movimento descrito pelos sociólogos.

No que concerne ao Direito do Trabalho, verifica-se que as transformações sociais expostas no item 1.1, na esteira da globalização econômica e da reestruturação produtiva das empresas, afetam diretamente a clássica estrutura do vínculo empregatício, sendo a terceirização e outros contratos precários apenas um reflexo de uma metamorfose socioeconômica de longo alcance. Seus teóricos reagem de maneira atônita diante das modificações legislativas que flexibilizam institutos consagrados e o aproximam progressivamente da liberdade contratual do Direito Civil. É com o escopo de compreender e limitar a crescente desconfiguração das premissas e dos princípios nascentes do Direito do Trabalho que alguns doutrinadores e juristas profissionais buscam subsídio nas ciências sociais para explicar esse fenômeno.¹⁶³ Nesse diálogo interdisciplinar, ganha força a ideia do *neoliberalismo*, uma espécie de ideologia, política econômica ou escola de pensamento que estaria no centro da reação às conquistas do *Welfare State* e no âmago da flexibilização do Direito do Trabalho.

¹⁶⁰ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.p. 251.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 252.

¹⁶² *Ibidem*, p. 253.

¹⁶³ Apesar disso, é digno de nota que os juristas e demais teóricos citados nos parágrafos subsequentes adotam, ainda que implicitamente, uma visão deontológica do fenômeno jurídico, o que explica a maneira atônita pela qual reagem diante da flexibilização do Direito do Trabalho. No cerne desta visão deontológica está o normativismo, que entende o Direito como um sistema normativo em cujo cume está a Constituição e seus preceitos fundamentais, notadamente no que se relaciona à proteção do trabalho humano. Essa discussão será retomada, com outra roupagem, no item 2.3, quando da abordagem do pensamento pachukaniano.

Jorge Luiz Souto Maior entende que há uma “resistência à afirmação de direitos trabalhistas na realidade brasileira, sobretudo no contexto neoliberal instaurado a partir da década de 90, cujo propósito foi, precisamente, reduzir, ou até eliminar, a proteção jurídica dos trabalhadores”, uma vez que a legislação trabalhista passou a ser encarada pelo patronato como retrógrada, paternalista, fascista ou intervencionista, situação que impulsionaria a flexibilização e, até mesmo, a desregulamentação do Direito do Trabalho.¹⁶⁴ A “era neoliberal”, segundo o autor, seria caracterizada por tais “ataques ideológicos” camuflados em fórmulas como “modernidade” e “globalização”, as quais visariam mascarar a realidade da estratificação social em classes mediante a introdução de noções como as de “parceiros sociais” e “colaboradores”, em substituição à conotação subalterna transmitida pela palavra “empregado”. Nessa perspectiva, desde a década de 90 haveria em curso um “projeto que visa minar a força dos direitos sociais e trabalhistas, para a satisfação de interesses estritamente econômicos” do capital em escala mundial.¹⁶⁵ Não é por acaso que, conforme exposto no item 1.2, a década de 1990 ficou marcada, no Brasil, pela expansão indiscriminada da relação jurídica “triangular”, criticando o autor a Súmula nº 331 do TST por legitimar essa forma de contratação que impôs “um enorme sofrimento à classe trabalhadora, conforme pode ser constatado documentalmente nos processos judiciais que tramitaram nesse mesmo período na Justiça do Trabalho”.¹⁶⁶

Patrícia Maeda, por sua vez, argumenta que as lutas operárias decorrentes da retomada do movimento sindical no final dos anos 1970, no Brasil, levou a conjunturas políticas que fizeram retroceder a condição precária do mercado de trabalho brasileiro, sendo exemplo disso a própria Constituição de 1988.¹⁶⁷ Contudo, a partir dos anos 1990 uma “ideologia neoliberal” teria tomado força no país “trazendo consigo as propagandas da modernidade e da flexibilização como fundamento para ‘repensar o direito do trabalho’, o que, no concreto, significava ‘destruir a ideia de proteção do trabalhador como se fosse algo necessário ou até mesmo inevitável’”,¹⁶⁸ haja vista as necessidades econômicas no sentido do aumento da produtividade ou de competitividade. Esse seria um dos fatores que possibilitaram a disseminação da relação

¹⁶⁴ SOUTO MAIOR, J. L. Velhas e novas ameaças do neoliberalismo aos direitos trabalhistas. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região*, Salvador, Ano IV, n. 6, jul. de 2015. p. 145. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/146396/2015_maior_jorge_velhas_novas.pdf?sequencia=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 ago. 2019.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 146.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 151-152.

¹⁶⁷ MAEDA, P. *A era dos zero direitos: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora*. São Paulo: LTr, 2017. p. 90.

¹⁶⁸ MAEDA, P. *A era dos zero direitos...*, p. 90.

jurídica “triangular” no Brasil, já que “foi a partir dos anos de 1990 que a terceirização se generalizou”.¹⁶⁹

Para Juliana Teixeira Esteves e André Torquato, foi a partir de meados da década de 1980 que essa “prática começou a ganhar cada vez mais espaço, especialmente diante dos avanços das políticas neoliberais”,¹⁷⁰ o que ocorre num contexto de “profundas alterações no cenário geopolítico e socioeconômico mundial” desde o final da década de 1960.¹⁷¹ É por isso que tais autores procuram identificar o instituto da terceirização da mão de obra como um “artifício político-ideológico característico dessa fase neoliberal”,¹⁷² cujo objetivo seria o de possibilitar a flexibilização das relações laborais e ampliar a subordinação da força de trabalho ao capital. Nessa perspectiva, o fundamento teórico de um processo paulatino de dilapidação dos sistemas de proteção social seria justamente “a ideologia neoliberal”.^{173 174}

Gabriela Neves Delgado e Helder Santos Amorim aduzem que a terceirização constitui um exemplo de “relação de trabalho rarefeita” de matriz neoliberal. De acordo com eles, da década de 1970 em diante houve uma crise mundial do capital que atingiu países centrais e periféricos, sendo a sua solução alcançada em parte pelo “modelo de estado mínimo” com uma nova roupagem – o neoliberalismo –, a qual significou “o incremento de práticas liberais de livre negociação e de abstencionismo estatal”, representadas pelas políticas de privatização de entidades estatais, redução das instituições do Estado, desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, aprofundamento da terceirização e acanhamento de políticas sociais em

¹⁶⁹ MAEDA, P. *A era dos zero direitos...*, p. 90.

¹⁷⁰ ESTEVES, J. T.; TORQUATO, A. A terceirização como consequência de um complexo processo de dilapidação de garantias sociais: uma abordagem com base no contexto histórico do fenômeno. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 43.

¹⁷¹ ESTEVES, J. T.; TORQUATO, A. A terceirização como consequência de um complexo processo de dilapidação de garantias sociais..., p. 43.

¹⁷² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 21.

¹⁷³ ESTEVES, J. T.; TORQUATO, *op cit*, p. 43.

¹⁷⁴ De forma semelhante, Sheila Stolz afirma que o ponto de partida da terceirização laboral, a nível mundial, seria uma “nova ideologia político-econômica” chamada neoliberal, a qual “propugnava enfaticamente em seus delineamentos teórico-práticos a retirada do Estado da economia e a transformação profunda dos mercados econômicos e de trabalho”, sendo seus exemplos históricos as políticas dos governos Nixon, Reagan e Thatcher. Da mesma maneira, Lawrence Estivalet de Mello e Maria Vitória Costadello Ferreira argumentam que “a terceirização, embora não seja fenômeno recente, acentuou-se, no Brasil, na década de 1990, com as políticas neoliberais que promoveram a reestruturação do capitalismo no Brasil”. Cf. STOLZ, S. Fim do trabalho ou trabalho sem fim? A terceirização laboral e a necessidade de dotar a legislação trabalhista internacional e local de uma ‘grande angular’ protetivo-regulatória, *conditio sine qua non* de Justiça Social. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 52. DE MELLO, L. E.; FERREIRA, M. V. C. A terceirização da atividade-fim como fraude e inconstitucionalidade no Brasil. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 85-87.

geral.¹⁷⁵ É nessa perspectiva que os autores afirmam ser a terceirização o “elemento central da flexibilização e da precarização do trabalho num processo hegemônico do capitalismo mundializado, voltado à desconfiguração do clássico regime de emprego fundado na segurança e na estabilidade das relações de trabalho”.¹⁷⁶

De acordo com Mauricio Godinho Delgado, o neoliberalismo seria uma das fontes materiais do Direito do Trabalho durante as últimas décadas do século XX e início do século XXI, atuando no sentido da sua desconstrução.¹⁷⁷ Em outros trechos de sua famosa obra, notadamente em notas de rodapé, o doutrinador fala em “avanço da ideologia e prática neoliberais” mediante fórmulas voltadas a “reascender o poder empregatício na vida socioeconômica”,¹⁷⁸ bem como em uma “hegemonia neoliberalista assumidamente mercadológica”, a qual constituiria poderosa antítese ao sindicalismo e ao próprio Direito do Trabalho no seio ideológico da sociedade civil e política.¹⁷⁹ Embora não faça essa correlação de forma direta, pode-se facilmente deduzir que o modelo trilateral de relação jurídico-trabalhista enquadra-se nessa vertente desconstrucionista representada pelo neoliberalismo, até mesmo porque o autor indica que faltam aos operadores do ramo justralhista os instrumentos analíticos necessários para “suplantar a perplexidade e submeter o processo sociojurídico da terceirização às direções essenciais do Direito do Trabalho”, de modo a evitar que ele se torne “a antítese dos princípios, institutos e regras que foram a marca civilizatória desse ramo jurídico no contexto da cultura ocidental”.¹⁸⁰ Depreende-se, então, que o fenômeno da terceirização seria um fato social a ameaçar a higidez da autonomia justralhista.

Wilson Ramos Filho, por outro lado, afirma que na última década do século XX houve algo como uma “captura” da jurisprudência brasileira pela doutrina neoliberal, o que possibilitou – via Súmula nº 331 do TST, como já visto no item 1.2 – a expansão desenfreada desse modelo trilateral de contratação. Ainda de acordo com esse autor, a ampliação das hipóteses em que se permite a terceirização é coerente com a nova ética do capitalismo descomplexado (por prescindir de instrumentos de legitimação e contrapartida), como ocorria nos países que implantaram ou tentaram implantar o *Welfare State* e os métodos de gestão “sob influência do pós-fordismo e do neoliberalismo, legalizando em parte a delinquência patronal”.

¹⁷⁵ DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 19-20.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷⁷ DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. 16ª ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 148.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 756.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 1543.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 504.

¹⁸¹ Para ele, o neoliberalismo não se apresentaria como ideologia, mas como “conjunto de ações decorrentes de processos naturais de racionalização fundados em alguns dogmas doutrinários”, os quais visam o incremento da produção simultaneamente à diminuição das interferências do Estado na regulação da compra e venda da força de trabalho, favorecendo um Estado mínimo e austero. ¹⁸²

De forma esquemática, Francisco Meton Marques de Lima e Francisco Péricles Rodrigues Marques de Lima enunciam que “a terceirização representa apenas a pontinha de um gigantesco fenômeno sequenciado: Pós-Modernismo > Globalização > Neoliberalismo > Flexibilização > Terceirização > Precarização”. ¹⁸³ Nesse contexto, o neoliberalismo estaria no centro da gênese dessa forma de subcontratação, significando o “retorno ao Estado Liberal, ideologia do Estado Mínimo, do *Laissez-Faire*, *Laissez-Passer*, dos fisiocratas ingleses”, o que explicaria “a fúria da desestatização dos serviços públicos e da privatização do Estado, bem como a submissão do trabalho às leis do mercado”. ¹⁸⁴

Da mesma forma, juristas estrangeiros também estabelecem um liame entre o neoliberalismo e o modelo trilateral de relação jurídico-trabalhista. Oscar Ermida Uriarte e Natalia Colotuzzo, por exemplo, entendem que a globalização, os avanços tecnológicos e a imposição do neoliberalismo vêm provocando importantes transformações nas estruturas empresariais e recrudescendo a desproteção dos trabalhadores em geral. Isso porquanto a atitude estatal é de passividade, tolerância e, às vezes, de estímulo à terceirização e à descentralização da estrutura da empresa. ¹⁸⁵

Antonio Baylos é igualmente firme ao vaticinar que existe um conflito na Europa entre as Constituições nacionais, que incorporam elementos essenciais de democracia social, e a força normativa de instituições do capital financeiro que almejam modificar as normas estatais de acordo com suas necessidades de poder e riqueza, levando a efeito “reformas estruturais” que depreciam os direitos trabalhistas e sociais essenciais à cidadania, de maneira a impactar a negociação coletiva e o Estado social. Desse modo, o neoliberalismo e a economia de livre mercado configurariam um “liberalismo autoritário”, que busca a neutralização da democracia

¹⁸¹ RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012. p. 266-267.

¹⁸² *Ibidem*, p. 310.

¹⁸³ DE LIMA, F. M. M.; DE LIMA, F. P. R. M. *Terceirização total: entenda ponto por ponto*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2019. p. 18.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 19-20.

¹⁸⁵ URIARTE, O. E.; COLOTUZZO, N. *Descentralización, tercerización, subcontratación*. Lima: OIT, 2009. Proyecto FSAL. p. 85. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_161337.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

e a regressão nas conquistas do Estado social.¹⁸⁶ O avanço indiscriminado de contratações atípicas que degradam e precarizam a condição dos trabalhadores certamente enquadra-se nesse cenário.

Os autores acima mencionados almejam rechaçar o avanço indiscriminado da flexibilização do Direito do Trabalho, ressaltando seus efeitos negativos sobre a subjetividade e a organização coletiva dos trabalhadores, sendo alguns deles rapidamente elencados no item 1.3. O importante é perceber que o recurso desses autores ao conceito de neoliberalismo – e, por conseguinte, a modelos interpretativos oriundos das ciências sociais – como uma das vias explicativas para as recentes transformações por que passa o Direito do Trabalho, é necessário para o rompimento do formalismo que envolve a dogmática jurídica, já que a não aceitação passiva das metamorfoses legais que colocariam em risco o “modelo civilizatório” representado pelo contrato de trabalho bilateral exige uma reação, pela via interpretativa, por parte dos teóricos e práticos desse ramo do Direito. A resignificação da norma jurídica, portanto, é feita por tais autores na mesma medida em que resignificam o fato social. Daí a relevância da ideia de neoliberalismo, uma vez que, ao funcionar para tais autores como uma chave interpretativa dos fatos que alicerçam as mudanças normativas, “tem o potencial de desfazer o isolamento acadêmico, pois atravessa diferentes disciplinas (sociologia, antropologia, ciência política, economia, geografia, história e filosofia), e de dialogar com as lutas sociais”.¹⁸⁷

Compreende-se a intenção dos supracitados teóricos do Direito do Trabalho na medida em que objetivam desvencilhar-se da perspectiva positivista de investigação do objeto, isto é, da ideia de que seria possível estudar os fenômenos sociais (no caso, as normas jurídicas) de uma forma objetiva ou isenta de valorações. Ao contrário, subentende-se que buscam desenvolver suas teorizações com base no interesse emancipatório da razão humana, adotando transparentemente compromissos explícitos para com a promoção da dignidade humana, o que faria parte de um exercício metodológico engajado com os princípios constitucionais de proteção ao trabalho e ao trabalhador. É isso o que Joseph Heath chama de “teoria crítica”: estudos que abordam conscientemente questões morais (*normative questions*) ligadas a uma ou diversas formas de opressão, seja ela econômica ou de qualquer outra natureza.¹⁸⁸

¹⁸⁶ BAYLOS GRAU, A. Crisis del modelo social y liberalismo autoritario en Europa. *Revista de Derecho Social Latinoamérica*, n. 1-2016. p. 33-34.

¹⁸⁷ ANDRADE, D. P. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. p. 213. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v34n1/0102-6992-se-34-01-211.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

¹⁸⁸ HEATH, J. *The problem with 'critical' studies*. Disponível em: <http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/?fbclid=IwAR01oBxL51SnUmG0mPne4GEuZEaElthWnFRDr5E0yrEw-V73jJM0fXTb3A>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Contudo, todos os autores do Direito do Trabalho acima citados incorrem no mesmo problema: a falta de clareza ou transparência a respeito do conceito ou das múltiplas significações do neoliberalismo. Não se está a dizer que deveriam necessariamente trilhar por esse caminho, afinal a pesquisa científica deve orientar-se necessariamente por um recorte de objeto. Logo, não se pode exigir que teóricos do Direito do Trabalho dogmático dissertem sobre especificidades teóricas que não lhe dizem respeito em suas áreas acadêmicas ou profissionais. Sem embargo dessa constatação, é igualmente verdadeiro que suas análises estão alicerçadas, ainda que de forma subentendida, em marcos teóricos que são passíveis de identificação e discussão a partir de diferentes perspectivas. Como se verá no próximo capítulo, as teorizações dos autores anteriormente referidos confluem em um único sentido sociológico – o do conflito social, bem representado pelos marxistas –, o qual se repete desde os anos 1990, sendo até hoje replicado nos mesmos termos. Consequentemente, as interpretações críticas desses autores a respeito do avanço da terceirização – as quais servem de subsídio para suas interpretações jurídicas – não são necessariamente as únicas possíveis.

Ocorre que a repetição do conceito de neoliberalismo, em estudos jurídicos, tendo-se por base um único referencial teórico-crítico, derivado do marxismo, tende a cristalizar as suas raízes teóricas como se fossem autoevidentes. Dessa autoevidência, contudo, deriva uma espécie de conforto epistemológico que torna o exercício da reflexão crítica algo próximo da tautologia. Em verdade, esse problema já é conhecido por teóricos das ciências sociais. Como já mencionado na introdução, uma revisão bibliográfica realizada em 148 artigos que tratavam da temática em periódicos sobre política, desenvolvimento e estudos latino-americanos, entre 1990 e 2004, não localizou um único texto concentrado na definição e uso do conceito de neoliberalismo. Nada obstante a ausência de definição, o termo se tornou viral no ambiente acadêmico (se durante os anos da década de 1980 encontram-se algumas menções, nas duas décadas seguintes há uma explosão na sua utilização, tendo aparecido anualmente em aproximadamente 1.000 artigos acadêmicos entre 2002 e 2005), o que acabou por reforçar as ambiguidades, a natureza multidimensional, as fortes conotações morais e a própria plasticidade que sua figura suscita. Não por acaso, também se intensificou, a partir dos anos 1990, o debate a respeito do seu significado e da melhor maneira de aplicá-lo a situações concretas.¹⁸⁹

¹⁸⁹ BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, Berkeley – University of California, v. 44, issue 2, p. 137-161, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs12116-009-9040-5.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

De acordo com a referida pesquisa empírica sobre o uso do termo, levada a efeito por Boas e Gans-Morse, pode-se listar três potenciais aspectos problemáticos a ele relacionados. Em primeiro lugar, o neoliberalismo é um conceito empregado assimetricamente, isto é, normalmente é utilizado pelos críticos do livre-mercado de forma pejorativa, enquanto seus simpatizantes muito raramente se descrevem desta maneira; em segundo lugar, o neoliberalismo tem a definição frequentemente omitida em pesquisas empíricas, mesmo por aqueles que o apresentam como uma categoria-chave ou uma variável independente de estudo; por fim, o termo é utilizado em diferentes direções, sendo aplicado a uma ampla variedade de fenômenos políticos, econômicos e sociais, o que prejudica a sua precisão e favorece a sua repetição cíclica e irrefletida ao longo do tempo.¹⁹⁰

Tem-se, portanto, que o conceito normalmente possui uma conotação negativa e radical, vinculada a uma espécie de fundamentalismo de mercado que solapa as bases do Estado social – também é exatamente nesse sentido que os autores aqui citados o utilizam. Entretanto, ao contrário do que ocorre com vocábulos como “democracia” e “populismo”, os quais são tão carregados de conotações políticas e morais quanto o “neoliberalismo”, este último não tem o seu significado debatido pela literatura crítica.¹⁹¹ Desse modo, ele acaba por se tornar um mantra reservado a determinados círculos acadêmicos ou correntes políticas – já que ninguém atualmente se autoproclama “neoliberal” –, cuja tautologia e valor meramente retórico culminam na depuração de qualquer sentido verdadeiramente crítico na sua utilização e o afasta do debate verdadeiramente significativo com outros teóricos que, na prática, defendem a flexibilização do Direito do Trabalho com base em argumentos econômicos.

Esse isolacionismo “tribal” do conceito prejudica sua força interpretativa, mormente quando serve de alicerce sociológico para a compreensão do sentido das transformações do Direito do Trabalho. É por isso que Joseph Heath trata o conceito de neoliberalismo como parte de um vocabulário “criptonormativo” nos estudos críticos: apesar de ser politicamente e moralmente carregado, sua utilização voltada a uma única audiência, que compartilha das mesmas premissas de pensamento, esvazia-o de sentido.¹⁹² Como consequência, sua repetição incessante não sofre nenhum tipo de controle ou restrição. Como bem nota Bruno Cava Rodrigues, esse estranho fenômeno, que empobrece os estudos críticos mediante o abuso errante e meramente retórico de conceitos abertos e multivalentes (o “fascismo” também parece

¹⁹⁰ BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism..., p. 137-161.

¹⁹¹ BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism..., p. 137-161.

¹⁹² HEATH, J. *The problem with 'critical' studies*. Disponível em: <http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/?fbclid=IwAR01oBxL51SnUmG0mPne4GEuZEaEltlhWnFRDr5E0yrEw-V73jJM0fXTb3A>. Acesso em: 02 ago. 2019.

seguir o mesmo caminho), corresponde ao que Willard van Orman Quine chamou de “ascese semântica” (*semantic ascent*),¹⁹³ na medida em que o núcleo semântico das palavras passa a agregar sempre as mesmas coisas e os seus usos futuros simplesmente lhe atrelam novas formas de dizer o mesmo.¹⁹⁴ Perde-se de vista, assim, a vitalidade e a complexidade do conjunto de fatores que torna o presente muito diferente do passado.

De acordo com Daniel Pereira Andrade, foi tendo em vista esse cenário que, desde os anos 2000, as ciências sociais vêm tentando delimitar de maneira mais clara os possíveis sentidos do neoliberalismo, visando conservá-lo como uma ferramenta teórica dotada de alguma utilidade para além da retórica. Com efeito, pode-se falar hoje em distintas definições capazes de dotá-lo de maior concretude histórica e filosófica, tais como a foucaultiana, a marxista, a bourdieusiana e a weberiana, as quais seriam eminentemente essencialistas; ademais, o autor ainda indica a possibilidade de abordagens estruturais do fenômeno, o que pode ocorrer pela via da “definição do hibridismo governamental” e da “definição neorregulacionista”.¹⁹⁵ De modo semelhante, e com as mesmas preocupações até aqui elencadas, Wendy Larner concebe a possibilidade de utilização do conceito de neoliberalismo como política, ideologia (sobretudo mediante a noção gramsciana de “hegemonia”) ou governamentalidade, sendo que estas duas últimas teriam maior potencial analítico.¹⁹⁶

Sabe-se que os juristas, pela especificidade do seu objeto e pela falta de um diálogo mais profundo com as ciências sociais, podem ficar alheios a essas discussões. Desse modo, como se procurará demonstrar no capítulo seguinte, a maioria parece recorrer a um único sentido do termo, que remete a uma vertente filosófica e sociológica bastante conhecida, mas cuja repetição irrefletida pode empobrecer a adequada compreensão dos fenômenos envolvidos.

Em outras palavras, é fato que a ideia de neoliberalismo é utilizada por diversos autores no Direito do Trabalho, os quais atribuem o avanço da terceirização como uma de suas consequências. Não obstante, é preciso indagar se o marco legal ora discutido, que suprimiu a diferenciação entre atividade-meio e atividade-fim, pode ser abordado como simples avanço de um fundamentalismo de mercado que viria tomando a política brasileira após um período de crise política e econômica iniciado em 2013 ou 2014 e agravado em 2016. Oferecer uma

¹⁹³ QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1960. p. 269-270. Disponível em: <https://academiaanalitica.files.wordpress.com/2016/10/willard-van-orman-quine-word-and-object-1964.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹⁹⁴ RODRIGUES, B. C. Destronar o império das narrativas. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588864-destronar-o-imperio-das-narrativas-artigo-de-bruno-cava>. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹⁹⁵ ANDRADE, D. P. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais..., p. 213.

¹⁹⁶ LARNER, W. Neo-liberalism: policy, ideology, governmentality. *Studies in Political Economy*, 63, Autumn 2000. p. 5-25.

resposta a tal indagação, com base em um diálogo interdisciplinar mais profundo, pode contribuir para lançar novas luzes sobre o contexto sociojurídico trabalhista contemporâneo no Brasil.

Tendo em vista os possíveis impactos negativos da relação jurídica “triangular” sobre os trabalhadores (como se extrai do item 1.3), os capítulos 2 e 3 serão destinados a esclarecer duas maneiras particulares de encarar o avanço da terceirização – e, por conseguinte, o marco regulatório brasileiro de 2017 – de acordo com as lentes do que se chama neoliberalismo. A primeira, exposta no capítulo 2, é aquela mais usual e recorrente entre os juristas, compartilhando dos pressupostos marxistas da sociologia do conflito social. A segunda, exposta no capítulo 3, envolve uma concepção filosófica diferenciada a respeito do fenômeno, apoiando-se na matriz teórica foucaultiana. Tal forma de investigação pautará um esforço interdisciplinar de definição do neoliberalismo que não é comumente visto em estudos na área jurídica, objetivando-se identificar de maneira mais profunda a interação entre Direito e sociedade.

CAPÍTULO 2 – A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM INTERPRETADA PELA CORRENTE DA ESPOLIAÇÃO: CAPITULAÇÃO DO DIREITO PERANTE AS LEIS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Os itens 1.1 e 1.2 tiveram o condão de demonstrar como um conjunto significativo de fatores engendrou, a partir das três últimas décadas do século XX, um novo padrão de acumulação nos países ocidentais (sejam eles centrais ou periféricos), o qual pode ser denominado flexível ou pós-fordista, com forte influência na gestão empresarial a partir dos métodos e pressupostos do toyotismo. Como se pôde notar, a terceirização surge no bojo dessas transformações, impulsionada pela globalização, pelas empresas transnacionais e pela nova divisão internacional do trabalho. De maneira intuitiva, portanto, percebe-se que a Economia Política tem um papel de destaque na compreensão da globalização, até mesmo porque a subcontratação e as formas flexíveis de vínculo empregatício respondem a novas configurações nas relações de produção, profundamente remodeladas pelo avanço tecnológico. Assim, levando em conta os possíveis impactos sobre a condição individual e a organização coletiva dos trabalhadores, revela-se oportuna a investigação sociológica de suas causas.

É tendo isso em vista que, como adiante ficará mais claro, os autores filiados ao marxismo e, conseqüentemente, à sociologia do conflito social, tendem a analisar esse cenário utilizando como principal enfoque a Economia Política crítica. Tal vertente teórica constitui uma consolidada tradição interpretativa que concebe o neoliberalismo como doutrina, ideologia ou política econômica que está no centro da flexibilização do Direito do Trabalho e do declínio do Estado-nação, tendo importância crucial o elemento classista. Como observa Abili Lima, “a globalização do mercado está fundada num conjunto de medidas e de políticas presentes na teoria econômica denominada neoliberalismo”, isto é, “uma proposta econômica que dá sustentação ao processo de implementação da transnacionalização da economia” e que constitui o fio condutor da globalização – não obstante seja possível observar outras de suas dimensões, tais como a ambiental e cultural.¹⁹⁷

Como parte do já pronunciado esforço de definição dos contornos do neoliberalismo, deve-se reconhecer que esse modelo interpretativo, que se concentra na Economia Política da globalização e nas novas formas de gerência empresarial, representa apenas uma das maneiras possíveis de se compreender a expansão da subcontratação em geral. Com efeito, embora essa vertente não possa ser generalizada como a única forma de se apreciar as recentes

¹⁹⁷ LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito*: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002. p. 156-157.

transformações da legislação trabalhista, é fato que as pesquisas de autores a ela vinculados revelam dados e informações importantes para compreender parte do fenômeno, motivo pelo qual se justifica a sua análise mais acurada neste capítulo 2.

O estilo interpretativo dos autores que apreendem a expansão da terceirização – e, por conseguinte, o marco legal brasileiro de 2017 – como parte da trama político-econômica e classista do neoliberalismo, de modo coerente com a sociologia do conflito social, será chamado de “corrente da espoliação”.¹⁹⁸ Os teóricos que serão abordados na sequência tendem a implicar o neoliberalismo às “necessidades do regime de acumulação financeirizado” e à “integração mais ou menos problemática entre as estratégias sociais da acumulação e as formas políticas do Estado capitalista” (perspectiva central do item 2.1).¹⁹⁹ Esta escolha teórica enfatiza a negação da subjetividade do trabalhador e das suas necessidades intrínsecas em razão de um processo agressivo de mercantilização da própria vida (perspectiva central do item 2.2), o que inevitavelmente reverbera numa concepção peculiar do próprio fenômeno jurídico e das suas transformações (perspectiva central do item 2.3).

2.1 O argumento da precarização das relações de trabalho em prol da lucratividade das classes dominantes

Conforme destaca Raymond Aron,²⁰⁰ há um elemento específico que distingue e singulariza o pensamento de Marx em face de outros sociólogos positivistas que lhe eram contemporâneos.²⁰¹ Por um lado, tanto para Marx quanto para Auguste Comte – ilustre representante dos teóricos positivistas –, há uma oposição essencial entre as sociedades do passado (feudais, militares e teológicas) e as sociedades modernas (industriais e científicas). Todavia, enquanto Comte entende os conflitos entre trabalhadores e empresários como fenômenos marginais, elementos de imperfeição da sociedade industrial cuja correção é necessária, Marx tem como foco a contradição inerente a essa sociedade moderna, também por ele chamada de capitalista. Para ele, o conflito entre a classe proletária e a classe capitalista dominante é o fato mais importante das sociedades modernas, é aquilo que revela a natureza essencial dessas sociedades e permite antever seu desenvolvimento histórico. Em suma, “o

¹⁹⁸ BRAGA, R. A herança do neoliberalismo: sementes da revolta. *Revista Cult*, São Paulo, ano 19, n. 219, p. 14. dez. 2016.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 14-15.

²⁰⁰ Importante esclarecer que tal autor não é um representante da chamada “corrente da espoliação” e tampouco compartilha das premissas da metodologia marxiana. Todavia, suas teorizações contribuem para que se localize o marxismo no “mapa” do pensamento sociológico.

²⁰¹ ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 128-129.

pensamento de Marx é uma interpretação do caráter contraditório ou antagônico da sociedade capitalista”,²⁰² tendo como elemento central as classes e a dominação.

O objetivo do presente estudo não permite o devido aprofundamento nas extensas e ricas reflexões marxianas,²⁰³ motivo pelo qual é necessário focalizar os fundamentos do pensamento de maturidade de Marx, que orientam há mais de um século as pesquisas sociológicas de jaez crítico, inclusive aquelas que tratam do chamado paradigma de acumulação flexível. No famoso prefácio de “Contribuição para a Crítica da Economia Política” (1859), tais fundamentos são expostos de maneira didática – embora seja equivocado atribuir-lhes contornos dogmáticos, algo impensável quando se trata de um autor tão produtivo e cuja metodologia é dialética. Dos muitos elementos importantes desse trabalho, opta-se por destacar somente aqueles que terão impacto na linha de pensamento ora desenvolvida nesta dissertação.

Pois bem, em primeiro lugar, o cerne do materialismo histórico-dialético reside na impossibilidade de compreender as formas jurídicas, tais como as formas de Estado, a partir de si mesmas ou a partir do desenvolvimento geral do espírito humano; ao contrário, “elas se enraízam nas condições materiais de vida” cuja totalidade, pensada por ingleses e franceses do século XVIII, bem como por Hegel, denomina-se comumente por “sociedade civil”. Nada obstante, como o estudo de uma sociedade é sempre histórico, Marx indica que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”.²⁰⁴ É por isso que, analogicamente, um fenômeno como a flexibilização do Direito do Trabalho não pode ser explicado unicamente por si mesmo, como mera mutação da dogmática jurídica, nem como mera obra do espírito humano, mas sim mediante as condições materiais de vida de uma sociedade devidamente contextualizada historicamente.

²⁰² ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico...*, p. 129.

²⁰³ Conforme aponta Gyorgy Markus, “as obras de Marx que os especialistas chamam de juventude foram redigidas entre 1839 e 1846 (ou 1845, conforme incluamos também a Ideologia Alemã, escrita juntamente com Engels, ou, ao contrário, consideremo-la (*sic*) na categoria das obras ‘de maturidade’). Se bem que se trate de um período de apenas alguns anos, esses escritos diferem muito sensivelmente uns dos outros, tanto em seu princípio quanto em seu conteúdo e, procedendo sumariamente, podemos dividi-los em três grupos”. Os escritos anteriores a 1843 refletem o ponto de partida da evolução marxiana, com reflexões embasadas na filosofia idealista, jovem-hegeliana, e com uma perspectiva sociopolítica plebeia e democrática; a crítica da teoria hegeliana da política, bem como os artigos publicados nos Anais Franco-Alemães (1833-1844) representam, por outro lado, uma transição para o comunismo científico e o materialismo dialético; por fim, em 1844 Marx começa a abordar os problemas da filosofia e da Economia Política. Posteriormente, as chamadas obras da maturidade concentram a crítica da Economia Política embasada firmemente no materialismo histórico-dialético, sendo “O Capital” a obra máxima desse período. MARKUS, G. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1974. p. 74. A propósito da vida e obra de Karl Marx, indispensável a leitura de KONDER, L. *Marx: Vida e Obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

²⁰⁴ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas). p. 25.

Partindo desse pressuposto, o resultado geral que serviu de base para as reflexões posteriores de Marx (*O Capital* foi lançado pouco tempo depois, em 1867) foi o seguinte: a produção social da vida pelo ser humano acarreta o engajamento em determinadas relações, determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, “relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. É a totalidade dessas relações de produção que forma a estrutura econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Dessa maneira, “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual”, não sendo “a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. Quando determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade entra em contradição com as relações de produção existentes, “sobrevém uma época de revolução social”, isto é, ao mesmo passo em que a base econômica se transforma, ocorre igualmente a transformação de toda a superestrutura, com maior ou menor rapidez. Nesse contexto, a consciência se explica “a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. Por fim, as épocas progressivas das formações econômicas da sociedade podem ser chamadas de “modos de produção”.^{205 206}

Levando-se em consideração a necessidade de perscrutar as condições materiais de existência do ser humano, particularmente a anatomia do capitalismo e as suas relações sociais

²⁰⁵ Todas as citações diretas realizadas neste parágrafo podem ser encontradas em: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes...*, p. 25 e 26.

²⁰⁶ Importante destacar, neste contexto, que o materialismo histórico-dialético, método sob o qual são erigidas as reflexões marxianas, não concebe de maneira alguma o momento econômico como o único determinante na história. Ao contrário, o que existe é uma condicionalidade recíproca e dialética entre a situação econômica (base) e outras formas políticas da luta de classes e seus resultados. É isso que se extrai da carta enviada por Friedrich Engels a Joseph Bloch: “Segundo a concepção materialista da história, o momento em última instância determinante [*in letzter Instanz bestimmende*], na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmámos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que o momento econômico é o único determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstracta, absurda. A situação [*Lage*] econômica é a base [*Basis*], mas os diversos momentos da superestrutura [*Überbau*] — formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc, formas jurídicas, e mesmo os reflexos [*Reflexe*] de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões [*Anschauungen*] religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas — exercem também a sua influência [*Einwirkung*] sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente [*vorwiegend*] a forma delas. Há uma acção recíproca [*Wechselwirkung*] de todos estes momentos, em que, finalmente, através de todo o conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não-existente, a podemos negligenciar), o movimento econômico vem ao de cima como necessário. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação do primeiro grau”. ENGELS, F. *Carta a Joseph Bloch*. 21-22 de Setembro de 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22-1.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

de base, Marx avança em direção ao estudo da produção (sem olvidar da relação dialética existente entre consumo, distribuição, troca e circulação) tendo por premissa as contradições acima transcritas. O elemento que articula os antagonismos e contradições das sociedades industriais modernas, para o autor, residiria na constatação de que a essência do capitalismo é, antes de tudo, a busca do lucro respaldada pela propriedade privada dos instrumentos de produção.²⁰⁷ A questão fundamental que a Economia Política inglesa não havia logrado êxito em desvendar era, para Marx, responder qual seria a origem do lucro na troca tipicamente capitalista. É a isso que ele se dedica em sua obra máxima (*O Capital*), respondendo àquela questão com a teoria do valor-salário e da mais-valia.²⁰⁸ Para Enrique Dussel, a essência do pensar teórico de Marx é a “questão do valor como fundamento do conceito de mais-valia”, do que decorre a totalidade das suas descobertas posteriores.²⁰⁹

A exploração que se perpetua mediante a extração de mais-valia, circunstância que demarca a absoluta contradição entre capital e trabalho no modo de produção capitalista, será exposta de forma mais detida no item 2.2. Por ora, basta notar que essa é a fonte epistemológica dos autores marxistas que compartilham dos pressupostos dessa corrente da espoliação. Em linhas gerais, eles caracterizam o neoliberalismo como um fenômeno com forte componente de *classe* vinculado à necessidade de expansão da *lucratividade*, sendo a espoliação social parte de uma estratégia ligada ao desmonte dos direitos trabalhistas e à miniaturização do Estado. Pode-se dizer que eles dão continuidade aos estudos iniciais de Marx ao analisarem o novo estágio do capitalismo (sobretudo dos últimos trinta anos do século XX em diante) a partir de suas contradições, destacando-se neste desiderato a precarização do trabalho (e a correlata flexibilização do Direito do Trabalho) como uma consequência de novas formas de organização da produção voltadas ao aumento da taxa de lucro dos empregadores.

Merece destaque, nesse mesmo diapasão, as ideias de Gérard Duménil e Dominique Lévy, as quais ilustram exemplarmente a denominada corrente da espoliação. Para esses autores, o capitalismo moderno (por eles entendido como o capitalismo desde o início do século XX) é composto por três ordens sociais que podem ser datadas pela ocorrência de “crises estruturais”.²¹⁰ Ordem social, por sua vez, é também uma configuração do poder de classe e de hierarquias imperiais no âmbito internacional, uma característica permanente do capitalismo.

²⁰⁷ ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico...*, p. 139.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 139-140.

²⁰⁹ DUSSEL, E. *A produção teórica de Marx (um comentário aos Grundrisse)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 14.

²¹⁰ Toda a análise é baseada no contexto sociopolítico dos Estados Unidos, uma vez que os autores entendem haver maior nitidez na verificação das sucessões das ordens sociais nesse país. DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17.

²¹¹ Pois bem, para esses autores o capitalismo moderno surge a partir das revoluções corporativa, financeira e administrativa, as quais realçam a diferença do capitalismo do século XX para o do século XIX. ²¹² Em sua configuração do século XX, com uma classe burguesa menos ligada a empresas individuais e mais à posse de títulos apoiada por grandes corporações e instituições de crédito, destacam-se: 1) o seu caráter fortemente financeiro, haja vista o papel importante desse setor no financiamento da acumulação e no exercício das prerrogativas ligadas à propriedade, 2) o progresso na administração de empresas e 3) uma configuração tripolar de classe que marca uma complexificação da sua estrutura, na medida em que, para além das tradicionais classes médias dos pequenos agricultores, comerciantes e artesãos, o capitalismo moderno viu a expansão dos gerentes e do pessoal administrativo (vale dizer, uma espécie de clivagem na própria classe trabalhadora), sendo possível conceber a existência heterogênea e conflitiva classes capitalistas, gerenciais e populares. ^{213 214}

As ordens sociais do capitalismo moderno significam, portanto, configurações do poder de classe, organizando-se a partir de crises estruturais. A primeira ordem social do século XX, impulsionada pela crise de 1890, é chamada de “primeira hegemonia financeira” e se estende do início do século XX até o *New Deal*; a segunda, impulsionada pela Grande Depressão de 1929, é chamada de compromisso do pós-guerra, estendendo-se do *New Deal* e da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1970; por fim, a terceira, impulsionada pela crise da década de 1970, é chamada de “segunda hegemonia financeira” ou *neoliberalismo* e compreende o período dos anos 1970 em diante. ²¹⁵

²¹¹ DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo...*, p. 18.

²¹² “A revolução corporativa se refere à incorporação de empresas. Na esteira da crise de 1890, as novas leis corporativas aprovadas em Nova Jersey (simultaneamente à aprovação da Lei Sherman) e rapidamente estendidas a outros estados norte-americanos, deram um impulso geral a uma onda dramática de incorporações por volta de 1900. O sistema bancário em rápida expansão foi o motor da revolução financeira, pois grandes bancos financiaram essas novas corporações numa relação complexa – na verdade, uma mistura de apoio e dominância. Dentro dessa nova estrutura surgiu uma terceira transformação, a revolução gerencial, em que a delegação da administração a um pessoal administrativo assalariado – apoiado por empregados de escritório – atingiu novos patamares (principalmente, ainda que não de forma exclusiva, em relação à disposição organizacional fabril conhecida como taylorismo). Foi um grande passo para a separação entre propriedade e administração. Apesar de a revolução gerencial ter acontecido no início do século, tal separação e sua correspondente administração mais sofisticada são características fundamentais do capitalismo moderno em todas as suas fases”. DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo...*, p. 22.

²¹³ *Ibidem*, p. 22-23.

²¹⁴ Para tais autores, o resultado dessas tendências sociais não foi a formação de uma única classe intermediária homogênea (a nova classe média) entre os proprietários e os empregados, mas sim uma nítida polarização dentro desses grupos, estabelecendo-se uma nova hierarquia entre os assalariados, uma divisão entre categorias de comando e subordinação. Assim, o “pessoal gerencial e administrativo”, válido principalmente para o trabalho no comércio ou manutenção, significa que os primeiros são a categoria principal e os segundos a subordinada. *Ibidem*, p. 24.

²¹⁵ Observe-se que “hegemonia financeira” “refere-se ao fato de as classes capitalistas – ou seja, as finanças e a camada superior das classes capitalistas e das instituições financeiras – se beneficiarem de uma capacidade

A primeira hegemonia financeira (do início do século XX ao *New Deal*) foi marcada pela “combinação de uma economia de livre mercado, doméstica e internacionalmente (com o padrão ouro), e o progresso assombroso da organização dentro das corporações”. Um de seus aspectos centrais consistiu na emergência de uma classe burguesa mais ou menos descolada da empresa e de instituições financeiras ligadas a corporações não financeiras, o que significou a eliminação de parcelas da antiga classe dominante e incorporação de outras, mais vinculadas à financeirização da economia. Para Duménil e Lévy, essa nova configuração do poder permitiu às camadas superiores das classes capitalistas a dominação, nacional e internacional, da economia e sociedade, havendo um compromisso entre as finanças e as camadas superiores das classes gerenciais.²¹⁶

O compromisso pós-guerra (do *New Deal*/Segunda Guerra Mundial ao final da década de 1970) é caracterizado por três fatores: 1) pela autonomia gerencial acentuada em relação às classes capitalistas, com uma administração de grandes corporações favorável ao investimento e à mudança técnica e uma maior intervenção do Estado na economia mediante diversos tipos de regulação, baixas taxas de juros e políticas fiscais e monetárias de incentivo, o que permite facilmente chamá-lo de keynesiano. Macroeconomicamente, era comum a existência de limitações ao comércio externo para a proteção do desenvolvimento nacional e a implantação de restrições à mobilidade do capital; 2) pelo aumento do poder de compra, políticas de estímulo ao pleno emprego e o estabelecimento do *Welfare State* ou o compromisso estatal em providenciar saúde, aposentadoria e educação às classes populares; 3) pela contenção dos interesses financeiros, sobretudo pela orientação do setor financeiro ao crescimento da economia real; a uma gerência que visava principalmente a acumulação e não a renda do capital; a uma tolerância à redução dos lucros em razão do aumento dos custos de mão de obra. Quanto à configuração de classes, esse período assistiu a uma espécie de aliança entre as classes gerenciais e populares, sob a liderança das primeiras.²¹⁷

Finalmente, a segunda hegemonia financeira (anos 1970 em diante) deu lugar à terceira ordem social do capitalismo moderno: o neoliberalismo. Duménil e Lévy afirmam que a queda vertiginosa nas taxas de lucro em função da crise do Estado de bem-estar e das taxas crescentes de inflação, aliadas às crises da década de 1970, levaram a uma transformação ampla e radical cujo primeiro aspecto consistiu numa nova administração de alto escalão (governança

ilimitada de comandar a economia e a sociedade em geral, de acordo com interesses próprios ou que percebam como tal”. DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo...*, p. 25-27.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 25.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 26.

corporativa), segundo a qual a liberdade de ação das empresas deveria ser liberada em direção à volta da economia de mercado (eufemismo para a dinâmica capitalista sem limites). Trata-se de uma ideologia de mercado que andou *pari passu* com a promoção da desregulação em todos os campos (particularmente dos mecanismos financeiros), a imposição de fortes macropolíticas destinadas à proteção dos credores por meio da estabilidade forçada de preços e a abertura das fronteiras de comércio e capital. Não obstante, os autores argumentam que a ideologia não foi o instrumento da “revolução neoliberal”, já que todas as transformações por ela levadas a cabo encontravam correspondência material com o interesse das classes altas, isto é, com a “maximização das rendas mais altas”.

Em suma, o neoliberalismo teve como resultado reprimir o poder de compra dos trabalhadores, abrir o mundo para as corporações multinacionais, endividar governos e famílias para manter uma fonte de grandes fluxos de juros e possibilitar rendas gigantescas no setor financeiro por meio de salários, bônus, opções de ações e dividendos. Em termos de classe, “o neoliberalismo teria sido impossível se não tivesse havido uma aliança entre as classes capitalista e gerencial, particularmente entre suas camadas superiores”, o que Duménil e Lévy chamam de “compromisso neoliberal”.²¹⁸

Podem-se extrair, assim, algumas conclusões sobre o esquema interpretativo marxista desses dois autores. Primeiro – e mais importante –, que o neoliberalismo implicou a restauração deliberada da hegemonia financeira das classes altas a reboque da crise estrutural de 1970. Em outras palavras, a dinâmica da globalização neoliberal, nacional e internacionalmente, “foi determinada por novos objetivos de classe que operaram em benefício das camadas mais altas de renda, isto é, os proprietários capitalistas e as frações superiores da administração”.²¹⁹ Segundo, que a ordem neoliberal internacional (a globalização neoliberal) basear-se-ia na liderança econômica, política e militar dos Estados Unidos, país que age como líder no âmbito do grupo mais abrangente dos países imperialistas.²²⁰ Terceiro, que o neoliberalismo poderia ser compreendido numa filosofia da história mais ampla, baseada na dialética das forças e relações de produção e cujo instrumento é sempre a luta de classes, o que permitiria perceber que a história se repetiria numa sucessão de intervalos.²²¹

Se Duménil e Lévy associam a ascensão do neoliberalismo à crise de 1970, Naomi Klein aprofunda o seu aspecto disruptivo associando-o aos desastres – daí a expressão “capitalismo

²¹⁸ Todas as citações diretas deste parágrafo são encontradas em: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo...*, p. 27-28.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 18.

²²⁰ *Ibidem*, p. 19.

²²¹ *Ibidem*, p. 30.

de desastre”.²²² Embora não haja uma preocupação propriamente conceitual em sua obra, Klein entende o neoliberalismo como uma “ideologia camaleônica”, uma ortodoxia que também pode ser chamada de “livre-comércio” ou simplesmente “globalização”. Por outro lado, seus adeptos se autodenominam “liberais”, “conservadores”, “economistas clássicos”, “defensores do livre-mercado” ou “neoconservadores”. No cerne dessa confusão encontra-se o compromisso com uma espécie de “trindade política”: eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e gasto social mínimo. O maior representante dessa nova ortodoxia seria o economista Milton Friedman, cuja cruzada teórica consistiu em tentar “libertar o mercado das interferências do Estado”, embora a prática política tenha aplicado essa teoria purista de forma bem diferente, mediante uma aliança poderosa entre poucas corporações de grande porte e uma camada de políticos muito ricos.²²³ É por isso que a autora entende que o nome mais apropriado para esse “sistema que elimina as fronteiras entre o Grande Governo e o Grande Negócio” não seria exatamente liberal, conservador ou capitalista, mas sim corporativo, na medida em que suas principais características seriam as “enormes transferências de riqueza pública para mãos privadas” acompanhadas “de uma explosão do endividamento, uma polarização cada vez maior entre os muito ricos e os pobres descartáveis e um nacionalismo agressivo que justifica gastos exorbitantes com a segurança”.²²⁴

Klein entende que essa versão fundamentalista do capitalismo atua segundo uma “tática nuclear”, por ela denominada “doutrina do choque”, cultuada por Friedman e seus seguidores (o mais conhecido deles é Friedrich Hayek), economistas com grande influência política nas últimas décadas do século XX. Trata-se de uma estratégia clara: espera-se acontecer uma grave crise (essa crise pode ser um grande desastre, como o Furacão Katrina em Nova Orleans, a guerra no Iraque ou até mesmo uma crise econômica de grandes proporções, como foi o caso do endividamento da América Latina nos anos 1980, a chamada “década perdida”), vende-se partes do Estado para investidores privados enquanto os cidadãos ainda se recuperam do choque e, por fim, transforma-se tais “reformas” em mudanças permanentes.²²⁵

Choques e crises de grande porte passaram a ser explorados por Friedman a partir de 1970, quando atuou como conselheiro do ditador chileno, o general Augusto Pinochet. O estado de choque dos cidadãos, em função do golpe de Estado que suprimiu a democracia, serviu para a imposição de uma reforma econômica bastante rápida, incluindo corte de impostos, livre-

²²² KLEIN, N. *A doutrina do choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 15.

²²³ KLEIN, N. *A doutrina do choque...*, p. 24.

²²⁴ *Ibidem*, p. 25.

²²⁵ *Ibidem*, p. 16.

comércio, privatização de serviços, corte nos gastos sociais e desregulamentação. Essa experiência pioneira do neoliberalismo, intimamente relacionada à violência ditatorial patrocinada pelos Estados Unidos com finalidade geopolítica, ficou conhecida como “Revolução da Escola de Chicago”, porquanto muitos dos economistas de Pinochet estudaram sob a orientação de Friedman na Universidade de Chicago.²²⁶ A fórmula (superlucros aliados a megadesastres) se repetiria nas mais variadas partes do mundo, seguida por desastres naturais ou crises econômicas, tendo como *modus operandi* ataques orquestrados à esfera pública, uma vez que as únicas funções do Estado seriam a proteção da liberdade, preservação da lei e da ordem, fazer cumprir os contratos e fomentar mercados competitivos.²²⁷

Nesse mesmo sentido, David Harvey aponta que o processo de “neoliberalização” envolveu a destruição criativa de antigos poderes e estruturas institucionais (as tradicionais formas de soberania de Estado, inclusive), das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem estar social, de modos de vida e pensamento, das atividades reprodutivas e das formas de ligação à terra. Isso porque julga a troca de mercado como uma ética em si capaz de guiar todas as ações humanas: o bem social seria maximizado na mesma proporção do aumento do alcance e frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.²²⁸

Para esse último autor, o neoliberalismo seria, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas segundo a qual o bem-estar humano poderia ser melhor promovido mediante a maximização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais “no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.²²⁹ De modo semelhante aos dois autores anteriores, Harvey associa o neoliberalismo a um pensamento político-econômico que foi progressivamente adotado e aplicado pelos mais diversos países desde os anos 1970, tendo como principais receitas a desregulação, a privatização e a retirada do Estado das áreas de bem-estar social.²³⁰ Tal pensamento foi cultuado por pessoas com posições de considerável influência no campo da educação (universidades e “bancos de ideias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado

²²⁶ KLEIN, N. *A doutrina do choque...*, p. 16-17.

²²⁷ *Ibidem*, p. 15.

²²⁸ HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 13.

²²⁹ *Ibidem*, p. 12.

²³⁰ Isso teria ocorrido em quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia. Ao longo do livro, o autor também faz menções à África do Sul pós-apartheid, à China e à América Latina após a crise da dívida dos anos 1980. *Ibidem*, p. 12-13.

(Tesouro, Bancos Centrais etc.) e em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais.²³¹

Para esse autor, a teoria neoliberal – especialmente a sua versão monetarista – passou a ter influência prática numa variedade de campos políticos como resposta à queda na taxa de lucro potencializada pelo estado crônico de estagnação econômica e inflação, que marcou os países desenvolvidos na década de 1970. Sua dramática consolidação como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública a nível estatal no mundo capitalista avançado ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1979.²³²

De um lado, na Grã-Bretanha, Margaret Thatcher aceitou o abandono do keynesianismo como caminho para superar a estagflação que castigava a economia britânica do período, demonstrando incrível força para acabar com as instituições e práticas políticas do Estado socialdemocrata. Isso envolveu o enfrentamento ao poder sindical, o ataque a todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva, o desmantelamento ou reversão dos compromissos do *Welfare State*, a privatização de empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), redução de impostos, promoção à iniciativa dos empreendedores e criação de um clima de negócios favorável à indução de um forte fluxo de investimento externo.²³³

De outro lado, nos Estados Unidos, em outubro de 1979, Paul Volcker, então presidente do *Federal Reserve Bank* no governo Carter, promoveu uma mudança drástica na política monetária dos Estados Unidos. As políticas fiscais e monetárias keynesianas, em cujo cerne estava a busca pelo pleno emprego, foi abandonada em prol de uma política destinada a controlar a alta na inflação sem medir as consequências para o emprego. As taxas de juros, que eram negativas durante a crise inflacionária de dois dígitos nos anos 1970, do dia para a noite tornaram-se positivas por ordem do Banco Central, chegando a uma alta próxima a 20% em julho de 1981. A consequência desse choque foi o início de uma duradoura recessão que esvaziaria fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores (muitos na América Latina) à beira da falência. Era o início da longa era dos ajustes estruturais, posteriormente exportado a outros países pelo Banco Mundial e pelo FMI.²³⁴ No entanto, não foi apenas essa mudança draconiana na política monetária que caracterizou a virada neoliberal

²³¹ HARVEY, D. *O neoliberalismo...*, p. 13.

²³² *Ibidem*, p. 31.

²³³ *Ibidem*, p. 32.

²³⁴ *Ibidem*, p. 32.

nos Estados Unidos. Ronald Reagan, que sucedeu a Carter na presidência em 1980, manteve Volcker na presidência do FED e aprofundou as desregulações (das empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro), cortes de impostos (os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%), cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional (o exemplo mais claro foi a derrota imposta ao sindicato dos controladores de voo, PATCO, na greve de 1981).²³⁵

Tendo em vista esse cenário, David Harvey argumenta que é possível interpretar a “neoliberalização” como: 1) projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou 2) projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas. Embora o autor estabeleça uma clara separação do neoliberalismo na teoria (sobretudo a partir das teorizações de Hayek, Friedman e demais autores da *Mont-Pèlerin Society*, inaugurada em 1947) e na prática (a doutrina econômica aplicada à política econômica estatal, com truculência e pragmatismo, como ocorreu paradigmaticamente no Chile de Pinochet, na Grã-Bretanha de Thatcher ou nos Estados Unidos de Reagan), ele afirma ter prevalecido um notável projeto de revitalização da acumulação do capital global e restauração/criação do poder de uma elite econômica, convergindo com as considerações de Duménil e Lévy.²³⁶

É fácil perceber como a precarização do Direito do Trabalho amolda-se a esse argumento da corrente marxista da espoliação, o qual destaca a estratégia da classe dominante para a retomada da lucratividade em razão da(s) crise(s) de acumulação. Aliás, todo o primeiro capítulo (sobretudo os itens 1.1 e 1.2), ao tratar sobre a reestruturação produtiva, indicou que as novas formas de organização do trabalho (sob a roupagem do toyotismo, pós-taylorismo ou pós-fordismo) responderam eminentemente às injunções econômicas da globalização. Nesse sentido, os possíveis efeitos nefastos da terceirização (visualizados no item 1.3) são comumente interpretados por autores críticos do Direito do Trabalho como obra da expansão da doutrina, do pensamento ou da política econômica neoliberal (como salientado no item 1.4), a qual se vincularia intimamente a uma ofensiva das classes dominantes com o objetivo de retomada da lucratividade a reboque das crises de acumulação do capital (como visto no presente item 2.1), desembocando na desconstrução do Estado de bem-estar e no ataque as direitos sociais via desregulamentações, privatizações e políticas de austeridade.²³⁷

²³⁵ HARVEY, D. *O neoliberalismo...*, p. 33-34.

²³⁶ *Ibidem*, p. 27.

²³⁷ Em sentido semelhante, observa Gabriela Caramuru que, em momentos de crise e dificuldade de acumulação, os direitos sociais, sobretudo do trabalho, são reduzidos “com vistas a permitir ao capital a maior extração de mais-valor com exploração a força de trabalho”. Ainda, “na América Latina a situação fragilizada e dependente de

A situação é ilustrada com didatismo por Ricardo Antunes, segundo o qual a crise de acumulação taylorista/fordista, aflorada no fim dos anos 1960 e início dos 1970, “fez com que o capital desencadeasse um amplo processo de reestruturação produtiva, visando recuperar seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de hegemonia” sobre as forças sociais do trabalho que, durante o compromisso keynesiano, consolidaram-se como um dos pilares da sociedade e do Estado.²³⁸ Logo, o toyotismo associa-se ao neoliberalismo como uma estratégia político-econômica deflagrada pelo capital no sentido de provocar variadas transformações no processo produtivo, o que teve como escopo a recuperação das taxas de lucro mediante formas de acumulação flexível, menos custosas ao capital e mais precárias. Daí a tendência para a expansão da flexibilização da legislação laboral, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, *kanban*, *just-in-time*, *kaisen*, *team-work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa” etc.²³⁹

De fato, como ressaltado no item 1.3, um dos argumentos daqueles que se opõem à expansão sem restrições da terceirização reside na sua utilização, pelos empregadores, como mera forma de redução de custos trabalhistas e aumento da lucratividade empresarial, na medida em que uma das principais críticas à sua implantação refere-se à diminuição da massa salarial dos trabalhadores. Aliás, parece pouco duvidoso que essa forma “trilateral” de contratação não raro dispensa a mão de obra especializada e se concentra apenas na redução de custos da atividade. Ainda de acordo com Antunes, a hegemonia do capital financeiro, juntamente com o processo de intensa privatização, resulta em empresas que procuram ampliar rapidamente seus altos lucros e transferem o ônus aos trabalhadores mediante “intensificação do tempo de produção, aumento das taxas de produtividade, redução dos custos de remuneração da força de trabalho e flexibilização crescente dos contratos de trabalho”.²⁴⁰ Por conseguinte, o neoliberalismo propulsiona a proliferação de empresas terceirizadas como parte do “processo de valorização do capital, incrementando e ampliando as modalidades de extração de mais-valor”.²⁴¹

investimentos estrangeiros em face do comprometimento significativo de suas receitas com a dívida pública para o mercado financeiro internacional direciona a política burguesa à intensificação do trabalho e retirada de direitos sociais”. CARAMURU, G. Terceirização e retirada de direitos sociais: a superexploração do trabalho como intensificadora da crise econômica brasileira. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 37-38.

²³⁸ ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 154.

²³⁹ ANTUNES, R. *O privilégio da servidão...*, p. 154-155.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 164.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 164.

Nessa mesma perspectiva, o argumento da precarização, que pode ser utilizado pelos críticos dessa forma de contratação “triangular” como forma de oposição à sua expansão à atividade-fim empresarial, centra-se na ideia de que a terceirização sem limites promoverá um regime paralelo de “emprego rarefeito”, o qual reduz a efetividade dos direitos dos trabalhadores por ele afetados das seguintes maneiras: 1) mediante a exclusão os trabalhadores da categoria profissional vinculada à sua atividade econômica, situação que frustra a organização coletiva e mina a força de coalizão necessária à melhoria de suas condições sociais; 2) mediante a redução do patamar remuneratório e o aumento do risco do inadimplemento das parcelas salariais, resultado lógico da submissão dos trabalhadores à lógica concorrencial do contrato interempresarial; 3) na terceirização interna, a empresa prestadora não exerce domínio sobre os ambientes em que aloca seus empregados, os quais transitam no espaço de diversas empresas tomadoras; 4) a instabilidade concorrencial do contrato de terceirização acarreta a alta rotatividade contratual, frustrando o ideal de continuidade do vínculo empregatício e integração do empregado ao empreendimento principal, de modo a retirar-lhe a estabilidade institucional necessária a qualquer projeto de vida.²⁴²

Consequentemente, em todos esses quatro pontos, há a mitigação ou a fulminação de direitos garantidos por lei: 1) direito à organização sindical (CR, art. 8º), à greve (CR, art. 9º) e ao reconhecimento constitucional das convenções e acordos coletivos (CR, art. 7º, XXVI); 2) direito ao salário como instrumento de promoção das necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família (CR, art. 7º, IV e VI), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço como poupança destinada às necessidades futuras (CR, art. 7º, III), à pontualidade salarial como decorrência de sua natureza alimentar (CR, art. 7º, XI) e à isonomia salarial (CLT, art. 461); 3) direito a medidas de segurança e saúde no trabalho (CR, art. 7º, XXII); 4) direito à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa (CR, art. 7º, I) e às férias anuais remuneradas (CR, art. 7º XVII).²⁴³

Nada obstante, Giovanni Alves afirma que a terceirização, a principal forma de flexibilização da contratação da mão de obra, é apenas “a ponta do *iceberg*” da reorganização capitalista ocorrida no Brasil sob a perspectiva do capitalismo flexível, existindo um vínculo orgânico entre a relação jurídica “triangular” e a nova dinâmica do capitalismo global no regime de acumulação flexível, bem como uma simbiose entre terceirização e superexploração da força

²⁴² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 62.

²⁴³ *Ibidem*, p. 62-63.

de trabalho, traço ontogenético do capitalismo dependente brasileiro.²⁴⁴ Segundo esse autor, o capitalismo brasileiro constituiu-se como um capitalismo hipertardio, dependente, de extração colonial-escravista, no qual o moderno se articulou com o arcaico e o primado da iniciativa privada se impôs sobre a dignidade humana e os direitos sociais dos trabalhadores. Dessa maneira, o modo oligárquico-patrimonialista de exploração da força de trabalho, movido pela busca insaciável de lucros, explicaria “a ânsia da terceirização como estratégia de rebaixamento salarial e espoliação de benefícios trabalhistas”.²⁴⁵

Isso posto, o presente item serviu à finalidade de analisar os fatores que conectam a corrente de pensamento do neoliberalismo como espoliação à sociologia do conflito social, mormente o corte de classe e a expansão da atividade empresarial em busca da retomada da lucratividade, de modo a explicitar uma leitura particular dos fenômenos descritos no item 1.1 sob o viés da Economia Política. Como se pôde observar, é possível entender a expansão da terceirização como um reflexo social dessas mesmas transformações econômicas, as quais vêm desfigurando o vínculo empregatício bilateral que sempre singularizou o Direito do Trabalho. Sem embargo, revela-se necessário, ainda, aprofundar a discussão sob a perspectiva da teoria do valor e do processo de mercantilização.

2.2 Recrudescimento da exploração e a subjetividade negada: mercantilização do trabalho ou *marchandage*

No item anterior, verificou-se que, na perspectiva marxiana, a anatomia da sociedade burguesa pode ser encontrada no estudo da Economia Política, sendo a busca do lucro por parte da classe dominante um aspecto central nessa investigação. Compartilham de tais premissas os autores que entendem o neoliberalismo como espoliação dos direitos sociais. Não obstante, é necessário perceber que a chamada busca pelo lucro da classe dominante somente torna-se inteligível, no contexto da crítica à Economia Política, mediante o desenvolvimento de uma teoria do valor, igualmente chamada de “lei do valor”, “teoria do valor-trabalho” ou “processo de valorização”. Os desdobramentos dessa teoria permitem que se compreenda a natureza da

²⁴⁴ ALVES, G. terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. p. 94. *Revista do TST*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2014/n%203/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20e%20capitalismo%20no%20Brasil%20um%20par%20perfeito.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 99-100.

exploração do trabalhador e a tendência à mercantilização do trabalho, o que para os autores da corrente de pensamento ora analisada implica o recrudescimento da terceirização.

A chave interpretativa para a crítica da Economia Política marxiana encontra-se no seu método, exposto sistematicamente na “Introdução à Crítica da Economia Política”, de 1857. Nesse texto célebre, afirma o autor que os economistas do século XVIII começavam seus estudos pela concretude do “todo vivo” (população, nação e Estado) e terminavam por descobrir certo número de relações gerais abstratas determinantes (divisão do trabalho, dinheiro, valor etc.); entretanto, Marx entende que o método cientificamente exato é aquele que parte desses últimos elementos simples, isolados e abstratos, para descobrir em seguida as categorias mais concretas como o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial, na medida em que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.²⁴⁶

Na leitura de Roman Rosdolsky, isso significa que o pensamento só pode compreender plenamente o concreto em um processo de síntese, “pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples”.²⁴⁷ Tomar como ponto de partida categorias pertencentes ao “real e concreto”, tais como a população, implicaria apreender uma imagem difusa, caótica e indefinida da realidade, porquanto não se pode compreender a população sem a análise das classes de que se compõe; por outro lado, também as classes são ininteligíveis sem os elementos sobre os quais repousam, tais como o trabalho assalariado, o capital etc.²⁴⁸ Na síntese de Ricardo Pazello, o método de Marx, ao passar do simples ao complexo, do abstrato ao concreto e do particular ao geral, “deve retornar para o início de seu caminho demonstrando que a aparência não se confunde com a essência”.²⁴⁹ Isso porque, como afirma Marx, até as categorias mais abstratas são “produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas”,²⁵⁰ o que significa dizer que a totalidade concreta é processo e que a historicidade é condição de possibilidade para uma análise materialista crítica, a qual, diferentemente dos economistas do século XVII, afasta qualquer suposição de eternidade, imutabilidade e naturalidade.²⁵¹

Essas questões metodológicas permitem compreender o porquê a teoria do valor marxiana, ou, em outras palavras, a análise da riqueza produzida no capitalismo, inicia pela sua

²⁴⁶ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes...*, p. 14.

²⁴⁷ ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 39.

²⁴⁸ ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx...*, p. 39.

²⁴⁹ PAZELLO, R. P. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. 2014. 538 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 08/08/2014. p. 139.

²⁵⁰ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes...*, p. 17.

²⁵¹ PAZELLO, R. P., *op cit*, p. 137.

categoria mais simples e abstrata: a mercadoria.²⁵² Em suas palavras, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constituiria para a sociedade burguesa “a forma econômica celular”,²⁵³ sendo o objetivo central de sua obra máxima “desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”.²⁵⁴ Tudo isso remonta à própria natureza do materialismo histórico-dialético, segundo o qual o momento de determinação em última instância da história seria a produção e reprodução da vida imediata; o momento material da economia é a produção enquanto atividade geradora de produtos, satisfatores que têm como fundamento necessidades humanas e a vida como referência última.²⁵⁵

Nesse contexto, a mercadoria apresentaria um caráter duplo: valor de uso e valor de troca. Sua utilidade e efetivação no uso ou consumo constitui o valor de uso, suporte material do valor de troca, enquanto este último “aparece inicialmente como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”.^{256 257} A produção de tais mercadorias acarreta o dispêndio da força de trabalho humana, de maneira que “o valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”,²⁵⁸ sendo a grandeza de seu valor medida pela “quantidade de trabalho nele contida”.²⁵⁹ Com efeito, o elemento comum que se apresenta na relação de troca (valor de troca) das mercadorias é o seu valor, isto é, o valor de troca é o “modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor”.²⁶⁰

Dessa maneira, a mercadoria só aparece como célula do metabolismo social porque é valor, aparece como riqueza não apenas por conta de sua utilidade (valor de uso), mas por ensejar uma dimensão social específica: relações sociais de troca. Vale dizer, a objetividade do

²⁵² “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria”. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2017. p. 113.

²⁵³ *Ibidem*, p. 78.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 79.

²⁵⁵ DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 319.

²⁵⁶ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 114.

²⁵⁷ “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso”. *Ibidem*, p. 116.

²⁵⁸ Nota-se, assim, que não apenas a mercadoria apresenta caráter dúplice, como também o trabalho. O trabalho é abstrato enquanto “quantidade de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor”. Por outro lado, o trabalho é útil “como criador de valores de uso” ou como “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. *Ibidem*, p. 117-120.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 116.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 116.

valor da mercadoria só aparece numa relação social de equivalência, de mercadoria para mercadoria, sendo que “as mercadorias capturam relações sociais porque magnetizam o processo de troca que aparece como relações entre coisas que pressupõem sujeitos ‘possuidores de mercadorias iguais por origem’, via de regra vendedor e comprador”, pessoas juridicamente iguais.²⁶¹ Nesse sentido, Marx parte do valor de troca ou da relação de troca para “seguir as pegadas do valor que nelas se esconde”, revelando a forma-dinheiro como forma de valor em comum entre mercadorias.²⁶²

Evidentemente que não cabe, aqui, expor com riqueza de detalhes todas as etapas dessa investigação levada a efeito pelo autor. Ao contrário, uma vez assentadas as premissas até então delineadas, é possível apreender o processo de valorização (“a fórmula geral do capital”, como nomeado o item 1 do capítulo 4 de *O Capital*) sem quaisquer prejuízos aos objetivos da presente dissertação.

A produção e a circulação de mercadorias (o comércio) são os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge; considerando-se apenas as formas econômicas engendradas por esse processo, tem-se que o seu produto final é dinheiro – a primeira forma de manifestação do capital ou da riqueza monetária (capitais comercial e usurário).²⁶³ No entanto, dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital distinguem-se apenas quanto à forma de circulação. A forma imediata da circulação de mercadorias consubstancia-se na fórmula “vender para comprar”, ou seja, implica a conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria (M-D-M). Já a segunda forma, consubstanciada na fórmula “comprar para vender”, implica a conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro (D-M-D), de modo que este último se transforma em capital na medida em que se valoriza. Logo, por detrás dessas diferenças formais, há diferença de conteúdo.²⁶⁴

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e finaliza com o extremo de outra mercadoria, que abandona a esfera da circulação e adentra no domínio do consumo ou da satisfação de necessidades, motivo pelo qual o valor de uso é o seu fim último; ao revés, o ciclo D-M-D parte do extremo do dinheiro e retorna ao mesmo extremo, sendo a sua força motriz o próprio valor de troca.²⁶⁵ Aparentemente tautológica, na medida em que ambos os extremos têm a mesma forma econômica (o dinheiro), a última forma (D-M-D) poderia significar a mera troca de dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo: trocar 100 libras por algodão e,

²⁶¹ PAZELLO, R. P. Direito insurgente e movimentos populares..., p. 152.

²⁶² MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 125.

²⁶³ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 223.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 223-224.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 226.

posteriormente, voltar a trocar esse mesmo algodão por 100 libras.²⁶⁶ Entretanto, isso obviamente seria despropositado e absurdo. Uma quantia de dinheiro só pode diferenciar-se de outra pela sua grandeza, sendo tal diferença meramente quantitativa (D-D'). Conforme aduz Marx, “ao final do processo, mais dinheiro é tirado de circulação do que nela fora lançado inicialmente”, o que significa que o algodão comprado por 100 libras é revendido por 100 mais 10 libras. Não obstante, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada adiciona-se um incremento, um excedente sobre o valor original chamado de mais-valor (*surplus value*).²⁶⁷ É dessa maneira que esse movimento se transforma em capital.

Em suma, se o dinheiro é o resultado do processo de circulação da forma M-D-M, é ele que constitui o ponto de partida do processo na forma D-M-D. Outrossim, a forma dominante da produção burguesa vincula-se à fórmula “comprar para vender”, “comprar barato para vender mais caro” (D-M-D), o que oculta “relações de produção mais desenvolvidas e constitui dentro da circulação simples nada mais que um reflexo de um movimento superior”.²⁶⁸ Nesse ciclo, “mercadoria e dinheiro funcionam como modos diversos de existência do próprio valor”, ou seja, “ele passa constantemente de uma forma a outra sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se em sujeito automático do processo”.²⁶⁹ O movimento em que se adiciona mais-valor é o seu próprio movimento; sua valorização é autovalorização. Por ser valor, tem-se uma estranha qualidade oculta de adicionar valor: “ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro”.²⁷⁰ Tal é o capital como ele aparece imediatamente na esfera da circulação: como valor em processo, dinheiro em processo, saindo da circulação, voltando a entrar, conservando-se e multiplicando-se em seu percurso, saindo da circulação aumentado e iniciando o mesmo ciclo novamente – *money which begets money*.²⁷¹

Como se explica essa estranha propriedade do mais-valor? Em sua forma pura, a troca de mercadorias é uma troca de equivalentes, não um meio para aumento do valor. A Economia Política clássica buscou resolver esse enigma concebendo a própria circulação como fonte do mais-valor, de maneira que o valor das coisas consistiria meramente em sua relação com as necessidades dos sujeitos da troca. Marx entende, todavia, que essa explicação confunde valor de uso com valor de troca e pressupõe uma sociedade onde só se põe em circulação o excedente da própria necessidade, o supérfluo. Parece evidente para a perspectiva marxiana que, “se são

²⁶⁶ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 226.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 227.

²⁶⁸ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes*..., p. 91.

²⁶⁹ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 230.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 230.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 231.

trocadas mercadorias, ou mercadorias e dinheiro de mesmo valor de troca, portanto, equivalentes”, cada uma das partes não extrai da circulação mais valor do que nela fora lançado inicialmente.²⁷²

Ora, a mudança do valor do dinheiro destinado a se transformar em capital não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro e tampouco pode tal metamorfose encontrar sua origem no ato da circulação, pois o ato da revenda da mercadoria limita-se a transformá-la de sua forma natural em sua forma-dinheiro.²⁷³ É por isso que, para poder extrair valor de consumo de uma mercadoria (M-D’) o capitalista deve descobrir no mercado, no interior mesmo da esfera de circulação, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a característica peculiar de ser a fonte do valor, cujo consumo fosse objetivização de trabalho e, por conseguinte, criação de valor: trata-se, naturalmente, da capacidade de trabalho ou força de trabalho.²⁷⁴ No entanto, para que se encontre a força de trabalho como mercadoria, é necessário que ela possa ser colocada à venda pelo próprio possuidor (o que pressupõe, novamente, pessoas juridicamente iguais) e que tal possuidor tenha como único recurso vender a própria força de trabalho (corporeidade viva) para sobreviver.²⁷⁵ ²⁷⁶ Em resumo, o capital só surge quando se vende a força de trabalho.

A grande descoberta de Marx, que o distancia daqueles precursores da Economia Política que ele tão vorazmente estudou para desenvolver a sua crítica, é que o ciclo de transformação do dinheiro em capital “ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo fora dela”.²⁷⁷ Quer isso dizer que ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado, mas ocorre fora da circulação, “pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera de produção”.²⁷⁸ Ao transformar dinheiro em mercadorias, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, “o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza” – isso ocorre na esfera da produção.²⁷⁹

Por conseguinte, a mercadoria força de trabalho e, *a fortiori*, o contrato de compra e venda da força de trabalho (ou trabalho assalariado), está no coração da geração de mais-valor.

²⁷² MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 235.

²⁷³ *Ibidem*, p. 242.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 242.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 242-243.

²⁷⁶ “Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, por outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social”. *Ibidem*, p. 244.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 271.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 271.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 271.

Essas reflexões conduzem logicamente à compreensão da exploração do trabalhador no modo de produção capitalista, porquanto é pressuposto da valorização uma parte da jornada de trabalho não paga ao seu possuidor e apropriada pelo detentor dos meios de produção. Essa parte da jornada de trabalho é denominada “tempo de trabalho excedente”, enquanto o trabalho nela despendido é denominado “mais-trabalho”.²⁸⁰ A taxa de mais-valor constitui “a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.²⁸¹

Nesse ponto, pode-se compreender a citação de Enrique Dussel, no item 2.1, segundo a qual a essência do pensar teórico marxiano é “a questão do valor como fundamento do conceito de mais-valia”.²⁸² Ocorre que “a ideia geral de ‘valor’, em *O capital*, gira em torno do trabalho como fonte de sua explicação”, sendo a questão central o trabalho que permanece oculto no valor de troca.²⁸³ É a partir da clara descoberta da contradição absoluta entre trabalho e capital que surge a questão da mais-valia, tratando-se, aqui, nada mais do que a questão da exterioridade do trabalho vivo por oposição dialética ao capital: “antes que o trabalho vivo seja valor de uso para o capital, o trabalhador é corporalidade distinta, pessoa livre; pobreza absoluta e despojamento radical” em relação às condições de reprodução do capital.²⁸⁴ O “outro” que não é capital sofre na pele ao ser criador de mais-valia, negatividade que enseja a impossibilidade da vida humana como gozo, felicidade ou realização no pleno consumo do produto do seu próprio trabalho: “corporalidade negada e mais-valia são o mesmo; negação da vida como morte do ‘trabalho vivo’ e afirmação como vida do capital pelo ‘trabalho morto’ (...) são o mesmo”.²⁸⁵ Em outras palavras, o dinheiro, o trabalho assalariado, os meios de produção, o produto e a mercadoria podem ser determinações essenciais do capital, mas é a mais-valia a determinação última do próprio valor.²⁸⁶

Enrique Dussel aponta que a crítica marxiana à Economia Política tem uma forte conotação ética: o crítico exerce a crítica ao julgar ético-negativamente a negação, isto é, “o modo concreto pelo qual no capitalismo se nega institucionalmente a vida humana”.²⁸⁷ No centro dessa negação está a exploração do trabalhador, ocultada pela aparência de liberdade, igualdade e propriedade que envolve o contrato de trabalho. Trata-se da *subsunção* (conceito

²⁸⁰ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 293.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 294.

²⁸² DUSSEL, E. *A produção teórica de Marx (um comentário aos Grundrisse)*..., p. 14.

²⁸³ PAZELLO, R. P. *Direito insurgente e movimentos populares*..., p. 148.

²⁸⁴ DUSSEL, E., *op cit*, p. 18.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 19.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 21.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 322.

definitivo da ainda intuitiva *alienação*, que aparece nos manuscritos da juventude de Marx, notadamente os de 1844), negação ética primeira que possibilita o metabolismo do capital e a sua dominação: “subsumido o trabalho vivo no capital formalmente – enquanto produz mais-valia – e materialmente – enquanto é a máquina que dirige o processo produtivo –, o trabalhador se encontra totalmente dominado pelo capital”, podendo-se falar em subsunção real.²⁸⁸ O reconhecimento da Economia Política como uma ciência moral reside na descoberta do mistério do capital: a fonte criadora do valor está no não-pagamento de todas as riquezas acumuladas pelos beneficiários do sistema vigente; a “realização do capital como des-realização do trabalhador, a acumulação como trabalho não pago”.²⁸⁹

O recrudescimento da exploração no capitalismo, portanto, liga-se diretamente ao aumento da taxa de mais-valia. Isso poderia ocorrer basicamente de duas formas. Primeiramente, o *mais-valor absoluto* significa “a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada pela apropriação desse mais-trabalho pelo capital”.²⁹⁰ Essa seria a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do *mais-valor relativo*. Neste último (a segunda forma de aumento da taxa de mais-valia), a jornada de trabalho sempre está dividida em duas partes necessárias: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário passa a ser reduzido por métodos que aumentam a sua produtividade, permitindo produzir em menos tempo o equivalente do salário.²⁹¹ Logo, os diferentes graus de exploração da força de trabalho não podem ser pensados fora desse esquema geral.

A peculiaridade do processo de valorização do capital, onde o dinheiro gera dinheiro, é a sua tendente expansão a todos os âmbitos da vida, destruindo laços sociais até então impenetráveis pela lógica mercantil. Essa tendência geral à mercantilização é a sua característica inolvidável, mesmo que seus modelos de regulação (taylorista, fordista, toyotista etc.) variem no tempo e no espaço. Marx deixa isso claro quando afirma que a circulação do dinheiro como capital é um fim em si mesmo, na medida em que “a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado”, o qual torna o movimento do capital sempre desmedido.²⁹² O possuidor de dinheiro, que se torna capitalista, é o portador consciente desse movimento incessante. Sua finalidade jamais pode ser considerada o valor de uso ou o

²⁸⁸ DUSSEL, E. *A produção teórica de Marx (um comentário aos Grundrisse)*..., p. 326.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 327-328.

²⁹⁰ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política (Livro I)*..., p. 578.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 578.

²⁹² *Ibidem*, p. 228.

lucro isolado, uma vez que somente lhe interessa o incessante movimento do lucro.²⁹³ Trata-se de um “impulso absoluto de enriquecimento”, uma “caça apaixonada ao valor” comum tanto ao capitalista quanto ao entesourador. No entanto, diferentemente deste último, que se apresenta como capitalista insano, o primeiro é o capitalista racional. Desse modo, “o aumento incessante do valor, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação” é atingido pelo capitalista que “lança sempre o dinheiro de novo em circulação”.²⁹⁴

Paul Sweezy é preciso, assim, ao afirmar que “a circulação D-M-D’, na qual o capitalista ocupa a posição-chave, é, objetivamente, um processo de expansão do valor”.²⁹⁵ Expansão do valor esta cujo movimento incessante e contínuo tende à crescente mercantilização. Isso ocorre devido ao desejo do capitalista em expandir o valor sob seu controle (acumular capital), donde surge sua posição especial numa forma particular de organização da produção social: o capitalista é capitalista, peça relevante em sociedade, enquanto for o dono e o representante do capital; privado deste, nada seria.²⁹⁶ Mas o capital tem somente uma qualidade, a de possuir grandeza, motivo pelo qual “um capitalista só se distingue do outro pela grandeza do capital que representa” – posição, prestígio e poder são representados na fita métrica da moeda.²⁹⁷ Tem-se como conseqüência que “o êxito na sociedade capitalista consiste (...) em aumentar seu capital”, ou seja, “acumular é conquistar o mundo da riqueza social, aumentar a massa de seres humanos explorados e ampliar com isso tanto direta quanto indiretamente, a influência do capitalista”.²⁹⁸ O caminho do êxito e da elevação social está na acumulação, forma histórica específica da produção capitalista.²⁹⁹

Como se afere dos escritos de Karl Polanyi,³⁰⁰ foi somente com a ascensão da noção de mercado autorregulável – e com a conseqüente separação institucional da sociedade entre as esferas econômica e política –, no século XIX, que a pulsão do valor tomou conta de um sistema econômico apartado da própria sociedade, o qual não mais a complementava, mas sim a subordinava.³⁰¹ Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado, o que significa dizer que a sua lógica deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo

²⁹³ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 229.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 229.

²⁹⁵ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de Economia Política Marxista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 108.

²⁹⁶ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista...*, p. 108.

²⁹⁷ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista...*, p. 108.

²⁹⁸ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista...*, p. 108.

²⁹⁹ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista...*, p. 108.

³⁰⁰ Destaca-se, a exemplo de Raymond Aron, que Karl Polanyi também não compartilha das premissas da metodologia marxiana, apesar de sua leitura convergir, em alguns momentos, com as premissas da chamada corrente da espoliação.

³⁰¹ POLANYI, K. *A grande transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. p. 93.

trabalho, terra e dinheiro. O grande problema, contudo, reside no fato de que trabalho e terra “nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem”; vale dizer, “incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado”.³⁰² Organizar, assim, terra, trabalho e dinheiro – elementos essenciais da indústria – em mercados submetidos à oferta e demanda (um Grande Mercado, para Polanyi) torna-os uma parte absolutamente vital do sistema econômico, mas a verdade é que eles constituem mercadorias inteiramente fictícias.³⁰³

Veja-se que a mercantilização do trabalho – mais propriamente da força de trabalho – é inerente ao modo de produção capitalista, de maneira que a sua organização em distintos moldes com vistas à recuperação da taxa de lucratividade – como de fato ocorreu a partir da crise dos anos 1970, a globalização econômica e o toyotismo – não é nada mais que lógico dentro da perspectiva da lei do valor. O ponto, argutamente focalizado por Polanyi, é que as mercadorias fictícias necessárias ao processo de valorização não podem ser apropriadas pelo mecanismo de mercado sem a sua mesma destruição. Ao dispor da força de trabalho, o sistema disporia, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ser humano que, despojado da cobertura protetora das instituições culturais, sucumbiriam sob os efeitos do abandono social, “morreriam vítimas de um agudo transtorno social através do vício, da perversão, do crime e da fome”.³⁰⁴ Com efeito, apesar de essenciais para a economia de mercado, nenhuma sociedade suportaria os efeitos dessas ficções a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, “fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico”.³⁰⁵

Diante de tal cenário, de acordo com esse mesmo autor, a história social do século XIX foi o resultado de um duplo movimento: “a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias

³⁰² POLANYI, K. *A grande transformação...*, p. 93.

³⁰³ “O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia”. POLANYI, K. *A grande transformação...*, p. 94.

³⁰⁴ “A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria as empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas”. *Ibidem*, p. 95.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 95.

fictícias”.³⁰⁶ Se de um lado observou-se a expansão dos mercados a todos os cantos do globo com uma proporção inacreditável de bens envolvidos, de outro “uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro”.³⁰⁷ Evidentemente, o Direito do Trabalho e seus elementos fordistas enquadram-se nessa perspectiva, como parte de um contramovimento que impede o esfacelamento da sociedade diante da pulsão desmedida do valor.

Tem-se a esse ponto, resumidamente, que a mão de obra do trabalhador é a fonte do valor, verdadeiro dínamo da sociedade e da acumulação capitalistas, bem como que a sua mercantilização é um pressuposto da economia de mercado. No caso da terceirização, a corrente marxista da espoliação interpreta a sua difusão como um processo de mercantilização não da força de trabalho – o que é um pressuposto lógico desse modo de produção –, mas do próprio trabalho e do trabalhador, tendo como resultado o recrudescimento da exploração e o impacto negativo nas subjetividades das pessoas que seriam por ela afetadas. A propósito, nota-se que o fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim encontra-se no centro dessa polêmica, entendendo-se a política econômica neoliberal (fenômeno com forte componente de classe) como um de seus fatores determinantes.

Nesse sentido, a possibilidade de terceirizar a atividade-fim, como permite o marco regulatório brasileiro, é frequentemente relacionada à *marchandage*. Esta última, por sua vez, tem o conceito atrelado à realidade francesa do século XIX, “quando algumas pessoas se posicionavam como intermediadoras de mão de obra ou *sous-entrepreneurs ouvriers*, para revender o trabalho como mercadoria, visando à obtenção de lucro com a atividade”, sendo por isso chamadas de *marchandeurs* ou *tâcherons*.³⁰⁸ Decreto de 24 de março de 1848 aboliu, naquele país, a *marchandage*, na medida em que a exploração de trabalhadores pelos intermediadores de mão de obra (*marchandeurs* ou *tâcherons*) seria “essencialmente injusta, vexatória e contrária aos princípios de fraternidade” (tradução livre).³⁰⁹ O Tratado de Versalhes (29 de junho de 1919) criou a Sociedade das Nações e, em sua parte XIII, artigo 427, elencou dentre os princípios do *Bureau International du Travail* aquele segundo o qual “o trabalho não

³⁰⁶ POLANYI, K. *A grande transformação...*, p. 98.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 98.

³⁰⁸ COUTINHO, A. R. *Marchandage* e trabalho temporário: a perda de uma chance de protagonismo pelo Direito do Trabalho. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, Ano VI, n. 8, Jan. 2017. p. 13. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/144257/2017_coutinho_aldacy_marchandage_trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2019.

³⁰⁹ Da mesma maneira, o Código de Trabalho francês mantém até hoje a proibição da *marchandage*, definindo-a no seu Livro II, Título III, art. L8231-1, como “toda operação de fornecimento de mão de obra a fins lucrativos que tenha por efeito causar um prejuízo ao assalariado ou frustrar a aplicação de disposições legais ou estipulações de convenções ou acordos coletivos de trabalho” (tradução livre). *Ibidem*, p. 13.

deve ser considerado simplesmente como uma mercadoria ou um artigo de comércio” (tradução livre).³¹⁰ Por fim, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Declaração da Filadélfia (10 de maio de 1944) relativa aos seus fins e objetivos, reafirmando princípios que devem inspirar a política de seus países-membros. Seu primeiro item (I, “a”) afirma peremptoriamente que “o trabalho não é uma mercadoria”.³¹¹

O acórdão que originou o antigo Enunciado de Jurisprudência do TST nº 256, de 30/09/1986, que ainda não distinguia de maneira clara atividade-meio e atividade-fim (o que só seria alcançado pela sua sucessora, a Súmula nº 331, de 1993), seguia o entendimento de que a relação jurídico-trabalhista trilateral poderia configurar a *marchandage*. Como se extrai do seu conteúdo, o ministro relator, Marco Aurélio de Mello, considerava que “a empresa prestadora de serviço faz da tarefa de empregar trabalhadores um fim em si mesmo”, uma vez que “não se apropria do resultado do trabalho por ele prestado, muito menos assume o risco da atividade econômica do tomador, para o qual o serviço contribui”.³¹² Dessa maneira, a empresa que terceiriza serviços – com exceção das previsões legais observadas àquela época – era considerada pelo TST como intermediadora da mão de obra, devendo tal intermediação sofrer restrição na medida em que poderia ensejar “empresas sem nenhum empregado”, o que violaria “o equilíbrio da ordem econômica, a integração do trabalhador na vida da empresa (garantias constitucionais) e [frustraria] as conquistas da legislação do trabalho, esbarrando na Constituição e no preceito do art. 9º da CLT”.^{313 314}

Em linha de pensamento semelhante, Márcio Túlio Viana argumenta que “a terceirização se insere numa estratégia de largo espectro, não apenas sob o prisma econômico, mas também na dimensão política”, sendo uma das formas mais potentes e sutis de “semear o caos no Direito do Trabalho, subvertendo os seus princípios e corroendo os seus alicerces”, porquanto confundiria responsabilidades e tornaria “menos visível a exploração da mão de obra”, motivo pelo qual ela em si mesma seria uma fraude.³¹⁵ Tal exploração seria resultado

³¹⁰ COUTINHO, A. R. *Marchandage* e trabalho temporário..., p. 13-14.

³¹¹ *Ibidem*, p. 14.

³¹² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 56.

³¹³ *Ibidem*, p. 57.

³¹⁴ O acórdão ainda pontua que: “(...) 5. A legislação trabalhista, de cunho eminentemente social, congrega direitos básicos que visam evitar enriquecimento sem causa à custa daquele que já é hipossuficiente na relação jurídica, objetivo ameaçado na contratação de serviço, cujo lucro resulta da diferença entre o que recebe da empresa-cliente e os direitos que pagam os empregados; 6. Os abusos da empresa intermediária, submetida à lei da oferta e da procura, são ainda mais nocivos em matéria de trabalho, porque seu benefício afeta uma renda de natureza alimentar, o salário”. *Ibidem*, p. 57.

³¹⁵ VIANA, M. T. A terceirização revisitada: algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. *Revista do TST*, Brasília, v. 78, n. 4, out./dez. 2012. p. 199. Disponível em: <http://www.femargs.com.br/uploads/artigos/a-terceirizacao-revisitada/a-terceirizacao-revisitada.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

(na chamada terceirização interna, como visto no item 1.3) da mercantilização do próprio trabalhador, posto que este, uma vez terceirizado, “não é diferente, sob alguns aspectos, do burro de carga ou do trator que o fazendeiro abastado aluga aos sitiantes vizinhos”, isto é, “jogado daqui para ali, de lá para cá, é ele próprio – e não apenas a sua força de trabalho – que se torna objeto do contrato, ainda que dentro de certos limites”.³¹⁶ Por conseguinte, “num passe de mágica, e sem perder de todo sua condição humana, o trabalhador se vê transformado em mercadoria” – com o corpo exposto na vitrine, “a empresa tomadora vai às compras para obtê-lo, e de certo modo o pesa, mede e escolhe”.³¹⁷

Essa espécie de mercantilização do trabalhador, levada a efeito pela ampliação do escopo da relação jurídico-trabalhista trilateral (interna), é tratada por Patrícia Maeda pela ótica da negação ao trabalho decente, noção que se consolidou pela atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com a autora, a terceirização representa a dupla exploração do trabalhador, já que não apenas o seu real empregador, como também o intermediário, apropriam-se do mais-valor por ele gerado no processo produtivo.³¹⁸ A sobre-exploração desse empregado subcontratado torna-o “semovente”, recebendo “tratamento de objeto ou, pelo menos, de subumano, uma vez que não pode sequer vender livremente sua força de trabalho, mas tão somente com intermediação”, o que contribui para converter seu *status* de trabalhador para o de subtrabalhador.³¹⁹

Conforme exposto no item 1.1, o paradigma da acumulação flexível otimiza a extração de mais-valor mediante a organização global das empresas em rede. O novo marco regulatório da terceirização no Brasil facilita esse tipo de organização empresarial na medida em que possibilita a subcontratação permanente de todas as atividades sociais, significando isto dizer que, nas últimas malhas dessa rede, haverá sempre trabalhadores em situação mais fragilizada desempenhando os serviços necessários à propulsão da lucratividade de toda a cadeia produtiva. O ponto central é que esse modo de gestão incentiva que empresas maiores repassem o “serviço sujo”, que não podem ou não querem fazer, a empresas menores que, ao tentarem sobreviver à concorrência e oferecer às primeiras um contrato menos oneroso, lançam mão da espoliação dos direitos do trabalhador e da precarização do trabalho.³²⁰ Ocorre que a descaracterização do vínculo jurídico-trabalhista bilateral, em prol da maior liberdade de contratação, concorrência

³¹⁶ VIANA, M. T. A terceirização revisitada..., p. 201.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 201.

³¹⁸ MAEDA, P. *A era dos zero direitos*: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora. São Paulo: LTr, 2017. p. 111.

³¹⁹ MAEDA, P. *A era dos zero direitos*..., p. 110-111.

³²⁰ VIANA, M. T. A terceirização revisitada..., p. 202.

e lucratividade, tende a ocultar a cumplicidade das grandes companhias para com a mercantilização do trabalho.

Nesse ponto, a dimensão econômica da globalização (igualmente verificada no item 1.1) idealiza empresas e trabalhadores voláteis, inconstantes, versáteis. E isso de forma sedutora ao próprio assalariado, sedento por autonomia e liberdade em seu ofício, tão contaminado pela rígida disciplina taylorista e fordista. De outro giro, a empresa magra, ágil, leve e livre permite redução de custos e de riscos, possibilitando a reação mais rápida às oscilações de mercado. Com efeito, a terceirização “se insere num movimento recorrente do sistema capitalista, que é capaz de absorver e metabolizar o ambiente – inclusive as críticas que lhe são feitas – em seu próprio benefício”.³²¹

A partir das teorizações perfilhadas no presente item, portanto, vê-se que a terceirização da atividade-fim não apenas enseja preocupações em relação à rarefação de direitos sociais (como visto no item 2.1), mas também consternações de índole moral conectadas a um processo cada vez mais agressivo de mercantilização de “mercadorias não fictícias” (nesse caso, o trabalho), como observado por Karl Polanyi. A corrente da espoliação entende que a política econômica ou a ideologia neoliberais penetram o Estado e o Direito potencializando ou facilitando essa espécie de fundamentalismo de mercado. O próximo item arremata a perspectiva marxista sobre o neoliberalismo com foco no cenário brasileiro.

2.3 Neoliberalismo, Direito e Estado: elementos para uma interpretação marxista sobre o advento do marco legal da terceirização no Brasil

Não seria possível encerrar o presente capítulo sem antes explorar de que forma a adoção dos pressupostos marxistas da corrente da espoliação (brevemente expostos nos itens 2.1 e 2.2) desembocam em uma visão específica de Direito e Estado, a qual acaba por refletir numa concepção própria a respeito da dinâmica das relações sociais. Dessa maneira, a partir de tais elementos teóricos, será possível dar corpo a uma interpretação muito corrente no Brasil contemporâneo a respeito do advento do marco regulatório da terceirização no Brasil, o qual tem como principal marca a extirpação da diferenciação juridicamente relevante entre atividade-meio e atividade-fim.

Evgeny Pachukanis é um autor que, como poucos, soube encontrar o Direito na linha argumentativa de Marx n’*O Capital* de forma metodologicamente fiel ao materialismo

³²¹ VIANA, M. T. A terceirização revisitada..., p. 204.

histórico. Valendo-se da leitura de Ricardo Pazello, pode-se dizer que ele se sobressai em relação a outros teóricos marxistas do século XX na medida em que concebe uma forma fundante (a relação de valor) e uma forma essencial (a relação jurídica) do Direito, sendo a regulação estatal legislativa ou a regulação estatal judicial formas meramente aparentes da forma jurídica em sua especificidade histórica.³²² ³²³ Conforme observado nos itens precedentes deste segundo capítulo, a teoria do valor e a luta de classes estão no centro do pensamento marxiano e também das interpretações marxistas sobre neoliberalismo e as causas da expansão da relação jurídica “triangular”, motivo pelo qual acredita-se que as teorizações de Pachukanis são úteis para estabelecer um liame coerente entre Direito e Estado que até hoje embasam narrativas sobre as transformações do Direito do Trabalho.

Pachukanis constrói sua Teoria Geral do Direito fundada no marxismo afastando-se tanto do neokantismo quanto das teorias jurídicas sociológicas e psicológicas. O primeiro, cujo maior representante foi Hans Kelsen, difunde a convicção de que a ciência do Direito seria essencialmente normativa, podendo-se manter nos limites puristas do sentido formal e lógico da categoria do dever ser, em contraposição à faticidade do real.³²⁴ Neste plano do dever ser jurídico – livre das “escórias” psicológicas e sociológicas – existe tão somente “a passagem de uma norma à outra segundo os graus de uma escala hierárquica no cume da qual encontra-se a autoridade suprema que dita as normas e que engloba o todo”, isto é, o poder constituído na forma estatal.³²⁵ Essa teoria do Direito, contudo, ao virar às costas à realidade fática e à vida social, bem como às suas relações com os interesses materiais, preocupando-se exclusivamente com a abstração normativa e não com a origem dessas normas (o que seria uma questão metajurídica), nada teria a ver com ciência, uma vez que não procura estudar a realidade.³²⁶

Quanto às segundas – teorias jurídicas sociológicas e psicológicas –, particularmente representadas, respectivamente, nos escritos de Stutchka e Petrazickij, apesar de buscarem compreender o Direito como fenômeno real em sua origem e desenvolvimento, falham esplendorosamente ao deixarem de lado a especificidade da forma jurídica.³²⁷ As formas jurídicas, assim, estariam reduzidas a ficções, fantasmas ideológicos ou projeções, sendo a luta

³²² PAZELLO, R. P. Os momentos da forma jurídica em Pachukanis: uma releitura de Teoria geral do direito e marxismo. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 19, ano X, abr. 2015. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.81125154235517.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

³²³ Pazello ainda indica a relação moral de assujeitamento e a regulação privada (momento moral e momento privado) como formas constitutivas do Direito de acordo com Pachukanis, o que não será tratado nesta dissertação por envolver temática não pertinente ao objeto de estudo.

³²⁴ PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. p. 15.

³²⁵ *Ibidem*, p. 16.

³²⁶ *Ibidem*, p. 16.

³²⁷ *Ibidem*, p. 16-17.

de classes o elemento suficiente para o estabelecimento de uma concepção materialista e marxista do Direito. Todavia, fato é que essa perspectiva nada mais faz senão uma história das formas econômicas com uma tintura jurídica mais ou menos forte.³²⁸

Com efeito, a grande novidade do autor soviético consistiu em tentar captar o conceito de Direito em seu verdadeiro movimento, naquilo que desvenda a riqueza das interações e os vínculos internos de seu conteúdo. Se Marx começou suas pesquisas pela investigação não de uma economia em geral, mas por uma análise da mercadoria e do valor – isso porquanto a economia, enquanto esfera particular de relações, somente se diferencia quando surge a troca –, Pachukanis fará algo semelhante ao aventar as abstrações jurídicas fundamentais que engendram a evolução do pensamento jurídico e refletem as definições mais próximas da forma jurídica enquanto tal.³²⁹ O Direito, portanto, tal como o capital, representa uma relação social específica cuja especificidade e movimento somente podem ser desvendados mediante o ferramental da historicidade e da totalidade.

Diante da constatação de que as determinações gerais do Direito, assim como a sua forma, não existem apenas no cérebro e nas teorias dos juristas especializados, entende-se que o Direito tem uma história real que se desenvolve como “um sistema particular que os homens realizam não como uma escolha consciente, mas sob a pressão das relações de produção”, isto é, “o homem torna-se sujeito de direito com a mesma necessidade que transforma o produto natural em uma mercadoria dotada das propriedades enigmáticas do valor”.³³⁰ Nesse sentido, o sujeito de direito é o ponto de partida para a compreensão da realidade na qual o Direito se insere, uma vez que a forma sujeito, em Marx, decorre imediatamente da análise da forma mercadoria: a sociedade capitalista é uma sociedade de proprietários de mercadorias, sendo apenas um ato consciente e voluntário de troca desse mesmo proprietário, dentro do processo de troca, que realiza o valor involucrado ou “coisificado” na mercadoria.³³¹

Não é por acaso que o núcleo mais sólido do universo jurídico se situa no domínio das relações de Direito Privado, uma vez que é justamente nesse *locus* específico que o sujeito de direito encarna a figura do sujeito econômico egoísta, o proprietário, o titular de interesses privados que se move com segurança e liberdade.³³² Por conseguinte, se a lógica dos conceitos jurídicos (tal qual o de direito subjetivo) corresponde à lógica das relações sociais de uma sociedade de produção mercantil, Pachukanis argumenta que é precisamente nessa relação – e

³²⁸ PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo...*, p. 17.

³²⁹ *Ibidem*, p. 22.

³³⁰ *Ibidem*, p. 35.

³³¹ *Ibidem*, p. 84.

³³² *Ibidem*, p. 49.

não no Estado, autoridade pública que emana as normas sociais estruturantes – que se deve buscar a raiz do sistema de Direito Privado.³³³

A regulamentação jurídica surge apenas quanto existente o antagonismo de interesses privados, ou seja, entre diferentes sujeitos de direito – tal é a condição lógica da forma jurídica e a causa real da evolução da superestrutura jurídica. Sujeitos distintos se opõem munidos de seu próprio interesse privado, sendo as relações entre eles – as relações da sociedade de produção mercantil – revestidas pela forma jurídica.³³⁴ Trata-se de um caminho que vai da relação de produção à relação jurídica. É necessário que a relação de troca exista para que a relação jurídico-contratual de compra e venda possa nascer. O poder político estatal pode regulamentar, modificar, determinar e concretizar a forma e o conteúdo desse ato jurídico através das leis (forma aparente do Direito), mas o momento determinante do fenômeno jurídico que lhe confere uma configuração específica e peculiar é a relação jurídica (forma essencial do Direito), a qual deriva da própria relação econômica e de valor (forma fundante do Direito).³³⁵

O sujeito de direito é o átomo da relação jurídica e a relação jurídica encontra substrato nas relações econômicas.³³⁶ Se, por um lado, a dogmática jurídica conclui que todos os elementos existentes na relação jurídica, inclusive o próprio sujeito, são criados pela norma, de outro a teoria marxiana indica que a existência de uma economia mercantil e monetária é a condição fundamental sem a qual as normas concretas emanadas do Estado não possuem qualquer significado.³³⁷ Portanto, o fim da ordem jurídica “nada mais é do que a circulação de mercadorias”, distinguindo-se de qualquer outra espécie de ordem social pelos seus pressupostos, quais sejam, “uma pessoa munida de direitos fazendo valer, através deles, ativamente, suas pretensões”.³³⁸ Da mesma maneira que a riqueza da sociedade capitalista tem a forma de uma enorme acumulação de mercadorias, “a sociedade, em seu conjunto, apresenta-se como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas”.³³⁹

O pensamento pachukaniano permite antever a chave interpretativa seguida pelos autores marxistas que se ocupam do neoliberalismo e suas consequências em sociedade, segundo a qual o Direito deriva fundamentalmente das relações econômicas. Isso reverbera de

³³³ PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo...*, p. 66-67.

³³⁴ *Ibidem*, p. 50-51

³³⁵ *Ibidem*, p. 63.

³³⁶ A atribuição de valor às mercadorias na sociedade capitalista adquire a forma de uma relação jurídica consubstanciada no contrato de trabalho: “o trabalhador assalariado (...) surge no mercado como livre vendedor de sua força de trabalho e é por isso que a relação e exploração capitalista se mediatiza sob a forma jurídica de contrato”. *Ibidem*, p. 82.

³³⁷ *Ibidem*, p. 63.

³³⁸ *Ibidem*, p. 72.

³³⁹ *Ibidem*, p. 55.

modo claro na compreensão marxista do Estado. Ainda de acordo com o autor soviético, o crescimento das forças sociais reguladoras substituiu a energia pessoal do sujeito de direito pela organização de classe, “que encontra sua expressão mais alta no Estado”.³⁴⁰ Sem embargo, “a abstração impessoal de um poder estatal agindo no espaço e no tempo com regularidade e continuidade ideal corresponde, então, ao sujeito impessoal e abstrato do qual é o reflexo”.³⁴¹ Seu fundamento real é a organização de um aparelho burocrático, do exército permanente, das finanças, dos meios de comunicação etc., sendo sua condição prévia o desenvolvimento das forças produtivas.³⁴²

O aperfeiçoamento do Estado burguês, que ocorre muito mais por explosões revolucionárias do que por adaptações pacíficas dos elementos monárquicos feudais, pode ser remetido ao princípio segundo o qual “nenhum dos dois trocadores pode, no mercado, regular as relações de troca por sua própria autoridade”, exigindo-se uma terceira parte que encarne a garantia recíproca que os possuidores de mercadorias acordem mutuamente e personifique as regras das relações de troca entre os proprietários.³⁴³ Esse seria o conceito jurídico de Estado. Por outro lado, a sociedade de classe não é somente um mercado no qual se encontram proprietários de mercadorias, mas também “um campo de batalha de uma feroz guerra de classes”, representando o Estado, nesse viés, uma arma muito poderosa.³⁴⁴ A essência do poder de Estado, a par da máscara do Estado de Direito, seria “a violência organizada de uma classe social contra as outras”.³⁴⁵

O Estado apresenta-se, com efeito, como autoridade garante da troca mercantil através de uma linguagem jurídica e como instrumento mediato de dominação de classe, na forma de poder oficial destacado da sociedade. Seu fundamento real de organização repousa sobre relações concretas de dominação e dependência, enquanto sua vida “consiste em lutas entre diferentes forças políticas, de classes, de partidos, de todos os tipos possíveis de agrupamento”, aí residindo os verdadeiros mecanismos de Estado.³⁴⁶

Nesse contexto, a figura estatal evidencia certa dubiedade na sociedade capitalista, como instrumento de dominação e como palco da luta de classes. O desenvolvimento de suas formas ao longo dos séculos XIX e XX – absolutista, liberal, social-democrata etc. –, com importantes conquistas e avanços na participação popular, na luta e conquista por direitos – sejam eles

³⁴⁰ PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo...*, p. 91.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 91-92.

³⁴² *Ibidem*, p. 92.

³⁴³ *Ibidem*, p. 125.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 126.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 126.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 122.

individuais, sociais ou difusos – atestam que o seu enfoque puramente negativo ou repressivo não é completamente verdadeiro. Em verdade, essa é uma visão que remonta ao próprio Marx, como se depreende da sua leitura sobre a luta pela redução da jornada de trabalho da classe operária inglesa.³⁴⁷ Nada obstante, parece claro que a perspectiva marxiana dos mecanismos estatais – inclusive a legislação que dele emana – passa inexoravelmente pelo exame da correlação de forças entre classes e seus interesses materiais na sociedade civil. Já o Direito estatal, como é o caso das leis trabalhistas que disciplinam a relação empregatícia, apesar de admitir conquistas dos trabalhadores na disputa democrática entre partidos políticos e grupos organizados, responde sempre, em última instância, aos interesses e pretensões da classe dominante, já que suas formas fundante (relação de valor) e essencial (relação jurídica) derivam diretamente das forças objetivas da sociedade mercantil. É como se a forma jurídica padecesse de uma debilidade estrutural por sua inserção no modo de produção capitalista – ainda mais sensível no caso do Direito do Trabalho, pois tal ramo do Direito está no centro da extração de mais-valor – capaz de subjugar a expansão dos direitos à dinâmica geradora de valor.

É nesse compasso que a corrente marxista da espoliação tende a conceber as transformações do Direito do Trabalho que almejam flexibilizá-lo, sendo a terceirização, talvez, o exemplo mais emblemático. Aqui, o neoliberalismo é encarado negativamente como uma espécie de fundamentalismo de mercado associado a reformas estatais (ou reformas estruturais) que buscam mudanças profundas na relação entre Estado e sociedade.³⁴⁸ Consequentemente, o processo de neoliberalização, seja como reação classista pelo alto ou como progressiva mercantilização do trabalho em prol da lucratividade dos empregadores, depende de transformações legislativas pró-mercado e altamente impopulares, caracterizadas na América Latina por uma série de pautas reunidas no que se convencionou chamar “Consenso de Washington”, sobretudo a partir dos anos 1990.

Na concepção de Noam Chomsky, o termo neoliberalismo abarca um conjunto de princípios baseados em ideias liberais clássicas, mormente as de Adam Smith, cuja sistematização doutrinária é conhecida como “Consenso de Washington, expressão que sugere algo a respeito da ordem global”.³⁴⁹ Para ele, o “Consenso de Washington” seria “um conjunto de princípios orientados para o mercado”, estabelecido pelo governo dos Estados Unidos e instituições financeiras internacionais por ele controladas, sendo a sua aplicação prática imposta

³⁴⁷ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro I)..., p. 305-375.

³⁴⁸ BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. *Neoliberalism...*, p. 149.

³⁴⁹ CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 9.

sobretudo a sociedades mais vulneráveis na forma de rígidos programas de ajuste estrutural.³⁵⁰ Suas regras básicas seriam as seguintes: “liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (‘ajuste de preços’), fim da inflação (‘estabilidade macroeconômica’) e privatização”.³⁵¹ Em suma, implicitamente os governos e a população deveriam ficar fora do caminho. Os grandes arquitetos desses princípios “são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião”, os quais utilizam seu poder empresarial para a criação de um sistema global convergente com seus interesses.³⁵²

Como destaca Bresser-Pereira, a “abordagem de Washington” oferecia uma resposta à grande crise da dívida latino-americana dos anos 1980 – a qual, como visto brevemente no item 2.1, foi exponenciada pelo aumento abrupto dos juros do FED e pela crise do petróleo dos anos 1970 – e foi solidificada em artigo do economista Williamson, de 1990.³⁵³ Tal abordagem partia da crise do “consenso keynesiano” e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50, influenciada pelo surgimento e afirmação como tendência dominante de uma nova direita, neoliberal, partindo de contribuições teóricas da escola austríaca (Hayek e von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps e Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock e Niskanen).³⁵⁴ Partilhada por agências multilaterais em Washington, o Tesouro, o FED e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, os ministérios das finanças dos demais países do G-7 e os presidentes dos 20 maiores bancos internacionais do mundo, tal “abordagem de Washington” exerceu “poderosa influência sobre os governos e as elites da América Latina”.³⁵⁵

As causas para a crise latino-americana seriam basicamente duas: 1) o excessivo crescimento do Estado e o protecionismo (modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais excessivas e ineficientes e 2) o populismo econômico, a incapacidade de controlar o déficit público e controlar as demandas salariais dos setores público e privado. Em resposta a esse quadro, propunha-se dois conjuntos de medidas reformistas: 1) promoção da estabilização da economia através do ajuste fiscal e adoção de políticas

³⁵⁰ CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas...*, p. 9.

³⁵¹ CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas...*, p. 9.

³⁵² *Ibidem*, p. 9-10.

³⁵³ BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019. p. 5.

³⁵⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise da América Latina...*, p. 5.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 6.

econômicas ortodoxas com o mercado desempenhando papel fundamental e 2) redução aguda do Estado.³⁵⁶ Em suma, a retomada do desenvolvimento desses países afetados pela crise passava necessariamente pela necessidade de estabilização da economia, liberalização e privatização.³⁵⁷

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer os direitos individuais – principalmente a propriedade privada –, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e livre comércio, arranjos institucionais essenciais para garantir liberdades individuais.³⁵⁸ Tudo isso dependeria de um arcabouço legal pautado em obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos, já que as liberdades de ação, expressão e escolha têm de ser protegidas a qualquer custo pelo ente estatal.³⁵⁹ Por tais motivos, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações de operar nessa moldura institucional de livres mercados e livre comércio, sendo a empresa privada e a iniciativa empreendedora as chaves da inovação e criação de riqueza.³⁶⁰ Daí a natureza das reformas do chamado “Consenso de Washington”, compreendidas como a implementação de uma redução do papel do Estado na economia de forma prejudicial às parcelas da população dependentes de sua atuação ativa.

Na prática, contudo, afirma Harvey que “o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital”, tais como sindicatos independentes e outros movimentos sociais, motivo pelo qual defende a todo custo a liberdade individual do trabalhador isolado – a flexibilidade torna-se um mantra dos mercados de trabalho.³⁶¹ Na medida em que o capital se apropria da especialização flexível como forma conveniente de buscar formas mais flexíveis de produção, o resultado geral é o achatamento dos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e proteções ao trabalho, uma vez que “a formação ou a restauração do poder de classe ocorrem, como sempre, à custa dos trabalhadores”.³⁶²

³⁵⁶ As dez reformas de Williamson eram as seguintes: “a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas ‘a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas’; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro”. BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise da América Latina...*, p. 6.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 7.

³⁵⁸ HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações...*, p. 75.

³⁵⁹ HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações...*, p. 75.

³⁶⁰ HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações...*, p. 75.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 85.

³⁶² *Ibidem*, p. 86.

Veja-se, portanto, que as reformas trabalhistas que almejam flexibilizar do Direito do Trabalho – como aquela que ensejou o marco regulatório da terceirização no Brasil – são vistas por essa corrente de pensamento como uma espoliação de direitos sociais mediada pelo Estado. Para tanto, é necessário que haja uma captura dos órgãos estatais – principalmente do Poder Legislativo – pelos interesses de classe que se ocultam em tais medidas. É nesse mesmo diapasão que Harvey fala na passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contém os Estados e elementos-chave da sociedade civil) como uma característica proeminente do Estado neoliberal.³⁶³ Dada a suspeita neoliberal em relação à democracia, impõe-se a necessidade de “encontrar uma maneira de integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica de acumulação do capital e às redes de poder de classe em vias de restauração ou [...] formação”.³⁶⁴ É nesse sentido que o processo de neoliberalização coincide com o aumento de parcerias público-privadas e os negócios e corporações não apenas passam a colaborar intimamente com atores do governo como assumem “um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias (que são vantajosas principalmente para eles mesmos)”.³⁶⁵ Em suma, a governança se traduz no fato de que o Estado produz leis e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, tais como energia, produtos farmacêuticos, agronegócio etc.³⁶⁶

Dessa maneira, os autores marxistas tendem a encarar o fim da distinção entre atividade-meio e atividade-fim, em se tratando de terceirização, de acordo com essa mesma linha de raciocínio, como uma espécie de colonização do Estado por interesses de corporações e como uma capitulação do Direito e dos princípios constitucionais face à dinâmica da acumulação flexível e da lei do valor, o que seria algo como o *modus operandi* do neoliberalismo como política econômica oficial ou ideologia empresarial.³⁶⁷

³⁶³ HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações...*, p. 87.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 86.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 87.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 87.

³⁶⁷ A propósito, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva sustenta, ao discorrer sobre a terceirização, que “nos surtos que a realidade instaurada pelo economicismo neoliberal, pelo capitalismo descomplexado, a pulsão autoritária emerge com força contra os limites construídos pelo direito e busca implodir os espaços que a democracia criou ao derrubar os muros que separavam o público e o privado, a arena cidadã do despotismo fabril. E leva o direito que buscava civilizar relações de poder, por meio da juridificação das relações entre capital e trabalho, ao Pelourinho”. Nesse mesmo diapasão, Esteves e Torquato analisam que a terceirização é uma “poderosa ferramenta encontrada pelo capitalismo contemporâneo de burlar os postulados tradicionais do direito do trabalho”. DA SILVA, S. G. C. L. Prefácio. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 7. ESTEVES, J. T.; TORQUATO, A. A terceirização como consequência de um complexo processo de dilapidação de garantias sociais: uma abordagem com base no contexto histórico do fenômeno. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 48.

Ricardo Antunes é um representante de tais autores, porquanto afirma que a “terceirização total” – isto é, a sua expansão para a atividade-fim empresarial, de acordo com o marco regulatório de 2017 – seria o produto de um descontentamento dos capitais com os parques direitos conquistados pela classe trabalhadora.³⁶⁸ Suas consequências seriam a redução de empregos, subtração de salários, recrudescimento da informalidade e da alta rotatividade, bem como a ampliação do universo em que a legislação do trabalho é mais burlada do que vigente; em suma, tratar-se-ia de uma regressão “sem precedentes na história moderna do trabalho no Brasil”, imposta pelo alto por interesses do mundo financeirizado (não apenas os bancos, mas também o grande empresariado industrial, o agroindustrial e o de serviços, os quais dependem e são comandados, no plano geral, pelo capital financeiro).³⁶⁹

O capitalismo, desde a década de 1970, apresentaria um movimento tendencial à informalidade e à precarização como mecanismos recorrentes para a ampliação do lucro das empresas, sendo a terceirização, em todas as partes do mundo, “uma verdadeira praga propulsora dessa razão instrumental profundamente destrutiva em relação ao trabalho”.³⁷⁰ Seu principal objetivo seria o de “incrementar os mecanismos e formas de extração do sobretrabalho, de sujeição e divisão dos trabalhadores e das trabalhadoras a essa pragmática perversa”.³⁷¹ A terceirização se conformaria como um dos principais instrumentos, dos mais diversos ramos e setores produtivos, “para incrementar a acumulação flexível que se desenvolve com a desconcentração produtiva das redes de subcontratação (empresas terceirizadas)” e outras medidas como o trabalho em equipe, flexibilidade salarial, células de produção, times de trabalho, grupos semiautônomos e o discurso de envolvimento e participação dos trabalhadores e trabalhadoras.³⁷² Com efeito, um cenário de crise estrutural do capital exigiria a terceirização total das atividades empresariais como “importante elemento propulsor e gerador de mais-valor”, sendo o resultado de uma “trípode profundamente poderosa e destrutiva”: neoliberalismo, financeirização e privatização.³⁷³

No caso brasileiro, o marco legal da terceirização, de 2017, seria explicado pela “contrarrevolução neoliberal” do governo Temer que ocasionou o desmonte da legislação social do trabalho. Suas causas remeteriam ao agravamento da crise econômica global a partir de 2008 e ao esgotamento do círculo virtuoso das *commodities* que possibilitou aos governos petistas

³⁶⁸ ANTUNES, R. *O privilégio da servidão...*, p. 170.

³⁶⁹ ANTUNES, R. *O privilégio da servidão...*, p. 171.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 172.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 172.

³⁷² *Ibidem*, p. 173.

³⁷³ *Ibidem*, p. 176-177.

(cuja política era policlassista e fortemente conciliadora, conservando e ampliando os grandes interesses das frações burguesas) implementarem programas sociais de inclusão e uma política de valorização do salário mínimo.³⁷⁴ Nessa situação, exponenciada pelas rebeliões de junho de 2013 – e, apesar de o autor não mencionar, também em função da crise política desencadeada pela Operação Lava Jato, que alcançou grandes nomes do partido –, houve a retração crescente do apoio das frações dominantes ao governo e se passou a exigir um ajuste fiscal em razão da deterioração gradativa das contas públicas e da desaceleração candente do crescimento econômico.³⁷⁵ A “alternativa ideal” das frações burguesas, de acordo com Antunes, foi a deflagração de um golpe parlamentar (“uma transição pelo alto”) com o apoio do Poder Judiciário, das grandes corporações midiáticas e com a ação do vice-presidente Michel Temer e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ambos do PMDB, partido que compunha a base do PT.³⁷⁶

Referido “golpe parlamentar” seria, obviamente, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a assunção do vice-presidente Michel Temer (PMDB). O ponto crucial, de acordo com Antunes, seria o fato de que o novo governo estaria fadado a seguir à risca uma pauta imposta pelos capitais.³⁷⁷ Tratava-se de um “golpe” porquanto a nova política econômica de Temer não havia passado pelo crivo eleitoral, sendo por isso chamada de “contrarrevolução preventiva”, de “tipo ultraneoliberal”, com objetivos claros: “privatizar tudo que ainda restar de empresas estatais; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil”.³⁷⁸ Tudo isso estava claro no documento intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, lançado pelo PMDB antes mesmo do *impeachment* (o que se encarou como uma pretensão “golpista”), onde constavam propostas econômicas muito próximas às pautas do “Consenso de Washington”.³⁷⁹

Em suma, o Estado teria sido assaltado por interesses das frações da classe dominante, sendo a terceirização total e outras medidas propostas pelo novo Poder Executivo, a partir de 2016, projetos destinados a garantir a alta remuneração dos capitais às custas da classe trabalhadora. O “ultraneoliberalismo” (ou “ultraliberalismo”) teria ocasionado a virada fundamental em âmbito econômico, propiciada pelo *impeachment*. Nota-se, portanto, que essa narrativa é perfeitamente coerente com os pressupostos da corrente da espoliação, que vêm

³⁷⁴ ANTUNES, R. *O privilégio da servidão...*, p. 267-268.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 268.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 268.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 269.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 269.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 269.

sendo analisados ao longo deste segundo capítulo, uma vez que articula de forma coerente, com vistas a oferecer uma explicação ao cenário brasileiro, seus dois elementos principais: a luta de classes e a teoria do valor.

Apesar de admitir que o neoliberalismo continuou politicamente presente e atuante no Estado brasileiro durante os anos de 2002 a 2016, período no qual a legislação trabalhista continuou a ser flexibilizada, embora não de forma estrutural, e o trabalho seguiu sendo precarizado, Antunes justifica a política econômica de Temer a partir de 2016 (que desembocou no marco legal da terceirização, proposto pelo novo Poder Executivo pós-*impeachment*) como um passo além em relação ao que se via anteriormente, como uma devastadora pauta “ultraneoliberal” que intentaria dismantelar os direitos sociais do trabalho.³⁸⁰ Esse tipo de interpretação converge com a visão dos teóricos segundo a qual o avanço implacável da política econômica/ideologia neoliberais tem por efeito subjugar o político, o jurídico e o social.³⁸¹

Em outro sentido, com uma visão menos incisiva e mais cautelosa, Sidnei Machado observa que, embora os setores empresariais, liderados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras 5 entidades patronais, sempre tenham defendido de modo irrestrito a ampla liberdade de terceirização – o que supostamente teria o potencial de alavancar a competitividade e otimizar o ambiente de negócios –, “os governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2015) tinham assumido um papel de mediador pouco ativo do processo negocial construído no parlamento”, o que inviabilizou a regulamentação legislativa da matéria durante esse período.³⁸² Consequentemente, “um dos elementos-chave” para entender o advento do marco regulatório de 2017 “foi a crise política instaurada no Brasil, que eclodiu a partir das manifestações de junho de 2013”, conduzindo gradativamente ao desmonte da base

³⁸⁰ José Dari Krein também compartilha dessa visão: “Valendo-se do avanço das mobilizações sociais pelo *impeachment*, a agenda alternativa apresentada à sociedade para se contrapor aos governos do PT previa a diminuição da intervenção estatal, como pode ser observado no documento do PMDB (“Uma ponte para o Futuro”), que foi apresentado à sociedade com a finalidade de Temer ganhar apoio da elite econômica com um programa ultraliberal. Nele há uma clara indicação de reduzir o tamanho do Estado, reduzir o gasto social, retirar direitos e diminuir a proteção social. O documento é uma forte demonstração das políticas do governo Temer, entre as quais já se previam as privatizações, a redução do gasto social, a reforma da previdência e a Reforma Trabalhista. Esta última estava pouco detalhada, indicando somente o fim da política de valorização do salário mínimo e a prevalência do negociado sobre o legislado”. KREIN, K. D. O desmonte de direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 30, n. 1. p. 86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

³⁸¹ “Na década de 1970, em um mundo quase que inteiramente interligado pelas teias do capital e do mercado, o modelo de ‘estado mínimo’ retomou sua ascensão com nova roupagem – o neoliberalismo –, mediante o incremento de práticas liberais de livre negociação e de abstencionismo estatal. O neoliberalismo avançou com força avassaladora sobre os países capitalistas do eixo central e periférico, com fundamento e compromisso econômico declarado, procurando, com a ‘aparência da cientificidade’, subjugar o político, o jurídico e o social”. DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização...*, p. 19.

³⁸² MACHADO, S. A regulação da terceirização no Brasil. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 117.

de sustentação do governo de Dilma Rousseff, na perda de apoio popular e “no processo de ruptura institucional que culminou com o *impeachment* da presidenta em agosto de 2016”.³⁸³

Entende o autor que esse novo arranjo político engendrou o marco regulatório de 2017 como algo que não busca conter as patologias que acompanham a extensão do trabalho terceirizado a todas as atividades empresariais, uma vez que não está orientado a instituir limites ou freios à degradação das condições laborais. Em outro sentido, assentou-se em premissas que contribuem para a fragmentação da relação contratual (bilateral) do trabalho e, por conseguinte, “tende a aumentar a precariedade dos contratos, com menores salários e vantagens, além dos riscos da informalidade, condições que dificultam o acesso à Previdência Social pelos trabalhadores subcontratados”.³⁸⁴

Assim, de acordo com Machado – e aqui se aproximando da interpretação de Antunes –, o advento da possibilidade de “terceirização total” no Brasil, esvaziando-se de sentido a Súmula nº 331 do TST, também seria fruto de uma espécie de fratura em relação à política de regulação do trabalho adotada nos anos anteriores, posto que “aprovada no contexto de crise econômica e política instaurada a partir de 2013 no país”.³⁸⁵ Seguindo essa linha de raciocínio, o marco regulatório em questão “somente foi possível pela combinação da fragilidade de contra poder das forças sociais com a ambição neoliberal de maior flexibilidade, que se aproveita desses momentos de crise política e institucional do país”.³⁸⁶

Com outro enfoque – embora de maneira compatível com a corrente marxista da espoliação –, Gabriela Caramuru prefere visualizar o papel das frações de classe na expansão da relação jurídico-trabalhista terceirizada no Brasil. Para ela, o capitalismo dependente latino-americano caracterizar-se-ia historicamente pela produção de matérias-primas baratas para reduzir o custo dos manufaturados produzidos pelos países do centro capitalista do sistema-mundo, bem como para reduzir o valor da força de trabalho da classe trabalhadora central.³⁸⁷ Assim, entende que a burguesia latino-americana “não vislumbra a superação da condição de dependência na América Latina frente aos países centrais”, enxergando “na superexploração do trabalho um conforto para a produção de mercadorias direcionadas à exportação e não ao mercado nacional”.³⁸⁸ A referida superexploração, por sua vez, significaria a majoração e

³⁸³ MACHADO, S. A regulação da terceirização no Brasil..., p. 117.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 122.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 122.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 122.

³⁸⁷ CARAMURU, G. Terceirização e retirada de direitos sociais: a superexploração do trabalho como intensificadora da crise econômica brasileira. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 36.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 41.

intensificação das jornadas de trabalho, bem como pela sub-remuneração da população local em relação à classe trabalhadora dos países de centro, o que se apareceria “em evidência na comparação entre trabalhadores com vínculo direto e terceirizados”.³⁸⁹

Nessa perspectiva, o apoio unificado da burguesia brasileira ao aprofundamento da terceirização, para além “das ideologias de modernização e flexibilização das relações de trabalho que aparecem como falácias da realidade”, teria o objetivo de “sedimentar e aprofundar os níveis de superexploração com vistas à extração majorada de mais-valor pelo trabalho explorado em processo”, uma vez que a dilapidação de direitos sociais diminui salários, aumenta o exército industrial de reserva com desemprego estrutural e agrava a crise econômica, de modo a subjugar a economia nacional ao posto de mera produtora de matérias-primas submissa às oscilações das demandas internacionais.³⁹⁰ Desse modo, a regulamentação da “terceirização total” seria um projeto de classe arquitetado para a retirada de direitos dos trabalhadores mediante “a diminuição do Estado”.³⁹¹

Enfim, o presente item complementou os dois precedentes de maneira a elucidar os pressupostos teóricos que embasam a corrente de pensamento que concebe o neoliberalismo como espoliação social. A partir de tais aportes, foi possível compreender os fundamentos da via interpretativa que elenca como causas do marco regulatório da terceirização no Brasil sobretudo os fatos econômicos, os quais, juntamente com os elementos políticos, seriam igualmente responsáveis por um processo de mercantilização do trabalho e destruição dos direitos sociais a ele relacionados. O próximo capítulo se destina a matizar essa corrente de pensamento com base em outros marcos teóricos, de forma a estimular novas reflexões, em âmbito jurídico, sobre o advento legislativo da terceirização irrestrita.

³⁸⁹ CARAMURU, G. Terceirização e retirada de direitos sociais..., p. 41.

³⁹⁰ CARAMURU, G. Terceirização e retirada de direitos sociais..., p. 41.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 40.

CAPÍTULO 3 – A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM INTERPRETADA PELA CORRENTE DA RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL: O DIREITO COMO EIXO ESTRUTURANTE DE CONDUTA

O item 1.1 da presente dissertação teve o intuito de refletir de maneira mais ampla sobre o conjunto das transformações globais que ensejou o fenômeno da reestruturação produtiva e, por conseguinte, as novas formas de gestão empresarial consideradas toyotistas. Observou-se que, apesar de a terceirização estar relacionada diretamente à seara econômica, porquanto configura novas relações de produção adequadas às novas forças produtivas do mundo globalizado, ela também faz parte de um novo cenário histórico, filosófico e cultural: sociedade pós-industrial (Daniel Bell), sociedade de controle (Gilles Deleuze), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), condição pós-moderna (Lyotard) etc. Em outras palavras, a flexibilização do Direito do Trabalho, sua crescente precarização ou a desconfiguração do vínculo empregatício bilateral pode ser enquadrada sob o viés de múltiplos fatores variantes.

No capítulo 2, por outro lado, optou-se por concentrar-se numa corrente do pensamento crítico que atribui a expansão da terceirização – e, particularmente no caso brasileiro, a recente possibilidade de terceirização da atividade-fim – a condições eminentemente econômicas, principalmente o interesse de classe na retomada de seus níveis de lucratividade, o que desembocaria em um processo destrutivo em relação aos direitos sociais. Segundo tal concepção, o Direito estaria em posição submissa em relação ao movimento expansivo da lei do valor, o que não é diferente no caso do neoliberalismo.

No presente capítulo tem-se dois objetivos principais: problematizar algumas premissas mais ou menos generalizadas na chamada corrente da espoliação – o que conduzirá a uma interpretação diferente sobre o advento do marco legal da terceirização no Brasil – e contribuir para a reflexão jurídico-trabalhista com uma perspectiva epistemológica diferenciada, pouco difundida pelos teóricos do Direito do Trabalho. Isso não significa, contudo, que tal perspectiva seja inédita; ao contrário, não se tem a ambição de propor qualquer ineditismo. Trata-se, isso sim, de buscar formas diferentes de compreender as transformações do Direito do Trabalho sob influência do que se chama neoliberalismo. Esse exercício, tal como exposto no item 1.4, pressupõe o reconhecimento de que a fixação de um sentido teórico para o que seja neoliberalismo tem o mérito de retirar-lhe a mácula de mero artifício retórico e concebê-lo como uma ferramenta conceitual analítica e útil na compreensão crítica dos fenômenos jurídicos.

Nessa perspectiva, busca-se desenvolver a chamada corrente da racionalidade governamental, a qual analisa o neoliberalismo consoante os aportes do pensamento

foucaultiano. Entende-se que a expansão da terceirização no Brasil pela via legal e jurisprudencial pode ser interpretada de maneira peculiar com o auxílio dos contributos dessa segunda vertente teórica crítica. Todavia, ressalta-se que, tal como ocorreu no capítulo 2 em relação a Marx, será impossível esgotar ou sequer expor todos os conceitos ou implicações que a reflexão foucaultiana suscita a respeito da temática em apreço. A limitação do objeto de estudo ao que consta na introdução desta dissertação exige que se consulte a obra de Foucault com atenção voltada aos elementos que são úteis à compreensão do neoliberalismo – o que significa não aprofundar diversas outras temáticas presentes em sua vasta obra. Por conseguinte, as temáticas do poder, Direito e verdade, devidamente articuladas pela noção de governamentalidade, serão a tônica dos itens subsequentes.

Importa mencionar, ainda, que a exposição dessas duas correntes do pensamento crítico – a que compreende o neoliberalismo como espoliação, com raízes epistemológicas na obra marxiana, e a que compreende o neoliberalismo como racionalidade governamental, com raízes epistemológicas na obra foucaultiana – não significa atribuir maior importância à primeira ou à segunda. Abordar a terceirização de acordo com um ou outro caminho trará lições de grande valia ao investigador. O que não se admite é considerar como possível apenas um único sentido para o neoliberalismo, derivado da leitura dos autores marxistas que o compreendem como ideologia ou política econômica. O intercâmbio de tuas tradições de pensamento distintas é sadio para a reflexão interdisciplinar e pode encorajar novas pesquisas em diferentes vieses.

Para atingir os referidos objetivos, o caminho a ser traçado na sequência divide-se em três percursos: primeiramente, busca-se apontar as limitações mais visíveis da corrente da espoliação e apresentar a racionalidade governamental como uma alternativa para examinar as mais recentes metamorfoses no Direito do Trabalho (item 3.1); em segundo lugar, intenta-se examinar o neoliberalismo e suas duas vertentes a partir da subjetivação e das redes (item 3.2) e, por fim, tem-se o propósito de apresentar a maneira pela qual o Direito Privado assume um papel de destaque no capitalismo contemporâneo no sentido de estruturar a conduta dos mais diversos agentes sociais, possibilitando-se uma leitura diferenciada sobre o atual cenário brasileiro (item 3.3).

3.1 O argumento da racionalidade governamental em contraposição à hipostasia da lei do valor: novos horizontes para a concepção das mutações no mundo do trabalho

A chamada corrente da racionalidade governamental identifica alguns problemas na estrutura geral de argumentação e teorização dos autores vinculados aos postulados marxistas

e que se prestam a tentar compreender o neoliberalismo e suas implicações sobre o Direito do Trabalho. Sem embargo dessas ressalvas, importa observar que as críticas a tais autores marxistas não implicam automaticamente o rechaço à crítica da Economia Política marxiana, considerando que a vasta obra de Marx é um marco de singular importância nas ciências sociais que admite diversas interpretações, para além do fato de que sua análise das formas da economia burguesa ainda hoje têm valor imensurável aos estudiosos dessa seara.³⁹²

Independentemente disso, Pierre Dardot e Christian Laval sistematizam um conjunto coerente de insuficiências ínsitas à corrente da espoliação e que prejudicam uma análise mais profunda do neoliberalismo e suas relações com o Direito. Isso importa à presente dissertação sobretudo porque o advento do marco legal da terceirização no Brasil pode ser entendido conforme uma visão alternativa àquela mencionada no item 2.3, a qual considera alguns fatores negligenciados pela vertente crítica hegemônica. É com base nas ressalvas subsequentemente delineadas que será possível conceber o neoliberalismo como uma “arte de governar” cuja relação com o Direito revela-se peculiar.

Como se extrai do item 2.2, o neoliberalismo é entendido por autores marxistas como o produto da “expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital”,³⁹³ como desdobramento da pulsão expansiva da lei do valor em cujo cerne encontra-se a exploração do trabalho. A globalização neoliberal, ao eliminar entraves à circulação mundial de mercadorias, engendraria novas formas de organização empresarial que se opõem diretamente ao clássico vínculo bilateral de emprego, desvirtuando o modelo fordista sob os moldes do toyotismo. Trata-se de uma concepção “que faz da ‘lógica do capital’ um motor autônomo da história”, a qual parece se resumir a uma “repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos e as mesmas intrigas situadas em novos cenários”.³⁹⁴ Como se viu no item 2.1, para Gérard Duménil e Dominique Lévy o neoliberalismo seria tão somente uma nova fase do capitalismo moderno. Desde 1867 – data em que Marx escreveu *O Capital* de modo a expor o jogo das leis da acumulação capitalista, fazendo da mercadoria a mais elementar forma da riqueza burguesa – até hoje não teria ocorrido

³⁹² Embora seja extremamente temerário rotular Foucault como um filósofo “pós-estruturalista”, considera-se válida a concepção de James Williams quanto à relação entre os pensadores dessa escola e a obra de Marx: “O pós-estruturalismo é pós-marxismo e pós-maoísmo, mas é profundamente devedor de Marx. Todos os pós-estruturalistas aqui tratados insistiram que eles continuam com o espírito da obra de Marx como um movimento de esquerda, como um combate pelos marginalizados, pelos explorados e os destroçados. Mas, igualmente, eles resistem a definições fixas da sociedade, das estruturas políticas e dos movimentos revolucionários que provêm do marxismo-leninismo ou do maoísmo. O pós-estruturalismo rompe com o marxismo, mas trabalha com Marx”. WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 39.

³⁹³ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 21-22.

nada de muito diferente, uma vez que a tendência à autovalorização do capital estaria na gênese da explicação de todas as mazelas sociais do sistema capitalista, sendo o neoliberalismo equivalente à mercantilização implacável de toda a sociedade.³⁹⁵

Nesse mesmo diapasão, a crise de “estagflação” europeia, dos anos 1960 e 1970, teria incentivado a burguesia a ir à “desforra”, empregando por ocasião dessa crise, e para sair dela, o projeto social formulado pelos teóricos da Sociedade de Mont-Pèlerin.³⁹⁶ Dentro desse modelo explicativo, o Estado neoliberal – para além de suas especificidades e a despeito de seu intervencionismo – “continua a ser visto como um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável *vis-à-vis* aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda”.³⁹⁷ Já que as finanças são os maiores beneficiários desse movimento, como o demonstram seus lucros exorbitantes e a desregulamentação financeira, a forma social do neoliberalismo seria reconduzida “à consciência de um ou mais estrategistas como sua fonte ou seu foco genuíno”,³⁹⁸ como se a inteligibilidade do fenômeno pudesse ser explicada pela intencionalidade de uma fração de classe que manipula os acontecimentos tal como se manipulam marionetes. O neoliberalismo seria, assim, a um só tempo, “a máscara e o instrumento das finanças, as quais são o sujeito histórico real”.³⁹⁹

A burguesia seria um sujeito histórico que perdura no tempo, preexiste às relações de luta com outras classes e somente precisou alertar, influenciar e corromper os políticos para que se abandonassem as políticas keynesianas ou as fórmulas de compromisso entre capital e trabalho.⁴⁰⁰ Assim, para além de se fazer da economia a única dimensão do neoliberalismo, tende-se a compreendê-lo como doutrina homogênea que, posta em prática por mecanismos estatais, responderia à lógica destrutiva do capital que suscita as formas sociais, culturais,

³⁹⁵ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 23.

³⁹⁶ David Harvey é um especial entusiasta dessa ideia. De acordo com esse autor, a ascensão da teoria neoliberal teria ocorrido graças a um pequeno grupo de economistas, historiadores e filósofos acadêmicos que se congregaram em torno do renomado filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para formar a “Mont Pèlerin Society”, que leva o nome do *spa* suíço em que se reuniram pela primeira vez, em 1947. Dentre seus notáveis participantes estavam Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper. Para Harvey, “seus membros se descreveram como ‘liberais’ (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. O rótulo ‘neoliberal’ marcava sua adesão aos princípios do livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx”. HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 29-30. Segundo tal concepção, a crise do fordismo nos anos 1970 levou a um novo paradigma de acumulação de forte cariz financeiro centrado nos postulados neoliberais originalmente pensados pelos seus precursores de 1947.

³⁹⁷ DARDOT, P.; LAVAL, C., *op cit*, p. 22.

³⁹⁸ DARDOT, P.; LAVAL, C., *op cit*, p. 22.

³⁹⁹ DARDOT, P.; LAVAL, C., *op cit*, p. 22.

⁴⁰⁰ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 24.

políticas e jurídicas que lhe convém à medida que se expande.⁴⁰¹ Como verdadeiro motor da história, o capital subordina Estado, sociedade e Direito, colocando-os à serviço de sua acumulação cega – é o que se viu rapidamente no item 2.3. Conforme aduzem Gabriela Neves Delgado e Helder Santos Amorim, dois juristas que são referência na temática da crítica à terceirização, “o neoliberalismo avançou com força avassaladora sobre os países capitalistas do eixo central e periférico, com fundamento e compromisso econômico declarado, procurando, com aparência de cientificidade, subjugar o político, o jurídico e o social”.⁴⁰² Como consequência dessa interpretação, haveria apenas um capitalismo – e não uma variabilidade econômico-institucional a depender de certas regras jurídicas –, já que há apenas uma lógica do capital. Trata-se de um “modo de produção econômico que, como tal, é independente do direito e gera a ordem jurídico-política de que necessita a cada estágio de seu desenvolvimento”.⁴⁰³

Essa verdadeira hipostasia da lei do valor se justifica pela pertença do marxismo (bem como dos autores clássicos do liberalismo, como David Ricardo) a uma particular disposição do saber do século XIX, como aponta Foucault. Nessa singular disposição figuram, ao mesmo tempo, a historicidade da economia (em relação às formas de produção), a finitude da existência humana (em relação com a raridade do trabalho) e o aprazamento de um fim da História – por afrouxamento indevido ou reversão radical.⁴⁰⁴ É por isso que esse autor entende que “o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água, o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”.⁴⁰⁵ Boaventura de Sousa Santos complementa essa perspectiva ao afirmar que, no plano epistemológico, “Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso da racionalidade que ela podia gerar”; pensou mesmo que o governo e a evolução da sociedade podiam estar sujeitos a leis tão rigorosas quanto as da natureza, numa antecipação do sonho da ciência unificada.⁴⁰⁶

Em uma série de conferências realizadas no Brasil na década de 1970 – posteriormente publicadas sob o título de “A verdade e as formas jurídicas” –, Foucault critica a tendência, presente no que chama ironicamente de “marxismo acadêmico”, em “procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão”; tendência que padeceria de um grave defeito, qual seja, o de supor que “o

⁴⁰¹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 24.

⁴⁰² DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 19.

⁴⁰³ DARDOT, P.; LAVAL, C., *op cit*, p. 24-25.

⁴⁰⁴ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 360.

⁴⁰⁵ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas...*, p. 360.

⁴⁰⁶ SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 52.

sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente”, de maneira que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fariam mais que “depositar-se ou imprimir-se nesse sujeito definitivamente dado” na forma de um véu ou obstáculo inacessível a esse mesmo sujeito.⁴⁰⁷ Nota-se claramente que a corrente da espoliação cai nessa armadilha ao tratar o neoliberalismo como política econômica ou ideologia que se encarna em móveis subjetivos em perfeita harmonia com as mutações suscitadas pelo processo de valorização do capital.

Foucault tece uma crítica ao que chama de “economismo na teoria do poder”, o que pode ser verificado tanto na teoria jurídica clássica quanto na concepção marxista geral.⁴⁰⁸ No primeiro caso, o poder é tido como um direito do qual se seria possuidor, uma mercadoria que se pode transferir ou alienar, de forma total ou parcial, aquilo que os indivíduos cedem para constituir uma soberania política, como uma troca contratual; no segundo caso, haveria uma “funcionalidade econômica do poder”, isto é, uma situação em que o seu papel essencial seria manter relações de produção e reconduzir uma dominação de classe que um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas tornou possível, encontrando o poder político na economia a sua razão de ser histórica.⁴⁰⁹ Nessa perspectiva, as diversas concepções marxistas compartilhariam de uma espécie de “análise descendente do poder”, deduzindo-o como algo que parte do centro e se prolonga por baixo na medida em que se reproduz, atingindo os elementos mais ínfimos da sociedade.⁴¹⁰

Ainda nesse compasso, o autor afirma que “se pode deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa” quando esta é analisada por meio dos mecanismos descendentes de poder.^{411 412} Assim, por exemplo, seria muito fácil explicar a exclusão operada pela loucura na convivência social ou a repressão da sexualidade (ou da sexualidade infantil) mediante a hipostasia das noções de “burguesia” e “interesse da burguesia”, porquanto bastaria indicar a inutilidade do louco na produção industrial (na extração de mais-valor) ou a inutilidade do dispêndio das forças corporais em outras práticas que não as relacionadas às forças produtivas do corpo humano para justificá-las no contexto da dominação burguesa.⁴¹³ Ora, da

⁴⁰⁷ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 8 *et seq.*

⁴⁰⁸ *Idem*. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 19-20.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 20.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 36.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 38.

⁴¹² Entretanto, na carta enviada por Friedrich Engels a Joseph Bloch, resta claro que a teoria marxiana, em si, não reduz qualquer acontecimento histórico a uma cadeia de causalidade relacionada exclusivamente ao momento econômico. Em suas palavras, a aplicação de tal economicismo a determinadas hipóteses “seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação de primeiro grau”. ENGELS, F. *Carta a Joseph Bloch*. 21-22 de Setembro de 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22-1.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

⁴¹³ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*..., p. 37.

mesma forma, é muito fácil explicar a persistência do neoliberalismo, a despeito das suas crises cíclicas, em razão da força da classe dominante, das artimanhas da burguesia ou dos mecanismos de desregulamentação estatais. Como aduz Foucault, deduções deste tipo sempre são possíveis, sendo ao mesmo tempo verdadeiras e falsas; são essencialmente fáceis demais, porquanto se poderia dizer exatamente o contrário. Exemplificativamente, seria possível interpretar, quanto à repressão e aos controles exercidos sobre a sexualidade e a sexualidade infantil, que quando a burguesia se tornou uma classe dominante tais interdições não seriam absolutamente desejáveis; ao contrário, se necessitaria de uma aprendizagem, um treinamento, uma precocidade sexuais, uma vez que, “quanto mais forças de trabalho houvesse, mais plena e corretamente o sistema da produção capitalista poderia funcionar”.⁴¹⁴ Entretanto, não foi isso que ocorreu. Com efeito, tais assunções, recorrentes na corrente da espoliação, muitas vezes não são satisfatórias para apreender certos fenômenos sociais em sua especificidade.

Conforme observa Boaventura de Sousa Santos, a primazia explicativa das classes, como as pensaram o marxismo, está hoje a ser radicalmente questionada. A importância causal a elas atribuída, bem como a seus conflitos, na compreensão dos processos sociais capitalistas, é ainda hoje intimamente ligada ao materialismo histórico do século XIX, de maneira que a sua formação teria lugar na estrutura econômica e partilharia, com esta, a eficácia determinante sobre os processos sociais.⁴¹⁵ Tal perspectiva vem sofrendo temperamentos pelo menos desde os anos 1970, quando surgem teorias que dão conta da complexidade das constelações de diferentes formas de poder nas práticas sociais concretas, entre as quais se inclui, é verdade, o poder de classe, mas também o poder sexual, o poder estatal, o poder étnico, o poder religioso etc.⁴¹⁶ Em decorrência das mais diversas transformações do século XX e XXI, pode-se concluir que as classes ainda são um fator de primeira importância na explicação dos processos sociais, mas desde que embasadas em análises concretas – e não na mera estipulação abstrata de sua primazia explicativa –; ademais, é errôneo reduzir a identificação, formação e estruturação das classes à estrutura econômica da sociedade, já que elas “são uma forma de poder e todo o poder é político”, dependendo seu valor explicativo de toda uma constelação de diferentes formas de poder nas práticas sociais concretas.⁴¹⁷

Não por acaso, para se poder conceber uma visão alternativa a respeito do neoliberalismo, é preciso compreender como Foucault remodela a visão mais corrente sobre o

⁴¹⁴ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 37.

⁴¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice...*, p. 60.

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 60-61.

⁴¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice...*, p. 61.

poder não em termos de uma nova teoria, mas sim de uma sua analítica. Como já indicado acima, o autor critica o economismo presente naquilo que chama de modelo “jurídico-discursivo” do poder. Na síntese de Márcio Alves da Fonseca, a crítica se destina àqueles que o entendem essencialmente como repressão, como expressão da opressão organizada e exercida pelas classes dominantes (o pensamento marxista), bem como aos que o confundem com a Ordem instaurada pela lei civil, decorrente de um Estado legítimo, no qual a Lei constituiria a manifestação essencial do poder (o que remonta aos juristas e aos filósofos contratualistas).⁴¹⁸ Ora, diferentemente dessa visão negativa, o que Foucault enfatiza é que o poder não apenas reprime ou interdita, mas igualmente incita e produz;⁴¹⁹ ele não se manifesta essencialmente através do modelo da enunciação da lei, que proíbe ou permite, que separa o lícito do ilícito. Ao revés, o poder é pensado em termos de enfrentamento de forças, mecanismos e estratégias, não agindo pela interdição ou repressão, mas antes mediante a produção de gestos, discursos e individualidades.⁴²⁰ É essa dimensão produtora (ou positiva) do poder que escapa à corrente marxista da espoliação, como se verá mais adiante. Enfim, essa nova visão faz parte de um conjunto de estudos mais amplo, chamado por Foucault de genealogia, que não se poderá aprofundar nesta dissertação em função da limitação temática.⁴²¹

Em suma, em vez de orientar a sua pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado ou das ideologias que o acompanham, o autor a orienta para o âmbito da dominação (não da soberania), dos operadores materiais, das formas de sujeição, das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e, enfim, dos

⁴¹⁸ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 191.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 191-192.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 103.

⁴²¹ Vale destacar, contudo, que Foucault estabelece um conjunto de precauções metodológicas para a abordagem do poder em sua genealogia: 1) não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, mas de apreendê-lo em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar. Em outras palavras, busca-se tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais e locais, indo além das regras do Direito que o organizam e o delimitam, nos seus prolongamentos que se investem em instituições e nas técnicas que fornece para intervenções materiais; 2) não se analisa o poder ao nível da intenção ou da decisão (o que implicaria responder à pergunta: “quem tem o poder?”), mas sim do lado em que sua intenção (se é que ela existe) está inteiramente concentrada no interior de práticas reais e efetivas, do lado de sua face externa, isto é, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com seu objeto ou alvo, em que ele se implanta e produz seus efeitos reais; 3) não se toma o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo (dominação de uma classe sobre outra, por exemplo), mas se considera que ele é algo que circula, que só funciona em cadeia. O poder funciona. O poder se exerce em rede. Ele transita pelos indivíduos (seus meros intermediários), não se aplicando a eles; 4) ao contrário da análise descendente, o poder deve ser enquadrado nos termos de uma análise ascendente, ou seja, deve-se partir dos mecanismos infinitesimais, da sua história, trajeto, técnicas e táticas, e depois ver como esses mecanismos e sua tecnologia foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, transformados, deslocados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global; 5) no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma não são ideologias. O poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber ou aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos. FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 33-40.

dispositivos de saber.⁴²² Assim, analisado fora do modelo do Leviatã, da soberania jurídica e da instituição do Estado, aborda-se o poder em termos de técnicas e táticas de dominação.⁴²³ Nas palavras do próprio autor, “em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos”.⁴²⁴ A construção de subjetividades, por sua vez, não pode acontecer sem uma cumplicidade estratégica entre os discursos (ou as formas de saber) e as relações de poder (ou as táticas de dominação e de sujeição).

Nota-se, portanto, um corte importante em relação ao marxismo, na medida em que os sujeitos não refletem simplesmente as condições econômicas de existência. Em verdade, as práticas sociais podem suscitar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, conceitos ou técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.⁴²⁵ Há saberes que nascem de práticas sociais (como as práticas de controle e vigilância) e não se impõem nem se imprimem no sujeito, mas fazem nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento.⁴²⁶ Grande parte da obra de Foucault, assim, encontra esteio no estudo do “como do poder”, o qual pode ser melhor visualizado como um “triângulo” constituído por poder, Direito e verdade: trata-se de perscrutar quais seriam as regras de Direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade.⁴²⁷ Em qualquer sociedade existiriam múltiplas relações de poder que perpassam, caracterizam e constituem o corpo social, não podendo tais relações estabelecer-se ou funcionar sem uma produção, acumulação ou circulação de um discurso considerado verdadeiro ou uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele.⁴²⁸ Longe de ser soberano, o livre sujeito é constituído através de um processo chamado de subjetivação, sendo modelado em cada época pelo dispositivo e pelos discursos (as “verdades”) do momento, pelas reações de sua liberdade individual e pelas suas eventuais estetizações (a transformação do si por si próprio).⁴²⁹

Nesse ponto, dois esclarecimentos se tornam relevantes para demonstrar a importância de Foucault em um estudo eminentemente sociológico como o presente. O primeiro diz respeito à palavra “dispositivo”, a qual pode ser pincelada do parágrafo precedente. Dentro da obra

⁴²² FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 40.

⁴²³ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 40.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 319.

⁴²⁵ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas...*, p. 8.

⁴²⁶ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas...*, p. 8.

⁴²⁷ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 28.

⁴²⁸ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 28.

⁴²⁹ VEYNE, P. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009. p. 109-110.

foucaultiana, o dispositivo é frequentemente relacionado a determinadas formas de saber-poder, vale dizer, a um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, arranjos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, atos, palavras ou práticas que constituem uma formação histórica, quer seja a ciência, o hospital ou o exército.⁴³⁰ O saber é frequentemente utilizado pelo poder, de modo que, quando ambos se relacionam, encontram-se num mesmo dispositivo.⁴³¹ Exemplificativamente, “o saber médico justifica um poder, esse poder põe em ação o saber e todo um dispositivo de leis, de direitos, de regulamentos, de práticas, e institucionaliza o todo como sendo a própria verdade”.⁴³² Logo, a explicação da sociedade se abre a uma multiplicidade de discursos e dispositivos dos quais ela se constitui como um receptáculo.⁴³³ Paralelamente, o que os juristas chamam de Direito (legislação, doutrina, jurisprudência) encontra-se indissociavelmente ligado ao poder e à verdade.⁴³⁴

O segundo esclarecimento, nesse mesmo contexto, refere-se à distinção entre os discursos (as formas de saber) e a noção de ideologia. Isso porque “os discursos são os óculos através dos quais, em cada época, os homens tiveram a percepção de todas as coisas, pensaram e agiram”, impondo-se tanto à classe dominante quanto à classe dominada, não sendo mentiras ou ilusões utilizadas para justificar a dominação – trata-se de um regime de verdade que não é meramente superestrutural, mas a condição de formação e desenvolvimento do capitalismo.⁴³⁵ Ora, o interesse de classe ou as relações de produção podem ser estruturas universais e as forças de produção podem ser determinações concretas da vida social; contudo, “nem por isso devem menos passar pelo pensamento para serem vividos, para constituírem acontecimento”.⁴³⁶

Nada obstante, também é verdade que esse mesmo pensamento somente pode se materializar envolvido em um dispositivo (isto é, somente pode adquirir “materialidade” nas práticas concretas) mediante interesses econômicos, normas, instituições e regulamentos.⁴³⁷ Isso não significa, todavia, que as grandes máquinas de poder não sejam acompanhadas de produções ideológicas, mas sim que, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma não são ideologias, mas instrumentos efetivos de formação e acúmulo de saber, isto é, aparelhos de saber que não se confundem com edifícios ideológicos.⁴³⁸

⁴³⁰ VEYNE, P. *Foucault...*, p. 35.

⁴³¹ Exemplificando, a sexualidade pode ser considerada um “dispositivo”: “é algo a partir do que e sobre o que certo número de discursos, de práticas, de técnicas, de saberes e de intervenções se torna possível”. DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 194.

⁴³² VEYNE, P., *op cit*, p. 36.

⁴³³ *Ibidem*, p. 29.

⁴³⁴ FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009. p. 4-36.

⁴³⁵ VEYNE, P. *Foucault...*, p. 33.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 21.

⁴³⁷ VEYNE, P. *Foucault...*, p. 40.

⁴³⁸ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 40.

Importante destacar, ainda, que o enfoque na capilaridade ou na microfísica dessa forma relacional de poder, que atravessa o corpo social por toda a parte, não implica a impossibilidade de investigação dos grandes aparelhos de poder, como o Estado. Deve-se, sim, reconhecer que o Estado é fundamentado sobre a multiplicidade das formas de poder que o permitem existir - e não o contrário.⁴³⁹ É isso que Foucault chama de “análise ascendente do poder”, isto é, encará-lo a partir de mecanismos infinitesimais, com sua própria história, trajeto, táticas, técnicas e tecnologia, sendo progressivamente investidos, colonizados, utilizados ou transformados por mecanismos mais gerais e formas de dominação global.⁴⁴⁰ Dessa maneira, entende-se que tais mecanismos de poder, em dado momento, em uma dada conjuntura e mediante certo número de transformações, começam a tornar-se economicamente e politicamente úteis a determinadas classes ou a determinados grupos.⁴⁴¹

Pois bem, a ponta de lança dessa analítica do poder foucaultiana encontra-se na ideia de “norma” ou “normalização”, particularmente a partir de seus trabalhos genealógicos durante a década de 1970.⁴⁴² Obviamente que essa “norma” não se confunde com a normatividade jurídica, kelseniana, mas relaciona-se a técnicas específicas de dominação que atuam na contramão (ou através) do sistema legal, a mecanismos e estratégias de constituição de objetos e sujeitos.⁴⁴³ Sendo a analítica do poder foucaultiana indissociável da concepção de “norma”, ambas as tecnologias de poder por ele aventadas – disciplinar e biopoder – estão involucradas em diferentes formas de normalização da conduta, motivo pelo qual relacionam-se intimamente à subjetividade (a chamada “fabricação” de sujeitos).

Para o que aqui interessa, ressalta-se que o neoliberalismo aparecerá na obra de Michel Foucault como arte ou racionalidade de governo, parte de um mecanismo geral de poder sobre a vida. Esse poder (normalizador) sobre a vida teria se organizado concretamente a partir do século XVIII, consoante dois eixos principais. O primeiro deles estaria centrado sobre o corpo dos indivíduos, o corpo capturado como objeto de intervenção, como máquina. É o eixo das

⁴³⁹ FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber* (Org. Manoel Barros da Motta). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 268.

⁴⁴⁰ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 36.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 38.

⁴⁴² “Usualmente, distribui-se as obras do autor segundo três diferentes ênfases metodológicas denominadas de arqueologia, genealogia e ética. As obras da arqueologia seriam aquelas marcadas pela preocupação com os estratos de saber e as práticas discursivas. (...) Metodologicamente aparentada à Epistemologia de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, a arqueologia de Foucault aproxima-se de uma história conceitual das ciências, mas se diferencia desta na medida em que não tem como referencial fundamental a própria noção de ‘ciência’, encaminhando-se progressivamente para uma análise dos ‘saberes’. (...) Nas obras dos anos 1970, à arqueologia se juntaria a genealogia. Dos estratos de saber, passa-se a enfatizar o estudo daquilo a que Deleuze chama de o ‘não estratificado do poder’. (...) Nas obras da chamada ética, (...) as análises das práticas de poder dão lugar às discussões sobre as ‘práticas de si’”. DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 42-44.

⁴⁴³ FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 74.

disciplinas, entendidas como “anatomopolítica do corpo humano”.⁴⁴⁴ O segundo, formado um pouco mais tarde, centrou-se no corpo como espécie, o corpo traspassado pela mecânica da vida e suporte de processos biológicos, tais como os nascimentos, a procriação, as mortes, as doenças, a longevidade etc. Trata-se do eixo do biopoder, “ou dos mecanismos reguladores da vida, entendidos como uma ‘biopolítica da população’”.⁴⁴⁵ A teoria do Direito (o modelo jurídico-discursivo de poder) lida com o indivíduo e a sociedade (o contratante e o corpo social constituído pelo contrato voluntário ou tácito dos indivíduos); as disciplinas lidam praticamente com o indivíduo e com a domesticação de seu corpo; o biopoder lida com um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”: a população.⁴⁴⁶

A tecnologia de poder que se exerce sobre o corpo coletivo, sobre a população, é apresentada por Foucault de acordo com uma série: “mecanismos de segurança – população – governo”.⁴⁴⁷ Quer isto dizer que racionalidade de governo (ou a “arte de governar”) é algo que se exerce em relação à população. Os detalhes sobre a governamentalidade neoliberal serão expostos com maior vagar no item subsequente. Por ora, é importante esclarecer que essa noção de “governo” nada tem a ver com aquilo que o pensamento político clássico (século XVI ao XVIII) entendia, ou seja, com uma posição de singularidade, exterioridade e transcendência do príncipe em relação ao seu principado, que o governaria de determinada maneira.⁴⁴⁸ Para Foucault – com inspiração na chamada literatura anti-Maquiavel –, o problema da governamentalidade “é o problema da gestão das coisas e das pessoas, é o problema do ‘governo’, entendido num sentido de ‘condução’”.⁴⁴⁹ É o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bastante específica de poder tendo como alvo a população, como forma principal de saber a Economia Política e como instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.⁴⁵⁰

Autores adeptos da corrente marxista da espoliação (cf. capítulo 2), ao tomarem como base de suas pesquisas somente as mutações econômicas produzidas pela globalização (cf. item 1.1), fazem parte daqueles que, a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, interpretaram o neoliberalismo em geral como se fosse, ao mesmo tempo, ideologia e política

⁴⁴⁴ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 196.

⁴⁴⁵ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 196.

⁴⁴⁶ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade...*, p. 292.

⁴⁴⁷ FOUCAULT, M. *Segurança, território, população...*, p. 99.

⁴⁴⁸ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 213-214.

⁴⁴⁹ A síntese é de: DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 213. Cf. FOUCAULT, M. *Segurança, território, população...*, p. 117-146.

⁴⁵⁰ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 214.

econômica, cujo núcleo duro seria constituído por uma identificação do mercado com uma realidade natural.⁴⁵¹ Segundo tal ontologia naturalista, bastaria deixar essa realidade por sua conta para que se alcançasse globalmente equilíbrio, estabilidade e crescimento, de modo que qualquer intervenção do Estado só poderia desregular e perturbar esse curso espontâneo. Com efeito, o neoliberalismo estimularia a atitude abstencionista do Estado como pura e simples reabilitação do *laissez-faire* (o anti-intervencionismo como princípio).⁴⁵² Longe de negar a existência e a difusão de uma ideologia propriamente neoliberal, na forma de um fundamentalismo ou fanatismo de mercado – o que de fato ocorreu e continua a ocorrer –, a corrente da racionalidade governamental entende que o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé na naturalidade do mercado; ao contrário, o erro seria ignorar “a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo”.⁴⁵³ Nada obstante o relativo descrédito que hoje atinge a ideologia do *laissez-faire*, isso não impede que o neoliberalismo predomine mais do que nunca como sistema normativo dotado de certa eficiência, capaz de orientar internamente a prática efetiva das administrações públicas, das empresas e de milhões de indivíduos que sequer têm consciência disso.⁴⁵⁴

Apesar da relevância dos estudos levados a cabo pelos autores marxistas (cf. capítulo 2), os adeptos da corrente da racionalidade governamental postulam que não se deve restringir a enquadrar os aspectos negativos das políticas neoliberais – a destruição programada de regulamentações, instituições, regras e direitos –, uma vez que “o neoliberalismo também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades”.⁴⁵⁵ A tese é a de que o neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade que tende a estruturar e a organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados.⁴⁵⁶ Ele é definido, assim, como o “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”.⁴⁵⁷ Trata-se de uma racionalidade política (uma razão governamental, no sentido foucaultiano) que não se limita à esfera econômica e que emprega procedimentos pelos quais se dirige, através da administração de Estado, a conduta dos homens.⁴⁵⁸

⁴⁵¹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 14.

⁴⁵² DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 14.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 15.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 15.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁵⁶ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 17.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 17.

Como uma das principais consequências da adoção dessa perspectiva, afasta-se da ideia de que foram os mercados que teriam conquistado a partir de fora os Estados e passaram a ditar a política que estes deveriam seguir; ao revés, “foram antes os Estados que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo da empresa”.⁴⁵⁹ Nesse sentido, não se contesta que as políticas neoliberais foram impostas por vias de criminosa violência no Chile, Argentina, Indonésia e outros países com o apoio decisivo sobretudo dos Estados Unidos, mas convém não confundir a estratégia geral com meios particulares: estes últimos variam de acordo com circunstâncias locais, relações de forças e fases históricas, podendo-se aplicar a violência de uma ditadura, a sedução eleitoreira das classes médias, o pretexto das reformas estruturais etc.; a primeira, todavia, pressupõe uma guerra longa, contínua e, às vezes, silenciosa, independentemente do “choque” que lhe sirva de pretexto.⁴⁶⁰ É por isso que limitar o estudo ao aspecto destrutivo do neoliberalismo associado à pulsão espoliadora da lei do valor pode não ser suficiente para compreender a concretude de seu funcionamento como racionalidade.

Pode-se perceber, portanto, que há um amplo campo de possibilidades para interpretar as mais recentes transformações jurídicas do mundo do trabalho – mormente a flexibilização ou a desregulamentação do Direito do Trabalho –, na esteira do neoliberalismo, de acordo com uma perspectiva diferente em relação à corrente da espoliação. Consequentemente, é possível tentar compreender o advento do marco legal da terceirização no Brasil não apenas como produto de uma reação classista, mas como um dispositivo vinculado a uma arte de governar que paulatinamente abarca toda a sociedade, incluindo dominadores e dominados. Trata-se de um modo alternativo de abordar certos fenômenos sociais mediante a construção de subjetividades mediadas por instituições e saberes (ou mediante a reformulação de instituições de acordo com as subjetividades, como se verá no item 3.2), tendo-se o Direito como um de seus principais instrumentos de materialização, um verdadeiro eixo estruturante de conduta (como se verá no item 3.3).

Max Weber, numa de suas mais importantes obras, se dedicou a compreender o “espírito” do capitalismo moderno como a expressão de uma “ética peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever”, isto é, como um *ethos*, “máxima de conduta de vida eticamente coroada”.⁴⁶¹ No cerne do capitalismo estaria uma orientação da conduta individual segundo o princípio do ganho monetário como fim em si

⁴⁵⁹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 19.

⁴⁶⁰ Cf. KLEIN, N. *A doutrina do choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁴⁶¹ WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 45.

mesmo, como dever ou “vocação” do ser humano, o que encontraria raízes na religião protestante.⁴⁶² Para Weber, em suma, o capitalismo moderno “educa e cria para si mesmo, por via de seleção econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita”.⁴⁶³ Veja-se que, no fundo, era o problema da orientação e criação da subjetividade que o interessava como uma das causas do sucesso do capitalismo moderno.

Tal enfoque sociológico difere radicalmente da perspectiva marxiana, segundo a qual a perseguição à valorização do valor funcionaria como personificação do capital, atribuindo-lhe vontade e consciência a partir da encarnação na ação individual consoante as diferentes posições de cada sujeito na esfera produtiva.⁴⁶⁴ À semelhança de Weber, a corrente da racionalidade governamental preocupa-se com a construção seletiva das subjetividades⁴⁶⁵ úteis a determinada forma jurídico-institucional de capitalismo, o que implica conceber o sujeito de conhecimento como atravessado a todo instante “por um feixe de estratégias componentes de diversas práticas sociais outras que não exclusivamente econômicas”,⁴⁶⁶ já que a conduta de vida dos indivíduos depende de certas maneiras de se portar, raciocinar e agir não assimiladas como mero “reflexo” das condições “materiais” na “superestrutura ideal”.⁴⁶⁷ Resta entender como o neoliberalismo é capaz de agenciar as condutas de forma perfeitamente harmônica com a ideia da “terceirização total”, representada pela disjunção entre atividade-meio e atividade-fim.

Uma vez delineadas algumas das premissas dessa corrente de pensamento que se pauta pela concepção de neoliberalismo como racionalidade governamental, tendo suas raízes nas teorizações foucaultianas, bem como ressaltados alguns pontos centrais de divergência com certos aspectos presentes nas obras de alguns autores marxistas, já se tem condições de avançar ao próximo item, cujo tema central será a norma da competitividade e a empresa como modelo de subjetivação.

⁴⁶² WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo...*, p. 64.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 68.

⁴⁶⁴ DE BATISTA, J. L. C. *Luta de classes e estratégia: sujeitos de Marx e Foucault diante do confronto*. 123 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2015. p. 59.

⁴⁶⁵ Não se ignora que as teorizações marxistas possam igualmente tratar da subjetividade. A propósito, cf. ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 168 p. Sem embargo, a subjetividade adquire outros contornos tanto na obra weberiana quanto na foucaultiana, seja a partir do enfoque multicausal ou consoante a abordagem arqueogenalógica.

⁴⁶⁶ DE BATISTA, J. L. C., *op cit*, p. 91.

⁴⁶⁷ WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo...*, p. 66.

3.2 A competição como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação: a terceirização amolda-se à lógica das redes

Apesar de concentrada em poucos autores, é muito vasta a bibliografia que oferece aportes à compreensão do neoliberalismo como uma racionalidade governamental que incide diretamente sobre a sociedade e o indivíduo. Em Michel Foucault, são três cursos ministrados no *Collège de France* ao longo de três anos – posteriormente transformados em livros – que oferecem valiosas reflexões nesse sentido: “Em defesa da sociedade” (1975-1976), “Segurança, território, população” (1977-1978) e “O nascimento da biopolítica” (01/1979 – 04/1979). Contemporaneamente, o livro de Pierre Dardot e Christian Laval (“A nova razão do mundo”) retoma a linha de reflexão foucaultiana e aprofunda diversos aspectos relevantes à ideia do neoliberalismo como uma razão-mundo. No mesmo diapasão, o livro de Luc Boltanski e Ève Chiapello (“O novo espírito do capitalismo”) apresenta uma perspectiva teórica heterodoxa, mas que em diversos momentos permite que o leitor faça conexões entre a noção do “terceiro espírito do capitalismo” e a subjetividade neoliberal engendrada por discursos e práticas governamentais.

Toma-se como desafio resumir em poucas páginas a corrente de pensamento representada nas obras acima mencionadas, sabendo-se de antemão que algumas esquematizações ou recortes temáticos serão necessários para tanto. Nada obstante, importa novamente destacar que o principal objetivo desta dissertação consiste em apresentar duas maneiras críticas de interpretar o neoliberalismo e a expansão da terceirização, de modo a contribuir com o debate jurídico que atualmente ocorre no Brasil por ocasião do advento do marco regulatório da relação jurídico-trabalhista “triangular”. Dessa maneira, os apontamentos posteriores terão escopo meramente introdutório, sendo focalizados nos pontos que mais interessam para apreender o fenômeno da terceirização ilimitada.

De acordo com o pensamento de Foucault, o Estado não seria, em si, uma fonte autônoma de poder; ao contrário, o Estado nada mais seria que o efeito ou o recorte móvel de uma perpétua estatização ou de transações incessantes que modificam, deslocam e subvertem as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e tipos de controle, as relações entre as autoridades locais e a autoridade central etc.⁴⁶⁸ Desprovido de uma essência ou de uma universalidade, o Estado passa a ser encarado como “o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas”;⁴⁶⁹ de outra parte, o “governo”

⁴⁶⁸ FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 106.

⁴⁶⁹ FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica...*, p. 106.

não significa a instituição, mas sim a “atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais”, ganhando especial relevo o Direito.⁴⁷⁰ Nesse contexto, é a chamada “biopolítica” (o investimento político sobre a vida) que, desde o século XVIII, permite que se racionalize os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, longevidade, trabalho etc.

Situada entre os séculos XVI e XVII, a “razão de Estado” é uma racionalidade de governo que, no contexto europeu, busca fazer com que o Estado possa se tornar sólido, permanente e rico; “o Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente”,⁴⁷¹ devendo a arte de governar estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer. No plano socioeconômico, o mercantilismo se entrelaça com um Estado de polícia que se encarrega não somente das atividades dos diferentes grupos, mas também da “atividade dos indivíduos até o seu mais ténue grão”,⁴⁷² sendo a teologia e, de forma cada vez mais importante, o Direito, um princípio de limitação externo a esse Estado nascente, ilimitado em seus objetivos que tomam forma na polícia, isto é, na “regulamentação indefinida do país de acordo com o modelo de uma organização urbana densa”.⁴⁷³

A nova arte (liberal) de governar que se insinua a partir do século XVIII, por outro lado, apresenta uma grande modificação em relação à “razão de Estado”, porquanto implica o aparecimento de um princípio de limitação intrínseco ao próprio governo.⁴⁷⁴ Vale dizer: a arte de governo pautada pela “razão de Estado” encontrava apenas limites que lhe eram externos, tais como aqueles impostos pela teologia, pelos direitos naturais, pela teoria do contrato ou pelas regulamentações de Direito Público. Todavia, a governamentalidade liberal significou a imposição de um limite intrínseco ou fático à própria atividade governamental, sendo seu instrumento intelectual a Economia Política, uma forma de saber que se desenvolve a partir dos fisiocratas – em contraposição ao mercantilismo – e que se consubstancia numa “reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade”.⁴⁷⁵ No liberalismo, o regime de verdade fornecido pelo modelo econômico passa a ser o principal referencial e instrumento da prática governamental, podendo-se falar numa conexão entre a Economia Política e a razão de Estado, tendo como princípio dessa conexão o mercado.⁴⁷⁶

⁴⁷⁰ FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica...*, p. 432.

⁴⁷¹ FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica...*, p. 6.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 10.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁷⁴ DA FONSECA, M. A..., p. 220.

⁴⁷⁵ FOUCAULT, M., *op cit.*, p. 19.

⁴⁷⁶ DA FONSECA, M. A., *op cit.*, p. 220.

Deve-se deixar agir, com o mínimo possível de intervenções, o mercado e seus mecanismos “naturais” de formação do preço para que ele possa formular e propor a sua verdade à prática governamental.⁴⁷⁷ Desse modo, a governamentalidade liberal ancora-se, de um lado, no mercado entendido como mecanismo das trocas e lugar de verificação quanto à relação valor/preço e, de outro, na atuação do poder público tendo como medida de suas intervenções o princípio de utilidade – eis como a razão governamental articula os princípios fundamentais de sua autolimitação.⁴⁷⁸ Sem embargo, o princípio da troca e o critério da utilidade é o interesse: já que o Estado não mais responde à sua própria razão ilimitada, já que a sua racionalidade política não mais visa apenas o seu crescimento, sua riqueza, sua força e sua população, o princípio da razão governamental liberal passa a ser o interesse, ou, mais propriamente, o jogo complexo de interesses individuais e coletivos, o jogo complexo entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público – o governo somente intervém de modo a organizar ou manipular os interesses que se confrontam com a liberdade dos agentes econômicos.⁴⁷⁹ O governo não deve mais ter acesso direto às coisas e às pessoas, não está mais legitimado a intervir senão na medida em que o jogo dos interesses torne determinada coisa ou determinada pessoa implicados aos interesses do conjunto dos indivíduos.⁴⁸⁰

A ideia de liberdade individual e coletiva atrela-se, portanto, a partir do século XVIII, aos dispositivos de uma governamentalidade que somente funciona na medida em que produz e consome liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão e expressão etc.⁴⁸¹ Essa razão governamental necessita produzir e organizar as liberdades de uma maneira que o grau dos diferentes interesses individuais não constituam perigo para os interesses de todos. Por exemplo, a liberdade econômica não pode ser um perigo para os trabalhadores e vice-versa.⁴⁸² É nessa senda que o Direito toma corpo em uma “formidável legislação” e em uma “formidável quantidade de intervenções governamentais” orientadas à produção e organização dos interesses mediados pelas diferentes liberdades.⁴⁸³

É a crise da governamentalidade liberal que abre espaço para o surgimento da arte de governo neoliberal. De acordo com a leitura de Dardot e Laval, o mundo de tensões existente nas tentativas de conciliação entre as liberdades e os interesses, próprio da racionalidade política

⁴⁷⁷ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 42.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 61.

⁴⁸⁰ DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 221.

⁴⁸¹ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 86.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 87-88.

⁴⁸³ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 88.

liberal, ensejou um “novo liberalismo” assentado basicamente em duas propostas: 1) as agendas do Estado deveriam ir além dos limites a elas impostos pelos dogmas do *laissez-faire* para salvaguardar o essencial dos benefícios de uma sociedade liberal; 2) essas novas agendas deveriam pôr em questão a confiança até então depositada nos mecanismos autorreguladores do mercado e na fé da justiça dos contratos entre indivíduos supostamente iguais.⁴⁸⁴ É por isso que uma das expressões mais tardias e mais elaboradas desse “novo liberalismo” no plano da teoria econômica foi a de Keynes, autor que buscava reexaminar o conjunto de meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma sociedade de liberdade individual.⁴⁸⁵ Mecanismos reformistas que poderiam salvar o liberalismo, nessa perspectiva, seriam o incremento de leis de proteção ao trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações, dentre outras medidas aptas a garantir as condições reais de realização dos fins individuais ainda que restringindo efetivamente determinados interesses individuais.⁴⁸⁶

O neoliberalismo, contudo, apresenta-se como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregados pelo “novo liberalismo”. Em suas vertentes, a arte de governo neoliberal admite a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeita a pura passividade governamental, mas ao mesmo tempo se opõe a ações que entrem o jogo da concorrência entre interesses privados.⁴⁸⁷ A intervenção estatal guarda um sentido distinto: trata-se não de limitar o mercado por uma ação corretiva, mas de “desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado”.⁴⁸⁸ Não se busca um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas produzir condições ótimas para que o jogo de rivalidades satisfaça o interesse coletivo, realizando-se uma reabilitação da noção de intervenção pública mediante uma concepção de mercado centrada na concorrência, cuja fonte encontra-se no pensamento de Herbert Spencer, ainda no século XIX.⁴⁸⁹

⁴⁸⁴ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 69.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 68-69.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁸⁹ “Convém sublinhar a virada que o pensamento de Spencer representa na história do liberalismo. O ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência. (...) A competição entre os indivíduos constituía para a espécie humana, que nisso é assimilável a outras espécies, o próprio princípio do progresso da humanidade. Daí a assimilação da concorrência econômica a uma luta vital geral, que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida. (...) Spencer vai deslocar, assim, o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital”. DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 52-53.

A governamentalidade neoliberal apresenta-se sob suas formas principais, com um ponto de ancoragem e um ponto histórico diferentes: 1) a alemã, vinculada à República de Weimar, à crise de 1929, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo e, enfim, à reconstrução do pós-guerra e 2) a americana, relacionada à política do *New Deal*, à crítica da política de Roosevelt e que se desenvolve e se organiza principalmente no pós-guerra, contra o intervencionismo federal e os programas de assistência e outros programas de cunho redistributivo implantados pelas administrações democratas, principalmente as de Truman, Kennedy, Johnson etc.⁴⁹⁰ Entende-se, todavia, que a governamentalidade neoliberal alemã (conectada fortemente ao “ordoliberalismo”) merece maior atenção por ser a menos estudada entre os autores de orientação marxista. De todo modo, insta salientar que não apenas o “novo liberalismo” keynesiano é o objeto de repulsa dos neoliberais, uma vez que a economia dirigida ou planificada e os totalitarismos próprios da “era dos extremos” são igualmente alvos dos teóricos que irão contribuir para a formação dessa nova governamentalidade,⁴⁹¹ a qual emerge das ruínas da racionalidade política liberal.

Ao contrário do que alguns autores da corrente da espoliação poderiam pressupor, não existe algo como uma continuidade entre liberalismo e neoliberalismo – já que para tais autores a essência do capitalismo é sempre a mesma, girando em torno da expansão espontânea do valor. Quando concebidos enquanto artes de governo, no sentido foucaultiano, há diferenças sensíveis entre ambos. O liberalismo do século XVIII, programado pelos fisiocratas e pelos demais economistas clássicos (como Adam Smith e Ricardo), tinha como tarefa partir de um Estado já existente e legítimo (que funcionava na forma do Estado de polícia) e encontrar meios para limitá-lo e, principalmente, abrir espaços para a necessária liberdade econômica no interior desse mesmo Estado. Já os alemães, após a Segunda Guerra Mundial, tinham o problema inverso: “supondo um Estado que não existe, como fazê-lo existir a partir desse espaço não estatal que é o de uma liberdade econômica?”.⁴⁹² A reorganização de um Estado ilegítimo após os traumas da guerra exigiu dos alemães uma nova programação da governamentalidade liberal, uma reorganização interna que não pergunta ao Estado que liberdade ele concederá à economia, mas que pergunta à economia como a sua liberdade poderá ter uma função e um papel de estatização, no sentido de fundar efetivamente a legitimidade de um Estado.⁴⁹³

⁴⁹⁰ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 107.

⁴⁹¹ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 107.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 117.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 127.

Foram arquitetos da reestruturação do Estado alemão, mediante uma nova política econômica, figuras como a do chanceler Ludwig Erhard, Walter Eucken, Franz Böhm, Müller-Armack e outros intelectuais ligados à “Escola de Friburgo” e à fenomenologia de Husserl, os quais também passaram a ser reconhecidos como “ordoliberais” em função dos artigos que publicavam na “Revista *Ordo*”, criada por Eucken.⁴⁹⁴ A importância desses autores foi tão grande que Dardot e Laval apontam o “Colóquio Walter Lippmann” (1938), cuja linha de pensamento era predominantemente ordoliberal, como o ponto inicial da reinvenção do liberalismo no século XX, antes mesmo da criação da “Sociedade Mont-Pèlerin” (1947), que reuniu autores de inspiração neoliberal austro-americana.⁴⁹⁵

Se Marx procurou definir e analisar a lógica contraditória do capital, Max Weber introduziu na reflexão sociológica, política e econômica alemã o problema da “racionalidade irracional da sociedade capitalista”.⁴⁹⁶ Os ordoliberais ligados à Escola de Friburgo, por sua vez, entendiam como possível definir, ou reencontrar, a racionalidade econômica que permitiria anular a irracionalidade social do capitalismo.⁴⁹⁷ O que está em questão, para eles, é saber se, efetivamente, uma economia de mercado poderia servir de princípio, forma e modelo para um Estado cujos defeitos, à direita e à esquerda, seja por quais razões fossem, era motivo de desconfiança generalizada naquele momento histórico.⁴⁹⁸ Não se tratava apenas de deixar a economia livre, mas principalmente de “saber até onde vão poder se estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado”.⁴⁹⁹

Se os ordoliberais consideram a liberdade de mercado como o princípio organizador e fundador do próprio Estado, foi necessário realizar um importante deslocamento em relação à teoria liberal clássica.⁵⁰⁰ Para os economistas do século XVIII o mercado era definido e descrito a partir da troca, um ato livre entre dois parceiros que estabelecem uma equivalência entre dois valores. Troca, liberdade de mercado e não interferência do Estado – que, no máximo, poderia intervir na produção para garantir o respeito às regras do jogo –, portanto, eram a essência do mercado na teoria do século XVIII.⁵⁰¹ Para os neoliberais alemães, contudo, o essencial do mercado não está na troca (e sua equivalência), mas sim na concorrência (e sua desigualdade), sendo esta a armadura mais importante de uma teoria do mercado, aquilo que assegura a

⁴⁹⁴ FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica...*, p. 141.

⁴⁹⁵ Cf. DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 71-73.

⁴⁹⁶ FOUCAULT, M., *op cit*, p. 144.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 145.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 159.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 160.

⁵⁰⁰ A propósito, cf. RÖPKE, W. *The social framework of the free market*. Illinois: Henry Regnery Company, 1960. Disponível em: <https://cdn.mises.org/A%20Humane%20Economy.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁵⁰¹ FOUCAULT, M., *op cit*, p. 161.

racionalidade econômica mediante a formação de preços capazes de regular as escolhas dos agentes econômicos que concorrem entre si.⁵⁰²

O deslocamento da troca para a concorrência tem efeito prático sensível sobre o saber econômico que orienta a prática governamental. É que para os liberais clássicos do século XVIII ou XIX extraía-se do princípio da economia de mercado a necessidade do *laissez-faire*, a saber, a ilusão de que o mercado seria uma espécie de dado natural que se produz espontaneamente e que o Estado deveria respeitar.⁵⁰³ Por outro lado, a concorrência, ou o jogo formal de desigualdades, não é de modo algum um dado natural, ela constitui um objetivo (um *eîdos*) que supõe uma política infinitamente ativa, que só pode aparecer se for produzida por uma governamentalidade ativa - torna-se necessário “governar *para* o mercado, em vez de governar *por causa* do mercado” – grifou-se.⁵⁰⁴

O neoliberalismo alemão rompe, desse modo, com a “ingenuidade naturalista” ao optar por uma decisão constituinte: busca-se institucionalizar a economia de mercado na forma de uma “constituição econômica”, ela própria pertencente ao Direito Constitucional positivo do Estado, de maneira a desenvolver a forma de mercado mais completa e coerente, tomando-se o sistema de preços e a concorrência perfeita como critérios para qualquer medida de política econômica.⁵⁰⁵ Em outras palavras, o capitalismo concorrencial não é um produto da natureza, é uma máquina que exige vigilância e regulação constantes, residindo a originalidade doutrinal dos ordoliberalis no “duplo circuito” que opera entre Estado e economia: o primeiro fornece o quadro de um espaço de liberdade no qual os indivíduos perseguem seus interesses particulares e o segundo, mediante o livre jogo econômico, criará e legitimará em outro sentido as regras de Direito Público do Estado.⁵⁰⁶

Vê-se que, para os adeptos dessa vertente do neoliberalismo, não faz sentido o repúdio à intervenção estatal em si mesma; ao revés, o que importa é distinguir as boas intervenções (aquelas em conformidade com a ordem da concorrência) das más. A política ativa dos ordoliberalis, assim, envolve dois níveis: uma política “ordenadora” e uma política “de regulação”. A primeira visa criar as condições jurídicas de uma ordem concorrencial que deve funcionar com base no sistema de preços livres, ou seja, envolve a criação ou o aperfeiçoamento de instituições e disposições que garantam à concorrência uma moldura jurídico-institucional (um “quadro”) constituída pelas regras do jogo, bem como um aparelho de vigilância imparcial

⁵⁰² FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica...*, p. 161-162.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 163.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 164-165.

⁵⁰⁵ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 61.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 107.

de tais regras.⁵⁰⁷ Já a segunda “tem como função ‘regular’ as estruturas existentes de maneira a fazê-las evoluir no sentido da ordem da concorrência ou garantir sua conformidade a essa ordem contra qualquer desvio”,⁵⁰⁸ o que significa instituir uma verdadeira política dos mercados, sendo um bom exemplo a legislação antitruste e as instituições responsáveis pela sua aplicação.

O que está em jogo nessa nova arte de governar é a regulação da sociedade com base num princípio regulador que não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência.⁵⁰⁹ Busca-se formar uma sociedade submetida não ao efeito-mercadoria, mas à dinâmica concorrencial, uma sociedade empresarial, de cariz competitivo, cujo *homo oeconomicus* que lhe é constitutivo não é mais o homem da troca ou o homem consumidor, mas o homem da empresa e da produção.⁵¹⁰ Entende-se, por isso, que a política neoliberal é também uma “política da vida” (*vitalpolitik*), uma tentativa de construir uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa, generalizando-se, difundindo-se e multiplicando-se as “formas-empresa” no interior do corpo social – mercado, concorrência e empresa passam a constituir “o poder enformador da sociedade”.⁵¹¹ Essa “política da vida” demanda, como complemento, uma “política de sociedade” dependente de estruturas jurídicas e sociais que estabeleçam a concorrência como a *norma*, como modo de relação interindividual que melhor se adequa à eficácia econômica e às exigências morais que se podem esperar de um homem livre, autônomo e responsável pelos seus atos.⁵¹²

Ao contrário do antigo liberalismo, que ignorava a sociedade ou supunha que ela se adaptava espontaneamente à ordem do mercado, concebe-se uma política cujo escopo é “produzir indivíduos capazes de escolhas responsáveis e ponderadas”.⁵¹³ Essa política partilha de uma espécie de “programa sociológico” que tem como objetivo “uma sociedade de pequenas unidades familiares de habitação e produção, independentes e concorrendo umas com as outras”.⁵¹⁴ Cada indivíduo deve ser inserido profissionalmente num quadro de trabalho que lhe garanta dignidade e independência, ou melhor, “cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa”.⁵¹⁵ A economia de mercado necessitaria de um sustentáculo humano, de homens proprietários, poupadores, produtores independentes e solidamente ancorados na vida

⁵⁰⁷ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 114.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 115.

⁵⁰⁹ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 201.

⁵¹⁰ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 201.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 203.

⁵¹² DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 123.

⁵¹³ *Ibidem*, p. 125.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 127.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p. 127.

graças ao trabalho: a empresa pequena ou média funciona como uma espécie de muralha contra os desregramentos introduzidos pelo próprio capitalismo.⁵¹⁶ A intervenção governamental é recentrada no indivíduo de modo a incentivar que ele organize a sua vida, a relação que tem com a sua propriedade privada, sua família, seu cônjuge e sua aposentadoria, tornando-se “uma espécie de empresa permanente e múltipla”.⁵¹⁷

Não à toa, a política social preconizada pelos ordoliberais deve estar integrada harmonicamente à política econômica, não podendo servir a esta última de contrapeso ou compensadora em relação aos processos econômicos; seu escopo não pode ser a busca pela igualdade, uma vez que o mecanismo da concorrência se faz por diferenciações e oscilações, mas deve deixar a desigualdade agir.⁵¹⁸ É por isso que não se pode buscar manter um poder aquisitivo do cidadão-empresário, mas sim assegurar um mínimo vital para aqueles que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar sua própria existência; ademais, não se perseguirá de forma alguma a socialização do consumo e da renda, porquanto deve-se garantir uma individualização da política social.⁵¹⁹ Nesse sentido, haveria apenas uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico.⁵²⁰

A arte de governar legada pela doutrina dos ordoliberais – a qual não é homogênea e, algumas vezes, também não é coerente – tem basicamente duas contribuições políticas: 1) a promoção da concorrência a uma norma cujo intuito é orientar uma “política de ordenação” e 2) a atribuição de um objeto específico à ação política, a saber, “a sociedade até em sua trama mais fina e, portanto, o indivíduo como foco do governo de si mesmo e ponto de apoio do governo da conduta”.⁵²¹ Com a governamentalidade neoliberal, a economia deixa de se identificar com um espaço mercantil de trocas, em meio à regulamentação vigilante do Estado, para se tornar uma produção de sujeitos e mecanismos jurídicos e econômicos por meio dos quais se governa a sociedade civil.⁵²² O governo busca forjar uma sociedade-empresa mediante a reconstrução do *homo oeconomicus* como empreendedor de si próprio; as políticas sociais

⁵¹⁶ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 129-130.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 131-132.

⁵¹⁸ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 195-196.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 197-198.

⁵²⁰ *Ibidem*, p. 198.

⁵²¹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 132.

⁵²² MENDES, A.; CAVA, B.; COCCO, G. *Uma arte de viver contra o neoliberalismo? Foucault e os desafios para a América Latina*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/foucault-e-os-desafios-para-a-america-latina/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

deixam de ser mecanismos compensatórios para se tornarem dispositivos diretos com que a economia é formalizada a partir da ideia de empresa.⁵²³

O neoliberalismo americano, de outra parte, tem diferenças maciças com relação à vertente alemã. Na América do Norte, o liberalismo não surge como arte de governo acoplada a uma preexistente razão de Estado, uma vez que as reivindicações de jaez liberal foram o ponto de partida histórico da formação e da independência dos Estados Unidos. Dessa forma, o liberalismo americano sempre esteve no âmago de todos os debates políticos por dois séculos, não constituindo uma simples opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental; “o liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar, é um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados”.⁵²⁴

Nada obstante, o pensamento desenvolvido por autores austro-americanos, como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, tendem a influenciar boa parte do mundo ocidental, sobretudo a partir dos anos 1990. Para Dardot e Laval, os escritos desses autores podem passar a impressão de que eles fazem apologia aos princípios mais dogmáticos do *laissez-faire*, mas tal conclusão seria precipitada. Isso porque, apesar de manterem em comum com o liberalismo clássico do século XVIII e XIX a exigência de limitação do Estado em nome do mercado, destacando o papel da liberdade econômica na eficácia da máquina econômica e no prosseguimento do processo de mercado, fato é que também se pode encontrar nas suas obras uma importante mudança argumentativa, a qual reside na “valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade”.⁵²⁵

O grande diferencial dos neoliberais austro-americanos está no radical subjetivismo com o qual estruturam o pensamento mediante a oposição de dois tipos de processo: um de destruição e outro de construção. O primeiro tem como agente principal o Estado, tendo no seu cerne o encadeamento perverso de ingerências coletivistas em direção ao totalitarismo e à regressão econômica; já o segundo tem como agente principal o empreendedor, isto é, qualquer agente econômico em potencial.⁵²⁶ A ênfase de tais autores, portanto, recai sobre a ação individual e o processo de mercado, visando produzir uma descrição realista de uma máquina econômica que tende ao equilíbrio quando não perturbada por intervenções externas ou

⁵²³ MENDES, A.; CAVA, B.; COCCO, G. *Uma arte de viver contra o neoliberalismo?* Foucault e os desafios para a América Latina. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/foucault-e-os-desafios-para-a-america-latina/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁵²⁴ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 300-301.

⁵²⁵ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 133-134.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 134.

moralismos destruidores; além disso, “visam mostrar como se constrói na concorrência geral certa dimensão do homem, o *entrepreneurship* [empREENDEDOR], que é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista”.⁵²⁷

O grande passo adiante dos austro-americanos Von Mises e Hayek consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta de informação pertinente, no qual o sujeito intenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro.⁵²⁸ O mercado é concebido como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador pelo qual o indivíduo aprenderá a se conduzir, de sorte que, ao contrário dos ordoliberalais, que deixam a cargo do quadro da sociedade o cuidado de limitar as ações humanas, os austro-americanos buscam o autogoverno do sujeito no seio do processo formativo do mercado.⁵²⁹ Esse autogoverno (*entrepreneurship*) encontra sustentáculo na ideia de que cada sujeito é um empreendedor potencial, um ser dotado de espírito comercial à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, orientando-se pelas informações que ele tem ao seu dispor e os outros não – o mercado, nessa perspectiva, é um processo de formação de si.^{530 531}

Em verdade, a arte de governar neoliberal segundo o modelo norte-americano teria como peculiaridade a maneira pela qual a economia de mercado passa a ser utilizada para decifrar relações que não seriam propriamente relações de mercado, mas fenômenos sociais diversos.⁵³² Foucault exemplifica essa situação a partir da teoria do capital humano, segundo a qual o salário dos trabalhadores seria o produto de uma renda, a qual, por sua vez, seria simplesmente o produto ou o rendimento de um capital, podendo-se chamar de “capital” tudo o que pode ser uma fonte de renda futura. O capital de que o salário seria renda consistiria no conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de auferir salário, sendo o trabalho interpretado como aptidão ou competência.⁵³³ Pela noção de capital-competência, o trabalhador é tido, ele mesmo, como uma espécie de empresa ou empresário de si mesmo, operando-se uma reformulação do *homo oeconomicus* semelhante à dos ordoliberalais.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 134.

⁵²⁸ *Ibidem*, p. 135.

⁵²⁹ *Ibidem*, p. 140.

⁵³⁰ *Ibidem*, p. 145.

⁵³¹ A propósito, cf. especialmente MISES, L. V. *A ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019; HAYEK, F. *Direito, legislação e liberdade*. v. 1. p. 111-146. Disponível em: <https://www.docdroid.net/7kH3XCd/direito-legislacao-e-liberdade-vol-01-f-a-hayek.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁵³² DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito...*, p. 226.

⁵³³ *Ibidem*, p. 225-226.

No neoliberalismo norte-americano, assim, intenta-se sempre generalizar a forma econômica do mercado a todo o corpo social, até mesmo em todo o sistema social, o qual não passa ou não é sancionado por trocas comerciais.⁵³⁴ O mercado não mais é um princípio de autolimitação do governo, mas antes um princípio voltado contra ele: “é uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo”.⁵³⁵ O tipo de ação ligado a uma governamentalidade neoliberal passa necessariamente pela criação de situações de mercado e, conseqüentemente, de concorrência, que permitam o aprendizado constante e progressivo do homem-empresa, verdadeiro modelo de subjetivação.⁵³⁶

Nesse ponto, já é possível perceber que o neoliberalismo, uma vez entendido como arte de governar, não é concebido como parte de um complô classista ou somente enfocado no seu viés destrutivo ou negativo; ao contrário, a sua expansão no corpo social é pensada em termos de estratégia, como “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos”.⁵³⁷ Entretanto, a palavra “estratégia” não designa um plano longamente amadurecido, como se fosse o produto de uma escolha racional e controlada – o que estaria muito próximo do complô classista enfatizado pela corrente da espoliação –, mas um amálgama de condições que se acumularam somente a partir do momento em que se impôs uma espécie de luta contra o Estado de bem-estar, na qual se engajaram, alternada ou simultaneamente, círculos intelectuais, grupos profissionais, forças sociais e políticas, muitas vezes por motivos bastante heterogêneos.⁵³⁸ O objetivo de uma “regulação pela concorrência” se constituiu ao longo do embate de forças que se seguiu na segunda metade do século XX, tendo feito o papel de um catalisador, de um ponto de encontro de forças até então relativamente dispersas e que puderam se organizar de maneira a poder construir algo como uma racionalidade de governo neoliberal.⁵³⁹

Nesse sentido, a expansão da terceirização pela via legislativa pode ser entendida como um dispositivo dessa governamentalidade que busca amoldar a sociedade segundo a forma empresarial, lembrando-se que os dispositivos (invólucros de saber-poder), na síntese de Dardot e Laval, somente se constituem “a partir de condições históricas sempre singulares e contingentes”, fazendo parte de um caráter exclusivamente “estratégico”, e não “destinal” ou

⁵³⁴ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 333.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 339.

⁵³⁶ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 141.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 191.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 192.

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 192.

“epocal”.⁵⁴⁰ O “objetivo estratégico” que rege a lógica da terceirização e da subcontratação em geral não diz respeito a um “estratagema urdido por um sujeito coletivo especializado em manipulação”, mas impõe-se a determinados atores em determinados momentos e em determinados cenários.⁵⁴¹ É por isso que a correlação de forças própria a cada realidade local é essencial para aferir com precisão o avanço de uma racionalidade política.

A disseminação da norma da concorrência como modelo de conduta e da empresa como modelo de subjetivação, nos termos de uma governamentalidade neoliberal, pode ser “mapeada” com base em pesquisas especializadas nessa temática. Dardot e Laval, exemplificativamente, entendem que as políticas neoliberais e as transformações do capitalismo amparam-se em uma luta ideológica (crítica sistemática e duradoura contra o Estado de bem-estar) e em técnicas e dispositivos de disciplina que, efetivamente, atuam no sentido de converter os “espíritos”, o que redundaria em sistemas de coação, econômicos ou sociais, codificados institucionalmente, que obriguem os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, consoante as diretrizes do cálculo maximizador e de uma lógica de valorização do capital.⁵⁴²

Existem três aspectos das disciplinas neoliberais que afetam diretamente a subjetividade: a liberdade dos sujeitos econômicos pressupõe 1) a segurança dos contratos e o estabelecimento de um quadro jurídico-institucional, orçamentário e monetário, estável; 2) a criação do maior número possível de situações de mercado (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” da escola e hospital, solvência pela dívida privada) de modo a impor aos indivíduos uma situação de mercado como única “regra do jogo”, a qual devem assimilar mediante um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital social num universo em que a acumulação parece ser a regra geral da vida; 3) a constituição de sistemas de controle e avaliação de conduta segundo dispositivos de recompensas e punições, estímulo e desestímulo, que servirão a orientar a conduta dos indivíduos “quando as situações mercantis ou quase mercantis não são inteiramente realizáveis”.⁵⁴³ Portanto, as intervenções estatais devem estar em harmonia com essa regulamentação pela concorrência.

⁵⁴⁰ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 386-387.

⁵⁴¹ “Não houve um projeto consciente de passagem do modelo fordista de regulação para outro modelo que teria primeiro de ser concebido intelectualmente para depois, numa segunda fase, ser posto em prática de forma planejada. O caráter estratégico do dispositivo (...) pressupõe que sejam levadas em consideração as situações históricas que permitem seu desenvolvimento e explicam a série de reajustes que o alteram no tempo e as variedades de formas que ele assume no espaço”. DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 385.

⁵⁴² *Ibidem*, p. 193.

⁵⁴³ *Ibidem*, p. 217.

É fato que o próprio Estado é reformulado segundo os princípios de uma “governança” orientada ao mercado (o “Consenso de Washington” é um exemplo desse modelo disciplinar impingido à própria Administração Pública), mas para atingir os objetivos da presente dissertação interessa mais concentrar as atenções no Direito do Trabalho. A flexibilização das regras jurídicas que regem as relações trabalhistas – expostas nos itens 1.1 e 1.2 –, tem importante papel na referida “estratégia neoliberal”, porquanto as metamorfoses jurídicas no sentido do desmantelamento da rede de proteção típica do Estado de Bem-estar contribuem para orientar a conduta dos trabalhadores em direção à concorrência e à individualização, ferindo de morte a noção de solidariedade. Não por acaso, “os sindicatos e a legislação trabalhista foram os primeiros alvos dos governos que adotaram o neoliberalismo”, já que existiria uma contradição entre a proteção da mão de obra e a eficiência econômica.⁵⁴⁴ A lógica da governamentalidade neoliberal implica a transformação do mercado de emprego num “mercado muito mais conforme com o modelo de pura concorrência, não simplesmente por preocupação dogmática, mas para disciplinar melhor a mão de obra, ordenando-a pelos imperativos de recuperação da rentabilidade”.⁵⁴⁵ O cidadão à procura de emprego deve se tornar ator de sua própria empregabilidade (palavra que se adequa à referida noção de capital social).⁵⁴⁶

Conforme sublinham Boltanski e Chiapello, os aspectos absurdos do capitalismo (a perda da propriedade do resultado do trabalho pelos assalariados e a prisão dos capitalistas a um processo infundável e insaciável de satisfação de necessidades de consumo) exigem o engajamento dos sujeitos que participam do processo econômico, o que não pode ter sucesso sem justificativas que possibilitem o envolvimento pessoal desses indivíduos.⁵⁴⁷ Os autores chamam tais justificativas, viabilizadoras do engajamento, de espírito do capitalismo. O neoliberalismo corresponderia, historicamente, ao terceiro espírito do capitalismo, o qual persegue a colaboração dos assalariados para a realização do lucro capitalista não mais pela integração coletiva e política dos trabalhadores na ordem social e por meio de uma regulação que unia progresso econômico e tecnológico à justiça social (Estado de Bem-estar europeu), mas sim mediante o desenvolvimento de um projeto de autorrealização que atrela o culto ao desempenho individual, a exaltação da mobilidade e engendra concepções reticulares do vínculo social – eis os elementos construtores do novo capitalismo, chamado “em rede”, que serve de fermento para a emergência de um terceiro espírito.⁵⁴⁸

⁵⁴⁴ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p.220-221.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 221.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 222.

⁵⁴⁷ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 39.

⁵⁴⁸ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo...*, p. 239.

As ideias-chave, que possibilitam a disseminação do toyotismo, consubstanciam-se em “empresas enxutas a trabalharem em rede com uma multidão de participantes, uma organização do trabalho em equipe, ou por projetos, orientada para a satisfação do cliente, e uma mobilização geral dos trabalhadores graças às visões de seus líderes”.⁵⁴⁹ A empresa enxuta, leve, sem adiposidades, organizada segundo os princípios organizativos do *just-in-time*, qualidade total, equipes autônomas de produção etc., perde a maioria dos escalões hierárquicos e se desfaz de grande número de funções ou tarefas, terceirizando tudo o que não faz parte do cerne de sua atividade.⁵⁵⁰ A empresa moderna (do mesmo modo como seus correlatos sujeitos empresariais) postula a mobilidade, tendo seu núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços, trabalhadores temporários e empresas coligadas – é isso a chamada “rede de empresas”, oriunda do dismantelamento do peso das hierarquias fordistas.⁵⁵¹ Deve-se destacar, contudo, que a metáfora da rede não se limita ao campo da gestão ou à esfera das empresas, tendendo progressivamente a “comportar uma nova representação geral das sociedades”.⁵⁵²

Com efeito, pode-se afirmar que a expansão da terceirização no tecido social é consentânea, de um lado, com uma “política de sociedade” disseminada pelo Estado que busca moldar a sociedade à forma-empresa e, conseqüentemente, insuflar a concorrência entre os agentes econômicos e, de outro, com um “espírito do capitalismo” que propugna a substituição das garantias (bem representadas no “rígido” e “obsoleto” Direito do Trabalho) pela autonomia individual, adequando-se a um modelo de subjetivação empresarial que prescinde das ideias de solidariedade e incentiva o trabalhador a realizar cálculos econômicos nas mais diversas relações sociais, mesmo que tais relações não sejam mercantis. Trata-se de um dispositivo que faz parte da “estratégia” neoliberal e que, a nível mais amplo, sustenta uma governamentalidade cujo ponto de apoio é a conduta individual, a qual é orientada mediante uma moldura jurídico-institucional que funda e vigia a atuação estatal segundo critérios econômicos.

Uma vez introduzida, em linhas gerais, essa corrente de pensamento que aborda o neoliberalismo como uma racionalidade governamental e normativa, permitindo-se diferentes interpretações críticas a respeito da expansão da terceirização, o próximo item terá como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel do Direito nessa governamentalidade neoliberal, de modo a aproximar, paralelamente, a discussão teórica do contexto brasileiro.

⁵⁴⁹ BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo...*, p. 102.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 102.

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁵² *Ibidem*, p. 173.

3.3 O papel do Direito Privado na renovação do capitalismo segundo a arte neoliberal de governar: elementos para uma visão alternativa sobre o advento do marco legal da terceirização no Brasil

Ao se refletir sobre a dinâmica expansiva da terceirização no ordenamento brasileiro (um problema jurídico de fundo eminentemente econômico, como se viu nos itens 1.1 e 1.2), o que se pretendeu fazer tendo como fio condutor o debate de diferentes escolas do pensamento sobre o neoliberalismo (vide capítulos 2 e 3), foi possível vislumbrar uma especificidade argumentativa presente nas teorizações dos autores inspirados por premissas marxistas. Para estes (cf. item 2.3), o que sobressalta da dinâmica de acumulação própria do capitalismo globalizado e financeirizado seria um Direito do Trabalho submisso às injunções do capital, cujos princípios elementares pouco a pouco seriam diluídos diante da tendência à flexibilização da legislação em prol, sobretudo, do interesse dos empregadores. Daí a expansão renitente da terceirização, tendo-se como corolário o prejuízo aos direitos dos trabalhadores e a piora de suas condições de vida.

Apesar da inegável importância dessas teorizações de inspiração marxista para o estabelecimento de interpretações críticas a propósito das mais recentes transformações do Direito do Trabalho, entende-se que é possível ir além quando se trata de apreender as especificidades jurídicas do neoliberalismo. Nesse sentido, entende-se que a corrente foucaultiana da racionalidade governamental tem muito a contribuir nessa seara.

Partindo da premissa de que o neoliberalismo pode ser compreendido como uma governamentalidade, ou “arte de governo”, direcionada sobretudo à orientação das condutas individuais – com todas as implicações teóricas que tal compreensão suscita, como visto no item 3.2 –, abre-se espaço para especular as possíveis maneiras pelas quais o Direito contribui para moldar a sociedade à forma-empresa, o que significa ampliar os espaços de concorrência e fomentar uma espécie de subjetividade empresarial que paulatinamente corrói os alicerces históricos do Direito do Trabalho. Não se trata, com efeito, de uma capitulação do Direito à dinâmica implacável da lei do valor; trata-se, sim, de uma transformação político-social que ocorre mediante e através do próprio fenômeno jurídico, o qual goza de posição privilegiada no jogo de poder no qual se engaja a estratégia neoliberal. A terceirização, por conseguinte, pode ser visualizada sob tal perspectiva.

Sem embargo, a importância singular do fenômeno jurídico na construção de uma governamentalidade neoliberal é demonstrada exemplarmente por Friedrich Hayek, autor representante da vertente austro-americana do neoliberalismo. Hayek dedicou três volumes de

um dos seus mais icônicos trabalhos (“Direito, Legislação e Liberdade”) para desvendar o papel do Direito numa sociedade genuinamente fundada nos valores e na ética liberais, legando importantes ensinamentos à classe política comprometida com a utopia do livre mercado. Para Dardot e Laval, o grande problema de Hayek em relação ao Direito consistia na questão de como legitimar certo tipo de intervenção governamental (contra a doutrina do *laissez-faire*) sem admitir que a ordem de mercado é uma ordem artificial.⁵⁵³ A resposta a essa questão permite que o autor esclareça o *status* do arcabouço jurídico e, mais amplamente, defina o seu papel no que tange à coesão social.

Para Hayek, toda a sociedade possui uma ordem, sendo esta entendida como “uma condição em que múltiplos elementos de vários tipos se encontram de tal maneira relacionados entre si” que “podemos aprender a formar expectativas corretas com relação ao restante ou, pelo menos, expectativas que tenham probabilidade de se revelar corretas”.⁵⁵⁴ Todavia, a maneira como surge essa ordem social admitiria uma interpretação autoritária (oriunda do racionalismo construtivista) e uma interpretação compatível com a liberdade individual (oriunda do racionalismo evolucionista).

Para a primeira, a ordem social seria o resultado da criação de uma mente pensante, uma ordenação intencional embasada numa relação de mando e obediência ou numa estrutura hierárquica do conjunto da sociedade na qual a vontade de superiores e, em última instância, de alguma autoridade suprema, determina o que cada indivíduo deve ou não fazer.⁵⁵⁵ Entretanto, se para esta o conceito de ordem deriva da ideia de que ela só poderia ser criada por forças externas (exógenas) ao sistema, a segunda interpretação afirma existir, por outro lado, uma ordem cujo equilíbrio é criado a partir de dentro (endógeno), isto é, uma ordem espontânea.⁵⁵⁶ A ordem artificial (exógena) é uma ordem social construída, dirigida ou uma organização, podendo ser mais bem designada pela palavra grega *taxis*; já a ordem resultante de uma evolução é autogeradora (endógena) ou espontânea, podendo ser bem representada pela palavra grega *kosmos*.⁵⁵⁷ A *taxis* é relativamente *simples*, limitando-se a graus de complexidade moderados passíveis de apreensão por seu criador, da mesma forma que *concretas*, servindo invariavelmente aos propósitos de seu criador; o *kosmos* apresenta um grau de complexidade tão grande que uma mente humana não pode dominar, sendo a sua existência baseada em

⁵⁵³ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 160.

⁵⁵⁴ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1): uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985. p. 36.

⁵⁵⁵ *Ibidem*, p. 37.

⁵⁵⁶ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1)..., p. 37.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 38.

relações puramente *abstratas*, sem qualquer propósito específico, embora o seu conhecimento possa contribuir para a consecução dos mais diversos objetivos individuais.⁵⁵⁸

A reação dos elementos componentes da ordem artificial e da ordem espontânea ao ambiente engendra normas (convencionais ou prescritivas)⁵⁵⁹ que podem ser agrupadas em duas concepções distintas de Direito. Assim, o problema para Hayek consiste em entender que espécie de normas de conduta produzirá uma determinada ordem social e, igualmente, qual espécie de ordem será produzida por normas específicas.⁵⁶⁰ São as propriedades das normas que permitem que ações isoladas dos indivíduos produzam, através das expectativas a elas relacionadas, uma ordem global. É por isso que, para que a ordem resultante seja benéfica, é preciso que as pessoas observem normas convencionais e prescritivas, as quais digam o que elas devem ou não fazer.⁵⁶¹

Nesse mesmo diapasão, o termo “sociedade” (ou a “Grande Sociedade”) designa uma ordem global espontânea diferente dos grupos organizados que existem e seu interior, bem como dos grupos menores e mais ou menos isolados tais como a horda, a tribo ou o clã, cujos membros atuam, a princípio, submetidos à vontade de um chefe.⁵⁶² Já o “governo”, por sua vez, é entendido pelo autor como uma das organizações (uma ordem artificial) presentes no interior da Grande Sociedade, tendo por função constituir uma estrutura operacional capaz de garantir a aplicação das normas de conduta necessárias ao bom funcionamento e ao equilíbrio geral da ordem espontânea; ademais, incumbe a ele prestar serviços que a ordem espontânea não tem condições de fornecer de maneira adequada.⁵⁶³ É a função coercitiva, contudo, que é essencial à preservação da ordem geral.

As normas de conduta que regem a ordem espontânea e abstrata, as quais o governo deve preservar mediante o monopólio da violência legítima, “devem ser independentes de propósitos [comuns] e devem ser as mesmas, senão para todos os membros, pelo menos para a totalidade das classes de membros não identificados individualmente”, aplicáveis a um número desconhecido e indeterminável de pessoas e situações, aplicadas a indivíduos à luz de seus respectivos conhecimentos e propósitos.⁵⁶⁴ Tais normas gerais de Direito, fundantes da ordem

⁵⁵⁸ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1)..., p. 40.

⁵⁵⁹ Vê-se, assim, que a concepção hayekiana de norma difere substancialmente daquela noção foucaultiana, focalizada nos itens 3.1 e 3.2. Para Hayek, a norma é prescritiva ou convencional, relacionada diretamente à conduta do indivíduo frente a situações específicas. Para Foucault, a norma não se distingue de um processo de normalização vinculado a diferentes tecnologias de poder.

⁵⁶⁰ HAYEK, F. A., *op cit*, p. 46.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 47.

⁵⁶² *Ibidem*, p. 49.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 49-50.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p. 52.

espontânea, visam a uma ordem abstrata, sem propósitos particulares ou concretos, ao passo que as determinações ou as normas que regem a organização servem a resultados particulares visados por seus dirigentes.⁵⁶⁵ É por isso que, embora se possa empenhar em aperfeiçoar uma ordem espontânea pelo exame e retificação das normas gerais sobre as quais se fundamenta, bem como suplementar seus resultados mediante os esforços de várias organizações, não é possível sob hipótese alguma aperfeiçoar os resultados mediante determinações específicas que privem seus membros da possibilidade de utilizarem o próprio conhecimento em função de seus propósitos – daí a impossibilidade de adotar uma espécie de combinação da ordem espontânea com a organização.⁵⁶⁶

Na percepção hayekiana, o Direito (*nomos*) de uma ordem espontânea “consistirá em normas independentes de propósito, que regem a conduta dos indivíduos uns em relação aos outros”, destinam-se à aplicação “a um número desconhecido de situações futuras” e, “ao definir o domínio protegido de cada um, possibilitam a formação de uma ordem de ações em cuja esfera os indivíduos podem fazer planos exequíveis”.⁵⁶⁷ Essas normas formais de conduta, próprias da ordem espontânea, constituem o arcabouço do Direito Privado e do Direito Penal, não se confundindo com as demais regras do Direito Público, as quais não são normas de conduta, mas sim de organização, tendo como função definir a organização do Estado e autorizar determinada autoridade a agir de determinada maneira à luz de objetivos específicos.

⁵⁶⁸

Apenas o Direito Privado (complementado pelo Direito Penal) é *nomos*; o Direito Público, ao revés, é *thesis*, o que significa que ele é “ditado” ou “construído”, ou seja, uma ordem fabricada ou artificial.⁵⁶⁹ As regras de conduta (*nomos*) são oriundas de um processo evolutivo espontâneo, um processo de seleção das regras “por tentativa e erro”, estando elas na base do progresso social; isso significa que tais normas não são um produto da criação inventiva de legisladores, mas sim incorporadas às tradições e costumes muito antes da codificação.⁵⁷⁰ É nesse ponto que se verifica a originalidade do autor, uma vez que, para ele, as regras da justiça não são deduzidas abstratamente pela razão “natural” (jusnaturalismo) e tampouco são produto de um desígnio deliberado (positivismo); antes, elas são o resultado da experiência prática

⁵⁶⁵ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1)..., p. 52.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 53.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 99.

⁵⁶⁸ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*..., p. 164-165.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 165.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 166.

humana.⁵⁷¹ A função da lei, assim, é a de “nortear expectativas, tornando-se conhecida antes de ser aplicada”.⁵⁷²

Nesse ponto, importa esclarecer que as normas que embasam uma ordem espontânea não necessariamente terão uma origem espontânea – e nisso, para o autor, não existe contradição. Conquanto não haja dúvida de que uma ordem espontânea decorra do fato de que indivíduos passem a observar normas não deliberadamente feitas, mas surgidas do processo evolutivo acima mencionado, é concebível a ideia de que as pessoas passem a aperfeiçoá-las mediante normas conscientemente criadas.⁵⁷³ Entretanto, a legitimidade dessas normas depende de sua compatibilidade com os contornos próprios da ordem espontânea, não sendo possível aplicar a lógica finalística e concreta da legislação do Direito Público ao Direito Privado e suas relações impessoais e abstratas.

As normas de conduta orientam-se de acordo com a noção de que “boas cercas fazem bons vizinhos”, isto é, na noção de que os homens só podem usar o próprio conhecimento na busca de seus próprios fins sem colidirem uns com os outros caso seja possível traçar fronteiras claras entre seus territórios de livre ação, sendo este o motivo pelo qual o Direito, a liberdade e a propriedade constituem uma “trindade inseparável”.⁵⁷⁴ Por conseguinte, “a civilização evoluiu a partir daquela ordem espontânea de ações que é possibilitada pela delimitação de domínios protegidos de indivíduos ou grupos”.⁵⁷⁵ Em verdade, as normas de conduta justa são essencialmente negativas haja vista que buscam apenas evitar a injustiça.⁵⁷⁶ Por outro lado, a insistência em se buscar propósitos específicos (algo ínsito ao Direito Público) em uma ordem espontânea (regida primacialmente pelo Direito Privado) é algo que progressivamente “transformaria uma sociedade livre numa organização própria da ordem totalitária”.⁵⁷⁷

Como se pode deduzir, a ordem de mercado – tal qual a sociedade – é tida por Hayek como uma ordem espontânea, uma ordem que serve aos fins individuais não apenas orientando as ações e propiciando certa correspondência entre as expectativas pessoais, mas também “aumentando as perspectivas ou oportunidades de cada um de ter à sua disposição maior número de bens (i.e, mercadorias e serviços) do que podemos conseguir por qualquer outro meio”.⁵⁷⁸ Dessa maneira, a “economia” distingue-se do *kosmos* de mercado na medida em que

⁵⁷¹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 168.

⁵⁷² HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1)..., p. 103.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 47-48.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 125.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 126.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p. 128.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, p. 133.

⁵⁷⁸ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 2): uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985. p. 129.

consiste numa ordenação intencional dos meios conhecidos por alguma vontade individual ou órgão dirigente (ideia aplicável a um lar, uma fazenda ou uma empresa, os quais representam diferentes “economias”), enquanto a ordem de mercado não é e nem poderia ser governada por uma escala única de fins, servindo, ao contrário, “à multiplicidade de fins distintos e incomensuráveis de todos os seus membros individuais”.⁵⁷⁹

É tendo em mente essa ambiguidade da palavra “economia” que Hayek prefere empregar o termo *catalaxia* para designar “a ordem ocasionada pelo mútuo ajustamento de muitas economias individuais num mercado”, sendo ela “o tipo especial de ordem espontânea produzida pelo mercado, mediante a ação de pessoas dentro das normas jurídicas da propriedade, da responsabilidade civil e do contrato”.⁵⁸⁰ A ordem espontânea do mercado, portanto, é uma ordem catalática regida pelas normas de conduta anteriormente referidas, a saber, pelas normas de Direito Privado e Direito Penal, sem quaisquer propósitos comuns.

A radicalidade da reflexão hayekiana reflete a originalidade do pensamento neoliberal. Para esse autor, a Grande Sociedade se mantém coesa graças às relações econômicas, significando isso que o vínculo social teria natureza estritamente econômica, sendo ele ameaçado por normas organizacionais (tais como aquelas movidas pela ideia de “justiça social”) introduzidas desastrosamente por legisladores a relações que deveriam ser regidas por normas abstratas e impessoais. Dessa forma, apesar de existir na estrutura social relações que não sejam econômicas, é a ordem de mercado que possibilitaria a conciliação de projetos divergentes, mesmo que esses projetos persigam fins não econômicos.⁵⁸¹

Nota-se, com efeito, que a linha de pensamento até aqui desenvolvida desemboca em efeitos nada triviais do ponto de vista prático. Sociedade e ordem de mercado tornam-se sinônimos, devendo a atuação estatal simplesmente atuar para preservar ou, quando muito, aperfeiçoar essa ordem espontânea cujo bom funcionamento depende de legisladores e juízes comprometidos com a liberdade individual. Isso porque o mercado configura a única ordem global a abranger quase toda a humanidade, de modo que o seu bom funcionamento passa a ser o “padrão para o julgamento de todas as instituições específicas”.⁵⁸²

É nesse sentido que a governamentalidade neoliberal, conforme assevera Michel Foucault (cf. item 3.2), implica a vigilância diuturna do Estado e de suas instituições pelo mercado. Nas palavras de Hayek, “a política governamental não precisa ser norteadada pela busca

⁵⁷⁹ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 2)..., p. 130.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 131.

⁵⁸¹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*..., p. 163.

⁵⁸² HAYEK, F. A, *op cit*, p. 137.

de resultados particulares, podendo ter por finalidade assegurar uma ordem global abstrata, de caráter tal que garanta aos seus participantes a maior probabilidade de alcançar os seus fins particulares”, sendo o objetivo da política simplesmente aumentar, de forma equânime, a probabilidade de que qualquer membro desconhecido da sociedade realize seus propósitos (igualmente desconhecidos), restringindo-se o uso da coerção (além da arrecadação de impostos) à aplicação das normas de conduta universais, tendentes a maximizar as oportunidades de todos.⁵⁸³

Essa ordem catalática – responsável pela coesão social e a qual o Estado deve precipuamente servir –, por sua vez, funciona nos termos de um jogo gerador de riqueza, que aumenta o fluxo de bens e as perspectivas de todos os participantes, coordena fins particulares e desconhecidos e possibilita a satisfação das mais variadas necessidades.⁵⁸⁴ Todavia, em se tratando de um jogo, pode-se defini-lo como “uma competição disputada segundo normas e decidida pela maior habilidade, força ou boa sorte”,⁵⁸⁵ devendo os seus jogadores orientar a conduta para a competição sem a necessária certeza do sucesso. As únicas armas de que tais jogadores dispõem são as informações transmitidas sob a forma de preço, as quais refletem as condições de oferta e demanda e coordenam as ações dos agentes de mercado no sentido da satisfação de necessidades desconhecidas.⁵⁸⁶ Também são essas informações que possibilitam a entrada de novos jogadores e a inovação em bens e serviços, o que se opera de acordo com a dinâmica própria da concorrência.⁵⁸⁷

As normas de conduta (*nomos*), assim, são absolutamente necessárias para o disciplinamento do jogo e o correto funcionamento da ordem espontânea de mercado. As três leis fundamentais do Direito Privado são as da estabilidade das posses, a da transferência destas mediante o consentimento e a do cumprimento das promessas; em outras palavras, a liberdade de contrato, a inviolabilidade da propriedade e o dever de compensar o outro pelos danos eventualmente causados.⁵⁸⁸ Por outro lado, a lei verdadeira ou legítima deve ostentar

⁵⁸³ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 2)..., p. 138.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 139.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 139.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 140.

⁵⁸⁷ “Assim, na ordem de mercado, cada um é levado pelo ganho, que lhe é visível, a atender a necessidades que lhe são invisíveis e, para fazê-lo, a valer-se de circunstâncias particulares desconhecidas, que lhe permitem satisfazer essas necessidades a um custo tão reduzido quanto possível, em relação a outras coisas que se poderiam produzir em seu lugar. E quando só uns poucos já estão inteirados de um importante fato novo, os tão difamados especuladores logo tratarão de difundir essa informação relevante através de uma oportuna mudança de preços. O efeito importante disso será, obviamente, não uma adaptação sempre perfeita às novas circunstâncias, mas o fato de todas as mudanças serem, em geral, levadas em conta tão logo cheguem ao conhecimento de alguém ligado àquele ramo de negócios”. *Ibidem*, p. 140.

⁵⁸⁸ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 168.

necessariamente três características: 1) a generalidade (não podendo jamais ter efeitos retroativos ou fazer referência a pessoas, espaços ou objetos particulares, 2) a certeza ou previsibilidade (tais regras devem ser conhecidas e indubitáveis para compensar a incerteza ínsita ao jogo da ordem espontânea de mercado) e 3) a igualdade (todas as normas de conduta devem ser aplicadas igualmente a todos, inclusive ao Estado, não se concebendo o favorecimento de pessoas ou grupos).⁵⁸⁹

De acordo com tal concepção, tudo que ponha em causa essas normas constitui uma ameaça à liberdade individual, devendo o Estado a elas conformar-se. Aliás, se toda a sociedade repousa sobre “relações econômicas”, as regras de Direito Privado devem prevalecer universalmente, inclusive para as organizações que independem da ordem espontânea.⁵⁹⁰ Como destacam Dardot e Laval, “para Hayek, foi esse princípio da autoaplicação pelo Estado das regras gerais do direito privado que recebeu historicamente na Alemanha a denominação de ‘Estado de Direito’ (*Rechtsstaat*)”, daí derivando a ideia de que seria o Estado de Direito o critério que permitiria distinguir entre as medidas compatíveis e as incompatíveis com o sistema de liberdade.⁵⁹¹

A subordinação do poder governamental a esse princípio peculiar de Estado de Direito terá duas consequências notórias: 1) a máquina estatal deverá preservar a eficiência da ordem do mercado, de maneira que a certeza proporcionada pelo quadro jurídico deve compensar a incerteza ínsita ao próprio jogo concorrencial, donde deflui a enorme relevância da ação coercitiva do Estado (e, conseqüentemente, do Direito Penal) no que tange à punição de infrações praticadas contra as regras de conduta; 2) o Estado deverá prestar serviços que dependem de seu esforço para a criação e um quadro favorável à tomada de decisões individuais (instauração e manutenção do sistema monetário, definição de pesos e medidas, disponibilização de informações para a realização de estatísticas, organização a educação sob uma ou outra forma etc.) e outros serviços desejáveis, porém não fornecidos pela empresa concorrencial porque seria difícil ou impossível fazer os beneficiários pagarem (serviços sanitários e de saúde pública, construção e manutenção de estradas etc.).⁵⁹²

Na síntese de Dardot e Laval, extrai-se das reflexões hayekianas três diferenças principais entre o neoliberalismo e o liberalismo clássico: é somente o primeiro que 1) faz das relações econômicas internas ao jogo do mercado o fundamento de toda a sociedade; 2)

⁵⁸⁹ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 176.

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 172.

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 172.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 178-179.

identifica as regras jurídicas com as regras do Direito Privado e do Direito Penal (em especial as do Direito Comercial), oriundas de um processo inconsciente e evolutivo de seleção; 3) propugna que o Estado deve aplicar a si mesmo as regras de Direito Privado, sendo considerado igual a qualquer outra pessoa privada e devendo “impor, em sua própria atividade legislativa, a promulgação das leis fiéis à lógica desse mesmo direito privado”.⁵⁹³

Diferentemente dos autores austro-americanos, representados neste item por Friedrich Hayek e avessos a qualquer tipo de construtivismo, os ordoliberais como Walter Lippmann ou Louis Rougier pensam a ordem de mercado como uma ordem construída ou artificial, de forma a sublinhar a dimensão institucional da organização social.⁵⁹⁴ Essa perspectiva construtivista – repudiada por Hayek –, por exemplo, permite que os ordoliberais discutam temas como “economia social de mercado”, o que seria impensável do ponto de vista do racionalismo evolucionista, já que este último repudia a ideia de uma legislação direcionada a fins sociais ou redistributivos. Nada obstante, de forma muito diferente do que se verificava no liberalismo clássico, o neoliberalismo (seja ele o austro-americano ou o alemão) evoca a noção de uma “sociedade de Direito Privado” dependente da atuação do Estado como um verdadeiro guardião desse mesmo Direito, haja vista que são as normas que dele derivam as responsáveis por sustentar a ordem natural de mercado e, em última instância, proporcionar a maximização do bem-estar respaldada pela liberdade individual.⁵⁹⁵

Nessa mesma senda, pode-se perceber como a noção de uma governamentalidade neoliberal atribui um *status* completamente diferente ao fenômeno jurídico no que concerne à sua relação com a economia, afastando-se da visão compartilhada pela corrente marxista, vista com maiores detalhes no item 2.3. Apesar de Foucault ressaltar esse ponto levando em consideração apenas o discurso ordoliberal, entende-se que sua reflexão vale igualmente para o neoliberalismo austro-americano, aqui representado no pensamento de Hayek. Com efeito, ao se examinar de perto os escritos desses autores comprometidos com a subjetividade empresarial e a disseminação da norma da concorrência em todos os âmbitos da vida e das instituições, conclui-se que “o jurídico não é da ordem da superestrutura”, ou seja, não é concebido como um simples instrumento em relação à economia; ao contrário, “o jurídico enforma o econômico, econômico este que não seria o que é sem o jurídico”.⁵⁹⁶ O econômico não é um conjunto de

⁵⁹³ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 181-182.

⁵⁹⁴ *Ibidem*, p. 83.

⁵⁹⁵ A expressão “sociedade de Direito Privado” (*Privatrechtsgesellschaft*) foi criada pelo ordoliberal Franz Böhm e retomada por Hayek no segundo volume de “Direito, Legislação e Liberdade”. Com relação à expressão “Estado forte, guardião do Direito Privado”, Dardot e Laval citam-na como uma variação das ideias de F. Böhm, embora não se tenha notícia da sua reprodução por Hayek. Cf. *Ibidem*, p. 116-119.

⁵⁹⁶ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 225.

processos a que viria se somar um Direito mais ou menos compatível, mas “um conjunto de atividades reguladas”, uma ordem econômico-jurídica que marca a indissociabilidade de ambos.⁵⁹⁷ Ainda nesse aspecto, o capitalismo não seria um processo vindo de baixo que subverteria um Direito consolidado, mas uma complexa e singular figura econômico-institucional, absolutamente contingente em função da moldura jurídica que a sustenta.⁵⁹⁸

Em outras palavras, o neoliberalismo não implica apenas a destruição de direitos e instituições consagradas no âmbito do Direito do Trabalho. Conquanto isso seja inegável – e a perspectiva marxista bem o demonstra e denuncia –, é igualmente verdade que a racionalidade neoliberal se imiscui nas dobras desse mesmo Direito, atuando no sentido de construir e incitar discursos e subjetividades que simplesmente não mais fazem sentido nos termos da proteção dispensada pelo velho Direito do Trabalho, gestado ainda no século XIX. A figura do homem-empresa, suscitada no item 3.2, passa a ser disseminada socialmente com o apoio do arcabouço jurídico e paulatinamente transforma (ou normaliza) as condutas individuais sob o signo da concorrência e em detrimento das noções de solidariedade. É justamente por essa chave interpretativa que se pode questionar se a flexibilização do Direito do Trabalho significaria, de um lado, a pura e simples destruição desse ramo jurídico especializado ou, de outro giro, sua absorção por princípios de Direito Privado⁵⁹⁹ que pouco a pouco ressignificam a concepção social de trabalho subordinado. Quaisquer das duas opções engendram preocupações em face dos compromissos, nacionais ou internacionais, com a tutela dos direitos sociais e a diminuição das desigualdades, já que não apenas a distribuição de renda, como também a qualidade de vida, dependem intimamente das condições ligadas às relações laborais. Há de se questionar, por conseguinte, se essa “privatização” do Direito do Trabalho, ligada ao ideal neoliberal de uma sociedade de Direito Privado, teria de fato potencial para o aumento da renda e da qualidade de vida da população.

A temática da terceirização não deixa de ser uma boa representação prática desse dilema. Não há dúvida de que, seguindo as teorizações hayekianas, a extensão da possibilidade de

⁵⁹⁷ FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica...*, p. 225.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 226-227.

⁵⁹⁹ Embora possa ser considerado um ramo do Direito Privado, o Direito do Trabalho clássico tem um forte componente de regulação pública em sua origem, já que o Estado intervém na relação trabalhista entre sujeitos privados de maneira a disciplinar esse vínculo em razão da hipossuficiência do empregado. Nesse sentido, de acordo com Krein: “(...) A desregulamentação é compreendida como um enfraquecimento do Estado e da negociação coletiva na normatização das relações de trabalho, fragilizando um padrão previamente existente de regulação pública do mercado de trabalho e fortalecendo uma regulação privada, nos âmbitos do mercado e do poder discricionário do empregador de estabelecer de forma discricionária e unilateral as condições de uso, contratação e remuneração do trabalho”. KREIN, J. D.; DOS SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. *Revista ABET*, João Pessoa, v. X, n. 2, jul./dez. 2011. p. 33. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15599/8913>. Acesso em: 5 dez. 2019.

terceirização às atividades-fim do empresário deveria ser comemorada, não apenas porque o antigo entendimento do TST (de restrição a essa possibilidade apenas às atividades-meio) configuraria uma finalidade social protetiva incompatível com a abstração e a igualdade das relações de mercado, mas também porque eliminaria barreiras à livre oferta e contratação de serviços e, assim, faria estimular a norma da concorrência em todos os setores passíveis de subcontratação da mão de obra. A mesma concepção vale para os ordoliberais, para os quais a concorrência é a alma da economia de mercado.

Todavia, esse entendimento apenas se sustenta porque Hayek não acredita haver vencedores ou perdedores no jogo da catalaxia – nem tampouco aceita existir “problemas sociais” oriundos do rebaixamento de posições materiais de certos grupos de indivíduos –, porquanto a dependência da habilidade ou da sorte dos jogadores não pode qualificar o seu resultado como “justo” ou “injusto”.⁶⁰⁰ Justa é apenas a norma (abstrata) de conduta dotada de generalidade, certeza e igualdade; injusta, por outro lado, é a “interferência” que perturba a ordem da espontânea com vistas a resultados específicos (justiça social, redistribuição de renda etc.).⁶⁰¹ Nada obstante, tal posicionamento conflita frontalmente com dispositivos da Constituição da República⁶⁰² e até mesmo com o ideal de fortalecimento do mercado, já que o aumento da desigualdade resultante do achatamento salarial – um dos possíveis efeitos da terceirização, como visto no item 1.3 – desestimula a produção e o consumo de massa.

Seja como for, é fato que ao se compartilhar as premissas teóricas dessa corrente do pensamento crítico, que permite refletir sobre o neoliberalismo a partir de seus próprios discursos, como uma racionalidade de governo e não meramente como uma política destrutiva de espoliação, torna-se possível ensaiar uma interpretação distinta daquela apresentada no item 2.3 a respeito do advento da nova legislação brasileira sobre terceirização, cujo principal efeito foi permitir a extensão da relação jurídica “triangular” para todas as atividades empresariais.

Nessa perspectiva, é crucial resgatar a ideia, desenvolvida ao longo deste terceiro capítulo, segundo a qual a racionalidade neoliberal toma corpo a partir de um conjunto de dispositivos, sejam eles discursivos, institucionais, jurídicos ou econômicos, os quais “formam uma rede complexa e movediça, sujeita a retomadas e ajustes em função do surgimento de

⁶⁰⁰ HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 2)..., p. 150.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 152.

⁶⁰² Apenas para exemplificar, prevê a Constituição brasileira (art. 3º, I, II e III) que constituem objetivos fundamentais da República Federativa 1) construir uma sociedade livre, justa e solidária, 2) garantir o desenvolvimento nacional e 3) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Ademais, o art. 7º, *caput*, prescreve que os direitos fundamentais dos trabalhadores estão orientados de acordo com a “melhoria de sua condição social”.

efeitos não desejados, às vezes contraditórios com o que se buscava inicialmente”.⁶⁰³ A terceirização surgiria, assim, como uma prática ou um dispositivo de saber-poder parte de um processo global de descentralização produtiva fruto do pós-fordismo e/ou do toyotismo, lógicas propulsoras da organização empresarial em rede, típica do capitalismo globalizado. A mercantilização por ela operacionalizada não seria simplesmente parte de uma política destinada a restaurar o “puro” capitalismo de antigamente – ou o liberalismo tradicional –, da mesma maneira que não seria reflexo da simples retirada de cena do Estado em prol da marcha inexorável da lei do valor. Tratar-se-ia, sim, de uma estratégia vinculada ao exercício do poder governamental sob novas referências doutrinárias – vide o radicalismo e a originalidade das teorizações de Hayek –, atreladas a mudanças nas regras de funcionamento do capitalismo, a saber, transformações em direção à sua globalização e financeirização.⁶⁰⁴ Exemplo importante disso é o fato de que a relação jurídica trilateral, no Brasil, não foi encorajada em razão de um abstencionismo ou de uma miniaturização estatal; ao contrário, foi incentivada e conduzida por uma modificação na própria forma de atuação do Estado, como visto no item 1.3.⁶⁰⁵

As políticas neoliberais – subordinadas àquela racionalidade governamental – avançariam segundo uma dimensão estratégica (e isso no sentido definido no item 3.2), e não consoante um “complô” personificado em determinados personagens movidos por interesses egoísticos; avançariam sob a pressão de certas condições (no caso da terceirização brasileira, principalmente em razão do processo de abertura do mercado e da necessidade de redução de custos em um novo contexto de acirrada concorrência), movidas por forças e personagens diversificados e com interesses heterogêneos, aglutinados segundo condições históricas e contingentes. A disseminação social dessa racionalidade, portanto, ocorreria nos termos de um enfrentamento de forças que lhe impõe avanços e recuos dentro de cada realidade política nacional e institucional.

Como já ressaltado no item 3.2, tal estratégia neoliberal consistiria em criar o maior número possível de situações de mercado e organizar por diversos meios a “obrigação de escolher”, de modo que os indivíduos aceitem a situação de mercado como “realidade”, como única “regra do jogo”, incorporando a “necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder ‘no jogo’ e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital

⁶⁰³ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 384.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 190.

⁶⁰⁵ “(...) Não há como ignorar que foi no setor público que a terceirização teve seu primeiro avanço no campo da legalidade. E foi exatamente no período da ditadura militar que surgiu o primeiro ataque ao modelo ordinário de contrato de trabalho firmado entre empregado e empregador”. MAEDA, P. *A era dos zero direitos: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora*. São Paulo: LTr, 2017. p. 88.

pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida”.⁶⁰⁶ Partindo de tal concepção – plenamente coerente com as reflexões jurídico-sociais hayekianas –, não surpreende que a “excessiva rigidez” do mercado e do Direito do Trabalho tenha sido um dos primeiros alvos da governamentalidade neoliberal, que se concretiza com vigor na liberalização da terceirização da mão de obra.

Pois bem, como já visto anteriormente (cf. capítulo 2), os autores representantes da chamada corrente marxista da espoliação partem de diferentes pressupostos para analisar a flexibilização do Direito do Trabalho. Quando se trata de estabelecer uma interpretação sociojurídica a respeito do marco legal do trabalho terceirizado no Brasil (leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017), esses mesmos pressupostos podem induzir alguns deles a entenderem-no parte de uma ofensiva político-econômica neoliberal que teria tomado corpo no Brasil principalmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, como se o neoliberalismo, até então, permanecesse adormecido, ou no mínimo enfraquecido, nos anos que antecederam a Reforma Trabalhista capitaneada por Michel Temer (a propósito, Ricardo Antunes fala em uma “contrarrevolução neoliberal”). De outra banda, conceber o neoliberalismo como uma racionalidade normativa e governamental, nos termos das teorizações expostas ao longo do presente capítulo 3, permite enxergá-lo como uma tendência dominante e ininterrupta desde os anos 1990 (cf. item 1.2), quando o fim da ditadura militar forçou a abertura econômica do país e engendrou mudanças significativas no Direito do Trabalho em prol dos ditames da concorrência e da geração de empregos, o que se viu sobretudo durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Em outras palavras, essa corrente crítica de pensamento impede que se atrele de forma determinante o neoliberalismo a uma política própria de determinado personagem ou de determinado partido, sendo antes uma racionalidade que se impõe a governantes e governados como uma espécie de necessidade, um imperativo do mundo dos fatos contra o qual não se admite qualquer alternativa. É por isso que seus adeptos não enxergariam a promulgação do marco regulatório em apreço como um fenômeno resultante de uma fratura ou de uma exceção em relação à política econômica dos anos anteriores, e sim como um dispositivo estratégico de uma governamentalidade dominante, a qual estrutura a sociedade, o Direito e os comportamentos individuais de acordo com os postulados empresariais da competição.

Na esteira desta perspectiva, embora a tendência ao aprofundamento de uma política econômica neoliberal tenha arrefecido a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2006), já

⁶⁰⁶ DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo...*, p. 217.

que a partir desse período a política de valorização do salário mínimo, o crescimento das políticas públicas de caráter redistributivo de renda, bem como o aumento significativo da formalização do mercado de trabalho contribuíram para uma redefinição do papel do Estado brasileiro em relação à economia, principalmente a partir da crise mundial de 2008, ainda assim foi possível observar o avanço da flexibilização do Direito do Trabalho nesse mesmo período.

⁶⁰⁷ Ocorre que, diferentemente de 2017, quando a conjuntura política permitiu uma ampla Reforma Trabalhista (incluindo o marco regulatório da terceirização), o governo Lula promoveu uma flexibilização voltada a “públicos específicos (pessoa jurídica, micro e pequenas empresas, jovens)”. ⁶⁰⁸ Apesar de outras medidas contraditórias do período, que possibilitaram, em outro sentido, o avanço na regulação pública trabalhista, ⁶⁰⁹ houve a continuidade ininterrupta do aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho de acordo com “a lógica determinada pelas mudanças mais estruturais de um capitalismo globalizado e financeirizado” – avanço da remuneração variável, da jornada flexível e formas de contratação.

⁶¹⁰

Já foi visto no item 1.2 que o período de 2003 a 2010, no Brasil, apesar de representar um ciclo de desconcentração de renda, encontrou limites muito precisos num conjunto de tendências ínsitas ao caráter periférico da economia nacional, notadamente as dificuldades do mercado em criar empregos mais qualificados do que aqueles mais facilmente encontrados no setor de serviços pessoais ou na construção civil, para além de uma contínua deterioração das condições de trabalho com o aumento da terceirização, da taxa de rotatividade, da flexibilização dos contratos e do número de acidentes de trabalho. ⁶¹¹ Para Ruy Braga, a ampliação do mercado de trabalho, fruto da expansão econômica dos anos 2000, implicou a absorção em ocupações formais de uma massa de trabalhadores; “no entanto, a inserção desses trabalhadores em ocupações terceirizadas, precárias e sub-remuneradas não tardou a apresentar-lhes o lado degradado do emprego formal”. ⁶¹²

Em relação ao Direito do Trabalho, portanto, nota-se que a sanha neoliberal pela sua flexibilização não foi interrompida no interstício que separa o governo FHC e o governo Michel Temer. Mesmo que de forma contraditória, convivendo com outras medidas contrárias ao

⁶⁰⁷ KREIN, J. D.; DOS SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições..., p. 41.

⁶⁰⁸ KREIN, J. D.; DOS SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições..., p. 41.

⁶⁰⁹ Para verificar exatamente quais as medidas legislativas são referidas pelo autor, cf. *Ibidem*, p. 37-46.

⁶¹⁰ *Ibidem*, p. 44.

⁶¹¹ BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. V. (Orgs). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69.

⁶¹² BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes..., p. 70.

aprofundamento dessa flexibilização, ela continuou sendo fomentada entre avanços e recuos, seja mediante a legislação, seja mediante as novas formas de organização empresarial toyotistas, para as quais a legislação trabalhista de inspiração fordista (compatíveis com as grandes fábricas de organização vertical, onde a noção de carreira e de continuidade na relação de trabalho ainda fazia algum sentido para a maioria dos assalariados) seria obsoleta.

É nesse sentido que estudos qualitativos, como os de Chahad ⁶¹³ e Pochmann, ⁶¹⁴ evidenciam que a expansão da terceirização é contínua no mercado de trabalho brasileiro. O crescimento médio ininterrupto dessa forma de contratação (da década de 1990 até os dias atuais), independentemente da orientação da política econômica estatal, independentemente do partido que domina o Poder Executivo, parece indicar que essa prática (ou dispositivo), pouco a pouco acalentada e promovida pelo Direito, está atrelada a uma racionalidade que orienta a conduta dos agentes econômicos (empresas e Estado) de forma constante. Dessa maneira, nada obstante o marco legal da terceirização ter sido possibilitado somente em 2017, entende-se que o seu advento apenas consolida uma “política da sociedade” (cf. item 3.2) duradoura, na qual o vínculo empregatício bilateral deixa de fazer sentido conforme avança a organização empresarial em rede, o que de maneira nenhuma é resultado de uma única classe ou de um único governante, mas de uma estratégia neoliberal dominante e renitente que constrói seus próprios sujeitos e artífices no devir histórico que a caracteriza.

⁶¹³ Estudo desse autor, focalizado na Região Metropolitana de São Paulo, indica que “a evolução dos trabalhadores terceirizados revela um crescimento vigoroso de cerca de 45,5% entre 1995 e 2002, bastante acima do crescimento verificado para o total de ocupados, ou mesmo dos assalariados ocupados”. CHAHAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo Perspec*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, Dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶¹⁴ Estudo desse autor, focalizado no Estado de São Paulo, indica que: “Se entre 1985 e 1995 o número de trabalhadores terceirizados cresceu 9% como média anual e a quantidade de empresas aumentou 22,5% como média ao ano, no período subsequente (1996 – 2010), a expansão média anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% e de 12,4% ao ano para o crescimento médio anual das empresas. No período como um todo (1985 – 2010), o universo de trabalhadores terceirizados elevou-se em média 11,1% ao ano, enquanto as empresas aumentaram 16,4% como média anual”. POCHMANN, M. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. *Revista do TST*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2014/n%203/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20desregulada%20e%20seus%20efeitos%20no%20mercado%20de%20trabalho%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve por objetivo realizar uma análise do marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil, cujos delineamentos foram estabelecidos a partir da promulgação das Leis nº 13.429 e 13.467, ambas de 2017, e do julgamento do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 324 e do Recurso Extraordinário (RE) nº 958.252, em 30 de agosto de 2018. No entanto, uma vez existindo diversos pontos passíveis de estudo a partir dessas fontes normativas, optou-se por concentrar os esforços analíticos sobre a principal novidade deste marco regulatório: a possibilidade de terceirização de todas as atividades empresariais, eliminando-se a antiga distinção jurisprudencial, consubstanciada na Súmula nº 331 do TST, entre atividade-meio e atividade-fim.

Para tanto, foi essencial evidenciar que o foco de estudo não consistiria em enquadrar a terceirização como *norma* – isto é, em compreender como a inédita extensão dessa forma de subcontratação impactaria o ordenamento jurídico ou, ao contrário, dele sofreria limitações intrínsecas –, mas sim como um *fato* socioeconômico incontornável num mundo globalizado, no qual boa parte das grandes empresas são estruturadas e geridas consoante certos pressupostos oriundos do toyotismo ou do pós-taylorismo. Paralelamente a isso, sua concretude fática encontra espaço privilegiado no modelo de acumulação pós-fordista, o qual inevitavelmente transforma as feições do antigo Estado de Bem-estar (*Welfare State*) e progressivamente reestrutura (ou desestrutura) um de seus principais pilares: o Direito do Trabalho e a sua relação jurídica bilateral, responsáveis por inúmeras conquistas sociais dos trabalhadores, mormente no período pós-guerra (1945-1973).

O intento de analisar a principal novidade do marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil sob a sua dimensão fática, por sua vez, significou a abertura da pesquisa para além das fronteiras do Direito do Trabalho, exigindo-se do investigador o trânsito pela Sociologia do Direito, Sociologia do Trabalho e Filosofia do Direito. E isso principalmente porque se optou por perquirir o advento da possibilidade de “terceirização total” no Brasil de maneira crítica, movida pela preocupação ética com a produção, reprodução e desenvolvimento da vida do sujeito trabalhador em comunidade. Desse modo, em existindo tal mutação legislativa de grande envergadura e de potenciais efeitos sobre os empregados, foi preciso identificar cuidadosamente seus pontos mais sensíveis do ponto de vista sociojurídico.

Com base em tal perspectiva, constatou-se que, embora essa espécie de subcontratação (também chamada de relação jurídica trilateral ou “triangular”) derive diretamente de fatores

econômicos vinculados às relações sociais de produção, é fato que sua difusão é concomitante a transformações epistemológicas, políticas e culturais muito particulares à segunda metade do século XX, comumente reunidas sob o rótulo da pós-modernidade. Nada obstante, verificou-se ainda que, no Brasil, a terceirização não surge como uma necessidade espontânea de especialização produtiva, mas foi introduzida e fomentada pelo próprio Estado em três momentos-chave: 1) a reforma administrativa de 1967, levada a efeito pelos militares, 2) a política pública de desestatização dos anos 1990, na transição democrática, e 3) a política econômica adotada após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, com o estímulo a reformas estruturantes com vistas à superação da crise econômica de 2014. Com efeito, não seria correto, por um lado, abordar a temática somente pelo viés econômico, da mesma forma que, de outro, não seria prudente ignorar suas profundas imbricações com o poder.

Por outro lado, levou-se em consideração que uma pesquisa pretensamente crítica sobre a possibilidade de terceirização irrestrita no setor privado brasileiro necessitaria encontrar sólida base empírica para que lhe fossem apontados possíveis caminhos teóricos. Afinal de contas, quais seriam as evidências que sustentariam visões radicalmente distintas a respeito dos impactos dessa forma de subcontratação sobre os direitos sociais? Nesse ponto, a despeito de algumas dificuldades incontornáveis que impedem a formação de um juízo de valor definitivo,⁶¹⁵ foi possível mapear quatro aspectos potencialmente problemáticos: 1) salários menores com maior prejuízo às parcelas mais vulneráveis da população; 2) jornadas de trabalho mais exaustivas em ocupações mais perigosas; 3) maior rotatividade no emprego e 4) condições laborais mais precárias, de maneira a aumentar a possibilidade de acidentes de trabalho.

Os números, as diferentes metodologias e a escassez de dados concretos demonstram que nenhum desses quatro pontos é pacífico o suficiente para estabelecer uma relação de causalidade cristalina e direta entre o trabalho terceirizado e a perda de direitos. Entretanto, todos os estudos empíricos analisados aventaram a possibilidade de que determinados trabalhadores sejam prejudicados diretamente em relação a outros na mesma situação simplesmente pelo fato de serem terceirizados, o que não deixa de ser uma dedução lógica, uma vez que a subcontratação pode vir a ser utilizada como mera ferramenta de redução do custo da mão de obra em detrimento da remuneração do empregado. Ora, é justamente essa possibilidade, aliada a inúmeros casos concretos relatados por membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público do Trabalho, que justifica a cautela com relação à expansão da relação

⁶¹⁵ Tais como a escassez de estudos empíricos dessa natureza no Brasil, os obstáculos para a captação de dados fidedignos em razão da distinção jurisprudencial entre atividade-meio e atividade-fim, bem como a inacessibilidade a determinados dados sigilosos.

jurídica trilateral a toda e qualquer atividade empresarial, mormente em um país de notáveis desigualdades nacionais e regionais.

Tomando como ponto de partida os estudos de autores críticos do Direito do Trabalho, notou-se que muitos se opõem à expansão do trabalho terceirizado – por seu inevitável caráter precarizante – de modo a associá-lo a “políticas neoliberais”, as quais estariam acarretando retrocessos imensuráveis no padrão de proteção ao trabalhador alcançado pela CLT e pela Constituição de 1988, motivo pelo qual essa prática empresarial mereceria ser limitada em prol da efetividade dos direitos trabalhistas. Analisando-se mais de perto, foi possível verificar que tais autores suscitam a figura do neoliberalismo como política econômica, doutrina ou ideologia responsável pela flexibilização do Direito do Trabalho no Brasil a partir dos anos 1990, sendo o marco regulatório de 2017 um novo sintoma de recrudescimento do neoliberalismo no país, o que invariavelmente redundaria em um novo processo destrutivo em relação à legislação responsável pela tutela dos direitos sociais relacionados ao labor humano.

A linha de raciocínio desenvolvida na presente dissertação assumiu conscientemente esta premissa, presente nas reflexões de uma parcela dos autores críticos do Direito do Trabalho brasileiro, no sentido de que o avanço da terceirização no país estaria de algum modo relacionado ao que se chama genericamente de neoliberalismo. Aliás, essa categoria conceitual aparece recorrentemente nos estudos que tratam da dimensão econômica da globalização, estando mesmo muito próxima do que se chama de paradigma de acumulação flexível ou pós-fordista. Todavia, não se pôde deixar de observar que o referido conceito de neoliberalismo progressivamente vem caindo em descrédito, seja pela falta de um sentido claro, pelo exagero na sua utilização como mero artifício retórico ou até mesmo pelo economicismo, já que frequentemente é aventado unicamente como expressão de uma política econômica destrutiva e planejada, fruto do fundamentalismo de mercado – o que pode não necessariamente corresponder com alguns dados da realidade.

Por conseguinte, ao adotar a premissa de que o marco regulatório da terceirização no Brasil estaria de algum modo relacionado à (polêmica) noção de neoliberalismo, sendo teoricamente possível encontrar nessa noção uma de suas causas, entendeu-se como necessária uma reflexão mais profunda sobre as correntes de pensamento filosóficas ou sociológicas que estão na raiz de duas distintas compreensões desse conceito, aqui chamadas, com inspiração em Ruy Braga, de correntes (marxista) da espoliação e (foucaultiana) da racionalidade governamental. Julga-se, a propósito, que tal escolha metodológica teve duas vantagens simultâneas: 1) evitar a banalização do conceito de neoliberalismo, na medida em que a exploração de suas raízes teóricas, ou de suas distintas e possíveis formas de interpretação,

impede a sua propagação como simples artifício retórico e fomenta a reflexão sobre a própria reflexão crítica que se faz sobre a temática da flexibilização do Direito do Trabalho; 2) possibilitar uma exposição teoricamente embasada de argumentos críticos à “terceirização total”, oriundos de diferentes escolas do pensamento. Para além dessas vantagens, tinha-se a expectativa de que cada uma dessas correntes apresentasse possíveis interpretações sobre as causas do advento do marco regulatório da terceirização no Brasil.

A corrente (marxista) da espoliação é aquela utilizada pelos autores críticos do Direito do Trabalho apresentados no item 1.4, sendo, portanto, bastante conhecida no âmbito jurídico. Suas raízes encontram-se na Sociologia do Conflito Social, segundo a qual o neoliberalismo seria uma política econômica, doutrina ou ideologia classista e vinculada à busca das frações da classe dominante pela retomada da lucratividade, uma vez que o modelo de acumulação fordista-keynesiano resultou na diminuição global da taxa de lucratividade dos empregadores. Alicerçada na crítica da Economia Política, na teoria do valor-trabalho e no conflito fundamental entre capital e trabalho, os autores dessa escola entendem o avanço indiscriminado da relação jurídica trilateral como uma estratégia de enfraquecimento ou até mesmo de destruição do Direito do Trabalho (classicamente erigido tendo como referência o vínculo empregatício bilateral), tendo como resultado o aprofundamento da mercantilização do próprio ser humano.

Por outro lado, a corrente que concebe o neoliberalismo como racionalidade governamental é relativamente desconhecida no âmbito jurídico, sendo inspirada sobretudo em Michel Foucault. Esse deslocamento metodológico do materialismo histórico (marxiano) para o pós-estruturalismo (foucaultiano), como visto, ensejou visões muito diferentes sobre o neoliberalismo. Foucault não enxerga este último como política econômica, doutrina ou ideologia; ao contrário, enquadra-o como uma racionalidade governamental ou “arte de governo”. Inspirado pela análise ascendente do poder, bem como por peculiar visão sobre as imbricações entre saber e poder, Foucault se preocupa em abordar o neoliberalismo como uma racionalidade – sustentada no biopoder e na população – que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados segundo o princípio universal da concorrência, difundindo igualmente a empresa como modelo de subjetivação. A terceirização, nesse mesmo diapasão, seria um dispositivo atrelado àquela racionalidade, fazendo parte de uma estratégia (cuja noção foucaultiana difere de um planejamento centralizado) consubstanciada numa “política de sociedade” específica, plenamente coerente com a lógica globalizada das redes empresariais.

Constatou-se que os autores que compartilham das premissas da corrente (marxista) da espoliação inclinam-se a uma visão peculiar da forma jurídica, como se esta padecesse de uma debilidade estrutural por sua inserção no modo de produção capitalista, o que seria ainda mais visível no caso do Direito do Trabalho, uma vez que a sua razão de existência seria justamente intermediar a extração de mais-valor. Nesse contexto, os direitos sociais dos trabalhadores estariam sempre em posição de fragilidade perante a dinâmica geradora do valor, podendo-se interpretar a expansão da terceirização como uma consequência do recrudescimento da política econômica ou da ideologia neoliberais. No caso brasileiro, teria sido uma espécie de fratura possibilitada pelo processo de *impeachment* de 2016 o atalho para o referido recrudescimento, não se olvidando, ainda, da paulatina colonização do aparelho estatal por interesses de frações da classe dominante responsáveis por aprofundar a tendência de liberalização econômica.

De outra banda, os autores que compartilham das premissas da corrente (foucaultiana) da racionalidade governamental abordam o Direito – e, mais especificamente, o Direito do Trabalho – não como superestrutura ou mero instrumento sujeito à pulsão espoliadora do valor, mas sim como ordem jurídica que enforma e amolda o econômico, de modo que determinadas variações em suas regras podem até mesmo suscitar diferentes versões de capitalismo. Por conseguinte, o jurídico desempenharia papel essencial na estruturação da conduta dos indivíduos (sejam eles da classe dominante ou dominada) e na “fabricação” de sujeitos adaptados a uma determinada governamentalidade, e isso na exata medida em que pode servir às diferentes tecnologias de poder – o que não necessariamente é a regra. Por essa chave interpretativa, entende-se que a flexibilização do Direito do Trabalho não redundaria, propriamente, na pura e simples destruição desse ramo jurídico especializado, sendo antes a expressão de uma sua progressiva absorção por princípios de Direito Privado que passam a ressignificar a concepção de trabalho subordinado de forma coerente com uma “política de sociedade” mercantil. Portanto, o marco regulatório brasileiro do trabalho terceirizado não é tido como o produto de determinado personagem ou partido, mas expressão de uma racionalidade que se impõe desde 1990 como um imperativo supostamente inelutável.

Embora ambas as correntes críticas de pensamento apresentem interessantes elementos e pistas para que se compreenda a origem do marco regulatório do trabalho terceirizado no Brasil, conclui-se que a concepção de neoliberalismo como racionalidade estruturante de conduta – e não apenas como política econômica, doutrina ou ideologia – oferece opções interpretativas mais desafiadoras ao observador. E isso não somente porque desvia do economicismo, mas também na medida em que o fenômeno jurídico passa a ser tratado com maiores nuances e complexidades. Sem embargo, entende-se que o fato de se ter travado essa

discussão conceitual sobre o neoliberalismo com base numa situação bem definida (o advento da “terceirização” irrestrita para a iniciativa privada no Brasil) foi importante para demonstrar a viabilidade de diferentes interpretações teóricas para fenômenos sociais concretos, bem como a maneira pela qual cada uma dessas interpretações impacta diretamente na concepção que se tem do próprio Direito em sociedade.

Ainda, por derradeiro, apesar de se observar insuspeitas convergências entre as chamadas correntes da espoliação e da racionalidade governamental, mormente no que concerne aos aportes críticos à expansão indiscriminada do trabalho terceirizado em sociedade, é necessário ter cautela quanto à mistura do arcabouço teórico vinculado a ambas ao se analisar fatos sociais concretos. Tal atitude parcimoniosa, por sua vez, está ligada a diferenças metodológicas sensíveis – e não abordadas em profundidade na presente dissertação – entre o materialismo histórico-dialético marxiano e a arqueogenealogia foucaultiana.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, F. H. *Direito Econômico: do Direito Nacional ao Direito Supranacional*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALFARO, L. M. *Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social*. 2016. 170 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 24/02/2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/41802>. Acesso em: 9 jun. 2019;

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDRADE, D. P. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. p. 213. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v34n1/0102-6992-se-34-01-211.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra?. *Revista do TST*, Brasília, vol. 79, n. 4, out-dez. 2013. p. 214-231. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55995/011_antunes_druck.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALVES, G. terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. p. 94. *Revista do TST*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2014/n%203/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20e%20capitalismo%20no%20Brasil%20um%20par%20perfeito.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 168 p.

ARGÜELLO, K. S. C. *O ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, A. M. de. A terceirização e a jurisprudência. *Revista do TRT 3ª Região*, Belo Horizonte, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região., n. 22 (51), jul. 1991/jun. 1992.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAYLOS GRAU, A. Crisis del modelo social y liberalismo autoritario en Europa. *Revista de Derecho Social Latinoamérica*, n. 1-2016.

BELTRAMELLI NETO, Silvio; SILVEIRA, Laís. Representação dos trabalhadores terceirizados em face da ampliação da permissão jurídica da terceirização no Brasil: análise na perspectiva do trabalho decente e de seu imperativo de proteção dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, PR, Brasil, v. 64, n. 1, p. 39-61, abr. 2019. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/61985/38401>. Acesso em: 09 jun. 2019.

BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, Berkeley – University of California, v. 44, issue 2, p. 137-161, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs12116-009-9040-5.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, R. A herança do neoliberalismo: sementes da revolta. *Revista Cult*, São Paulo, ano 19, n. 219, p. 14-20, dez. 2016.

_____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. V. (Orgs). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5645.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932. Constitucional e trabalhista – nulidade do acórdão recorrido por desrespeito a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97 e SV 10). Recorrente: Liq Corp S/A (Contax-Mobitel S/A). Recorrida: Tatiane Meire da Silva. Brasília, DF, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/leia-acordao-reconhece-terceirizacao.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASÍLIA. Tribunal Superior do Trabalho. Enunciado de Jurisprudência n 256 – Contrato de Prestação de Serviços. Legalidade. *Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, set. 1986. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

CAMPOS, A. G. A terceirização no Brasil e as distintas propostas de regulação. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 145-146. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

CARAMURU, G. Terceirização e retirada de direitos sociais: a superexploração do trabalho como intensificadora da crise econômica brasileira. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAHAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo Perspec*, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, Dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jan. 2020.

CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COUTINHO, A. R. *Marchandage* e trabalho temporário: a perda de uma chance de protagonismo pelo Direito do Trabalho. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, Ano VI, n. 8, Jan. 2017. p. 13. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/144257/2017_coutinho_aldacy_marchandage_trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2019.

COUTINHO, A. R. BALESTRA, O. Endomarketing nos Marcos da Organização do Trabalho Toyotista. *Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, vol. 2, n. 23, Out./2013, p. 9-22. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95531/2013_coutinho_aldacy_endomarketing_marcos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

DA COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Rev. Adm. Pública (FGV)*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, Out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2019.

DA COSTA, W. C. O processo de globalização e as relações de trabalho na economia capitalista contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 18/19, p. 117-134, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/117>. Acesso em: 07/07/2019.

DA FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DA SILVA, S. G. C. L. Prefácio. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BATISTA, J. L. C. *Luta de classes e estratégia: sujeitos de Marx e Foucault diante do confronto*. 123 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2015.

DE LIMA, F. M. M.; DE LIMA, F. P. R. M. *Terceirização total: entenda ponto por ponto*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2019.

DE MELLO, L. E.; FERREIRA, M. V. C. A terceirização da atividade-fim como fraude e inconstitucionalidade no Brasil. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018. p. 85-87.

DE MENEZES, J. F. *Modernização administrativa e capitalismo no Brasil: a reforma de 1967*. 64 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984. p. 37. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/75149/151111.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jul. 2019.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. 16ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, G. N.; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: Dieese; CUT, 2011.

Disponível em: <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792011000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. *A produção teórica de Marx (um comentário aos Grundrisse)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ESTEVES, J. T.; TORQUATO, A. A terceirização como consequência de um complexo processo de dilapidação de garantias sociais: uma abordagem com base no contexto histórico do fenômeno. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

FARIA, J. E. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2002.

FERNANDES, F. *A herança intelectual da Sociologia, apud FORACCHI, M. M., Sociologia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1997.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editadora, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber* (Org. Manoel Barros da Motta). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GODELIER, Maurice. Trabalho. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 7. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, F. A. *Direito, legislação e Liberdade* (v. 1): uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985.

_____. *A. Direito, legislação e Liberdade* (v. 2): uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985.

HEATH, J. *The problem with 'critical' studies*. Disponível em: <http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/?fbclid=IwAR01oBxL51SnUmG0mPne4GEuZEaEltlhWnFRDr5E0yrEw-V73jJM0fXTb3A>. Acesso em: 15 jun. 2019.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. 8ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KONDER, L. *Marx: Vida e Obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KLEIN, N. *A doutrina do choque*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KREIN, K. D. O desmonte de direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 30, n. 1. p. 86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

KREIN, J. D.; DOS SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. *Revista ABET*, João Pessoa, v. X, n. 2, jul./dez. 2011. p. 33. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15599/8913>. Acesso em: 5 dez. 2019.

LARNER, W. Neo-liberalism: policy, ideology, governmentality. *Studies in Political Economy*, 63, Autumn 2000.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

LIMA, A. L. C. de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

LISBOA, M. Outra história. *Revista Piauí*, Edição 131, ago. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/outra-historia/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAEDA, P. *A era dos zero direitos: trabalho decente, terceirização e contrato zero-hora*. São Paulo: LTr, 2017.

MACHADO, S. A regulação da terceirização no Brasil. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

MARCELINO, P. R. P. Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. 2008. 401 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Defesa: Campinas, 31/03/2008. p. 95-109. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280871>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MARKUS, G. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

MARTINS, S. P. *A terceirização e o Direito do Trabalho*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997;

MARTINS FILHO, IVES GANDRA DA SILVA. O Fenômeno da Terceirização e Suas Implicações Jurídicas. *Direito Público*, [S.l.], v. 8, n. 43, jul. 2013. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2054/1081>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política (Livro I)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, A.; CAVA, B.; COCCO, G. *Uma arte de viver contra o neoliberalismo? Foucault e os desafios para a América Latina*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/foucault-e-os-desafios-para-a-america-latina/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MIAILLE, M. *Introdução crítica ao direito*. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005.

MISES, L. V. *A ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019; HAYEK, F. *Direito, legislação e liberdade*. v. 1. p. 111-146. Disponível em: <https://www.docdroid.net/7kH3XCd/direito-legislacao-e-liberdade-vol-01-f-a-hayek.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

NASCIMENTO, A. M. Subcontratação ou terceirização, *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 83/1993, p. 20 – 25, Jul – Set, 1993.

PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PASTORE, J. Terceirização: uma realidade desamparada pela lei. *Revista do TST*, Brasília, vol. 74, n. 4, out./dez. 2008. p. 117-135. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/5386/006_pastore.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2019.

PAZELLO, R. P. Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. 2014. 538 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 08/08/2014.

PAZELLO, R. P. Os momentos da forma jurídica em Pachukanis: uma releitura de Teoria geral do direito e marxismo. *Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas*, n. 19, ano X, abr. 2015. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.81125154235517.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

PELATIERI, P. *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 11-29. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

PESSÔA, S. Neoliberalismo na América Latina, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2016/06/1778390-neoliberalismo-na-america-latina.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.

POCHMANN, M. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. *Revista do TST*, Brasília, v. 80, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/doutrina/artigos/Revista%20do%20Tribunal%20Superior%20do%20Trabalho/2014/n%203/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20desregulada%20e%20seus%20efeitos%20no%20mercado%20de%20trabalho%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020

POLANYI, K. *A grande transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTAL DA INDÚSTRIA, Confederação Nacional Da Indústria. *Terceirização comparada – Livroto: Terceirização no Brasil e outros países*. Disponível em: <http://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/publicacoes/detalhe/trabalhista/terceirizacao/terceirizacao-comparada-brasil-e-outros-paises/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1960. p. 269-270. Disponível em: <https://academiaanalitica.files.wordpress.com/2016/10/willard-van-orman-quine-word-and-object-1964.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012.

REBELO, A. M. *et al.* Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2019. p. 51. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32326&Itemid=433. Acesso em: 21 jul. 2019.

RÖPKE, W. *The social framework of the free market*. Illinois: Henry Regnery Company, 1960. Disponível em: <https://cdn.mises.org/A%20Humane%20Economy.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, B. de S. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

_____. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERAU JUNIOR, M. A. (Coordenador). *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

SOUTO MAIOR, J. L. Velhas e novas ameaças do neoliberalismo aos direitos trabalhistas. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região*, Salvador, Ano IV, n. 6, jul. de 2015. p. 145. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/146396/2015_maior_jorge_velhas_novas.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 ago. 2019.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. 377 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. p. 55 et seq. Disponível em: 2016_PedroHerculanoGuimarõesFerreiradeSouza.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. *A precariat charter: from denizens to citizens*. Londres: Bloomsbury, 2014.

STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 587-612, Jul. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000300587&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2019.

STOLZ, S. Fim do trabalho ou trabalho sem fim? A terceirização laboral e a necessidade de dotar a legislação trabalhista internacional e local de uma ‘grande angular’ protetivo-regulatória, *conditio sine qua non* de Justiça Social. In: SERAU JUNIOR, M. A. *Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários*. São Paulo: LTr, 2018.

SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de Economia Política Marxista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

URIARTE, O. E.; COLOTUZZO, N. *Descentralización, tercerización, subcontratación*. Lima: OIT, 2009. Proyecto FSAL. p. 85. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/->

[--ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_161337.pdf](#). Acesso em: 01 ago. 2019.

URIARTE, O. E. La flexibilidad del Derecho Laboral en algunas experiencias comparadas. *Ius et veritas*, Lima, n. 4, 1992. p. 13. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/iusetveritas/article/view/15324/0>. Acesso em: 09 jul. 2019.

VEYNE, P. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VIANA, M. T. *Para entender a terceirização*. São Paulo: LTr, 2015.

_____. A terceirização revisitada: algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. *Revista do TST*, Brasília, vol. 78, n. 4, out./dez. 2012. p. 198-224. Disponível em: <http://www.femargs.com.br/uploads/artigos/a-terceirizacao-revisitada/a-terceirizacao-revisitada.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

VIDAL NETO, P. Aspectos jurídicos da terceirização. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, vol. 80/1992, p. 23 – 30, Out - Dez / 1992.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vols. I e II. Brasília: Editora da UnB, 1996.

_____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ZAGREBELSKY, G. *El derecho dúctil. Ley, derechos, justicia*. 7ª ed. Madrid: Editorial Trotta, 2007.